

A trajetória centenária da Klabin S.A. ("Klabin" ou "Companhia") teve início em 1899, quando foi fundada em São Paulo, pela família Klabin-Lafer, para comercializar produtos de papelaria e artigos de escritórios e tipografia. Três anos depois, como os negócios prosperaram, a Companhia arrendou uma pequena fábrica de folhas para impressão e entrou no segmento que está até os dias atuais: a produção de papel.

Em 1909, foi constituída a Companhia Fabricadora de Papel, que nos anos 1920 era uma das três maiores produtoras de papel do Brasil. A estratégia adotada pelos empreendedores foi percorrer o caminho da inovação, o que exigia viagens regulares à Europa em busca de novos maquinários e novas técnicas de produção. Com esse foco, a Companhia deu um grande salto e, em 1934, adquiriu a Fazenda Monte Alegre, no Paraná, para a construção da primeira fábrica integrada de celulose e papel do País, denominada Indústrias Klabin do Paraná de Celulose ("IKPC").

O primeiro plano de desenvolvimento de florestas plantadas da Companhia teve início em 1943, inicialmente com araucária e eucalipto e depois, na década de 1950, com o pinus, inaugurando o plantio de grandes áreas. Paralelamente, em 1946, as atividades fabris tiveram início, com a produção de papel-jornal, principalmente, e também de kraft para embalagem, estabelecendo um marco na história da indústria nacional, quando pela primeira vez, uma parcela da demanda do mercado interno de papel imprensa foi suprida por uma indústria brasileira. Também na década de 1950, a Klabin inicia a produção de papelão ondulado, setor em que se tornaria pioneira em inovação com a criação da área de desenvolvimento de produtos a partir da década de 1960.

Entre 1968 e 1974, a Klabin passou por um período de forte expansão pelo Brasil, ampliando sua presença com novas fábricas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A partir da década de 1970, a Klabin inicia a produção de sacos industriais.

Esse crescimento consolidou sua atuação no mercado, culminando, em 1979, com a abertura de capital, um marco em sua trajetória de desenvolvimento.

Em 1998, a Companhia foi a primeira do Hemisfério Sul, no setor de papel e celulose, a receber a certificação FSC® (*Forest Stewardship Council*)¹, para a sua Unidade Florestal no Paraná. Hoje, a Companhia tem suas florestas próprias certificadas pela entidade, confirmando que desenvolve suas atividades dentro dos mais elevados padrões socioambientais. A Companhia segue os princípios de não desmatamento estabelecidos pelo Código Florestal e também os princípios de manejo florestal responsável, estabelecido por padrões internacionais de certificação, como FSC e PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*)².

¹ Conselho de Manejo Florestal, em português

² Programa para o Reconhecimento da Certificação Florestal, em português

Em 2001, a Klabin tornou-se uma sociedade anônima. Posteriormente, em 2003, a Companhia passou por um processo de reestruturação financeira e concentrou seus negócios na fabricação de papéis e cartões para embalagem e embalagens de papel, foco atual de seus negócios.

Em 2008, a Klabin inaugurou o Projeto de Expansão MA-1100, elevando a Unidade Monte Alegre ao patamar de uma das dez maiores fábricas de papel para embalagens do mundo. Com esse avanço, a Companhia se consolidou entre as seis maiores fabricantes globais de cartões de fibras virgens.

Em 2014, as ações da Companhia foram listadas no Nível 2 de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), Bolsa de Valores de São Paulo, segmento que lista ações de empresas que adotam práticas diferenciadas de governança. A Klabin também está há doze anos consecutivos na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") da B3. O ISE promove uma análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Ainda, pelo quinto ano consecutivo, a Klabin integra as carteiras global e de mercados emergentes do Índice Dow Jones Best-in-Class ("DJBIC"). Na edição 2023, a Companhia obteve pontuação histórica, alcançando 88 pontos em uma escala de 100 e consolidando posição de liderança entre as empresas do setor de Containers and Packaging. Além de ser listada no Índice Global, a Klabin foi incluída na carteira de Mercados Emergentes. Esse reconhecimento é um marco na história da Klabin, sendo resultado de mais de 125 anos de compromisso com o meio ambiente, cuidado com as pessoas e gestão pautada pela ciência no clima, com metas ambiciosas de redução de emissões de gases do efeito estufa e eficiência na utilização de recursos naturais, tendo recentemente novas metas aprovadas pela Science Based Target Initiative (SBTi), conforme mencionado abaixo.

Em 2016, a Klabin aderiu voluntariamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS"), da Organização das Nações Unidas ("ONU"). A iniciativa da ONU reúne governos, sociedade civil e setor privado em uma agenda mundial a favor das pessoas, do planeta, da paz e da prosperidade, definindo prioridades e aspirações globais para 2030. Desde então, a Klabin vem trabalhando não só para evidenciar as iniciativas que já adota e contribuem para essa agenda, como também para identificar novas oportunidades de atuação e estimular que os ODS estejam cada vez mais integrados ao planejamento estratégico da Companhia.

Ainda no ano de 2016, entrou em operação a Unidade Puma I, em Ortigueira (PR), fazendo com que a Companhia se tornasse a primeira empresa no Brasil capaz de produzir simultaneamente celulose de fibra curta (eucalipto), fibra longa (pinus) e *fluff* de fibra longa.

Em continuidade a este investimento, em 2019, foi aprovado o Projeto Puma II, que contou com a construção de duas máquinas de papel para embalagens com produção de celulose integrada na mesma unidade. Na sequência, em 2020, a Klabin ampliou sua atuação nos segmentos de papéis e embalagens, com a aquisição da operação da *International Paper* do Brasil Ltda.

A Klabin insere em sua estratégia de negócios planejamento e ações voltadas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Por isso, em 2019, aderiu à iniciativa global da *ONU Business Ambition for 1,5°C*, em que assume compromisso de ter uma meta de redução de

emissões baseada na ciência, contribuindo para os esforços coletivos de conter o aumento da temperatura em 1,5°C. Em 2021, a Companhia teve aprovadas as metas que consistem na redução de 25% (até 2025) e 49% (até 2035) de emissões de gases de efeito estufa ("GEE") do escopo 1 e 2 por tonelada de celulose, papéis e embalagens (ano base 2019), pela SBTi, alinhando à ciência sua trajetória consistente de redução de 67% dos gases por tonelada de produto, desde 2003. Em dezembro de 2024 a Companhia obteve a aprovação, pela SBTi, de novas metas de redução de emissões de GEE, comprometendo-se a reduzir as emissões absolutas de GEE de escopo 1 e 2 em 42% até 2030, tendo 2022 como ano-base.

Ainda em 2019, a Companhia lançou a *Klabin ForYou*, primeiro e-commerce da Companhia voltado para o consumidor final. O canal foi lançado como a única plataforma digital do Brasil a oferecer embalagens feitas de matéria-prima de fontes renováveis, customizáveis e em pequenos lotes para pequenos e médios empreendedores. Atualmente, o portfólio atende negócios de diferentes segmentos e tamanhos, desde caixas de transporte e correio, embalagens para *delivery* e restaurante, oferecendo uma experiência de compra 100% *on-line*.

Passando para 2020, em 26 de novembro foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, a incorporação da Sociedade Geral de Marcas Ltda. ("*Sogemar*"), com a consequente extinção do pagamento de *royalties* referentes às marcas Klabin. Essa operação, além da criação de valor para os acionistas, foi um passo importante no aprimoramento das práticas de governança corporativa da Companhia, pelo encerramento de relevante transação entre partes relacionadas. O processo foi conduzido em linha com a recomendação emitida por grupo de trabalho constituído apenas por conselheiros independentes, que não detinham participação direta ou indireta em *Sogemar*, com avaliações independentes e publicidade das informações para a devida apreciação dos acionistas minoritários.

Em agosto de 2021, a Klabin iniciou as operações da MP27, a primeira máquina de papel do Projeto Puma II, dedicada à produção de *Eukaliner*®, o primeiro *kraftliner* do mercado feito 100% com fibra de eucalipto, com capacidade anual de 450 mil toneladas. Em junho de 2023, teve início a segunda fase do projeto com o *start-up* da MP28, integrada a uma linha complementar de fibras. Ainda em *ramp-up*, essa máquina também terá capacidade de 450 mil toneladas anuais. Com as duas máquinas, o Projeto Puma II alcançará uma capacidade total de 900 mil toneladas anuais, resultado de um investimento bruto de R\$ 13 bilhões.

Em 2022, a Companhia participou da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ("*COP27*") como representante das lideranças das empresas privadas na América Latina, resultado do seu compromisso histórico com o desenvolvimento sustentável e do pioneirismo da Klabin no que tange a práticas e iniciativas que beneficiam o planeta.

Dessa forma, a Companhia mantém a trajetória em direção ao cumprimento de sua agenda de sustentabilidade para 2030, os Objetivos Klabin para o Desenvolvimento Sustentável ("*KODS*") lançados no fim de 2020, alinhados à agenda global estabelecida pela ONU. Os temas relevantes e prioritários a serem endereçados até 2030 têm sua performance divulgadas periodicamente no Painel ASG da Companhia (<https://esg.klabin.com.br/>).

Em dezembro de 2023, a Klabin anunciou o Projeto Caetê, que contemplou a aquisição de determinadas sociedades da Arauco, que detinham como ativos 150 mil hectares de área total substancialmente no Estado do Paraná, dos quais 85 mil hectares de área produtiva e 31,5 milhões de toneladas de madeira em pé, além de máquinas e equipamentos florestais. Com

isso, a Klabin finalizou a expansão de terras no Paraná para o abastecimento do Projeto Puma II, antecipando o atingimento da autossuficiência alvo de madeira e reduzindo a necessidade de investimentos futuros, especialmente na compra de madeira em pé de terceiros. O fechamento da operação foi realizado em julho de 2024.

Ainda em 2023, no segmento de embalagens, a Klabin deu início às operações da nova onduladeira da Unidade Horizonte (CE) e à linha de sacos mais moderna da América Latina, Lages (SC). As unidades da Klabin em Horizonte (CE), Goiana (PE), Betim (MG) e Lages (SC) também ganharam novas impressoras, trazendo mais qualidade nas entregas aos clientes.

Em 2024, a Klabin avançou em investimentos estratégicos, incluindo o *start-up* da unidade de papelão ondulado em Piracicaba (240 mil t/ano) e o início do Projeto de Modernização da Unidade Monte Alegre, com a substituição de uma caldeira de recuperação para maior eficiência e sustentabilidade. A Companhia anunciou também o Projeto Plateau, que consiste na monetização de terras excedentes do Projeto Caetê por meio de parceria com uma *Timber Investment Management Organization* (TIMO). O fechamento do Projeto Plateau foi realizado em 03 de fevereiro de 2025, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta data. Os aportes do Projeto Plateau foram realizados ao longo do ano de 2025, sendo o último em 15 de dezembro.

Ainda em 2024, a Companhia revisou suas Políticas de Endividamento Financeiro e de Proventos, reduzindo o limite de alavancagem em ciclo de investimentos para 3,9x dívida líquida sobre EBITDA ajustado e atualizando o percentual de distribuição do EBITDA para entre 10% e 20% do EBITDA ajustado (previamente esse índice se situava entre 15% e 25% do EBITDA ajustado).

Em 2025, a Companhia conquistou, pelo quinto ano consecutivo, a classificação "Triple A" no CDP, obtendo a mais alta pontuação concedida pela instituição para os três programas: Mudanças Climáticas, Florestas e Segurança Hídrica. Essa classificação é concedida às empresas que demonstrem transparência e ações em mudanças climáticas, combate ao desmatamento, segurança hídrica, dentre outras melhores práticas relacionadas à natureza. A Klabin figura na lista de apenas 23 companhias globais que conquistaram a pontuação tripla, dentre mais de 22 mil companhias avaliadas.

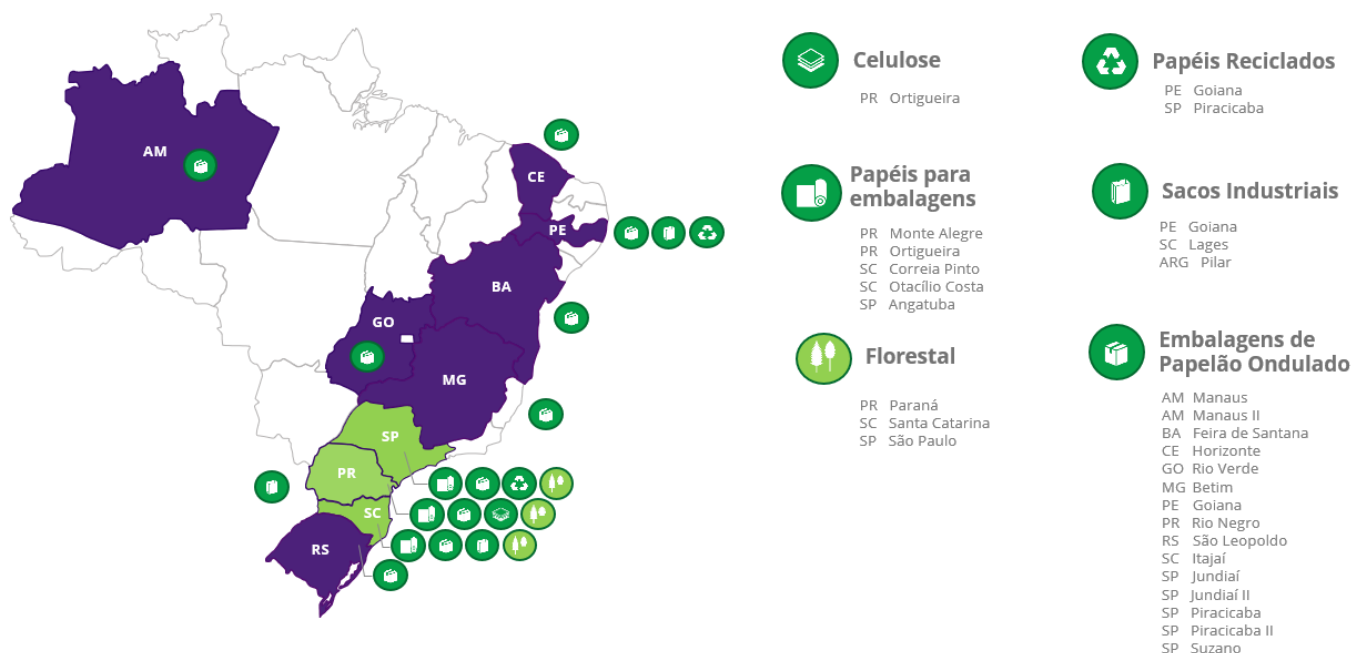
Ainda em 2025, a Companhia consolidou os investimentos realizados nos últimos anos, como o avanço das máquinas de papel 27 e 28 (MP27 e MP28), a evolução de Piracicaba II (Projeto Figueira) e a integração dos ativos florestais do Projeto Caetê, fortaleceu a eficiência operacional da Klabin e ampliou sua capacidade de resposta às condições de mercado.

No âmbito das parcerias com investidores financeiros, especialmente TIMOs, a Companhia totalizou ingressos de capital de R\$ 3,6 bilhões.

Ainda em 2025, a Klabin foi novamente reconhecida entre as líderes globais em agenda AS e passou a integrar, pelo 5º ano consecutivo, a Triple A List do CDP em gestão de água, florestas e mudanças climáticas, com nota máxima nos três temas. A Companhia também obteve resultados relevantes em outras avaliações independentes, incluindo B- no ISS ESG Corporate Rating, classificação de Baixo Risco na Sustainalytics ESG Risk Rating, desempenho de 3,79% no Bloomberg ESG Rating e nota BB no MSCI ESG Rating.

Em 2026, aos 127 anos de existência, a Companhia tem orgulho de manter-se sob o controle acionário da família de seus fundadores e de ser uma empresa brasileira reconhecida internacionalmente pelos altos padrões de qualidade de seus produtos, compromisso com a transparência para com seus *stakeholders*, incluindo seus mais de 600 mil acionistas, e com a sustentabilidade.

A Klabin atua de ponta a ponta na cadeia, ou seja, desde a produção da madeira e da celulose, passando pela fabricação de papéis, até a conversão em embalagens. A Companhia está presente em todas as regiões do Brasil, com 21 unidades industriais e uma na Argentina, com uma fábrica em Pilar. A Klabin é reconhecida mundialmente pelo seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com o fortalecimento da economia circular. Abaixo, encontra-se o mapa do território nacional onde estão distribuídas as unidades industriais da Klabin:



De acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (“IBÁ”) e estimativas internas, a Klabin é a maior produtora, exportadora e recicladora de papel de embalagem no Brasil e uma das maiores produtoras integradas de papel da América Latina, com base em sua capacidade de produção atual de 4,4 milhões de toneladas de celulose, embalagens e papel para embalagens, já contemplando as capacidades totais da MP27 e MP28. A Companhia também é a única empresa brasileira a produzir simultaneamente celulose de fibra curta (eucalipto), celulose de fibra longa (pinus) e *fluff* de fibra longa.

A Companhia tem por objeto social: **(i)** a exploração industrial e comercial, inclusive importação e exportação de celulose, pasta de madeira, papel, cartão e congêneres, seus subprodutos e derivados, embalagens para quaisquer fins, produtos de madeira em todas as suas formas, produtos florestais e agropecuários, inclusive sementes, máquinas e matérias primas; **(ii)** a silvicultura e agricultura, inclusive florestamento e reflorestamento por qualquer das modalidades incentivadas por disposição legal, abrangida a captação de recursos de terceiros; **(iii)** a mineração, incluindo pesquisas e lavra de minérios, sua industrialização e comércio; **(iv)** a tecnologia e serviços relacionados com o objeto social; **(v)** o transporte, postos de fornecimento de combustível e lubrificantes, geração e comercialização de energia, bem como outras atividades acessórias que sua natureza de indústria integrada tornem necessárias; e **(vi)** a participação em outras sociedades.

As operações são organizadas em quatro segmentos de negócios operacionais correspondentes aos principais processos de produção e principais produtos. A seguir, uma breve descrição:

I. Unidade Florestal, que desenvolve atividades de silvicultura e colheita de toras de pinus (fibra longa) e eucalipto (fibra curta). A produção é destinada principalmente ao abastecimento das operações próprias da Klabin, contudo a Companhia também realiza a comercialização a terceiros. A Klabin possui atualmente 910 mil hectares de Florestas, sendo 462 mil hectares produtivos para plantio de pinus e eucalipto, 373 mil hectares de florestas nativas preservadas, 75 mil hectares de área com outros usos, distribuídos em estradas, corredores ecológicos e benfeitorias, entre outras. Toda a área florestal própria, localizada em São Paulo, no Paraná e em Santa Catarina, tem suas práticas de manejo certificadas pelo FSC® – Forest Stewardship Council® (FSC - C007520, FSC - C022516 e C023492) e pelo PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*).

II. Unidade de Celulose, que fabrica celulose branqueada para o mercado de fibra curta, fibra longa e *fluff* de fibra longa. As celuloses de fibra curta e fibra longa abastecem os mercados de *tissue*, papéis gráficos, papéis especiais e papéis para embalagens. A celulose *fluff*, por sua vez, é um insumo importante usado na produção de produtos sanitários e de higiene (como fraldas para bebês e de incontinência para adultos, bem como absorventes femininos, entre outros produtos). A Klabin é líder brasileira na produção de fibra longa e *fluff* de fibra longa, conforme reconhecido por *Fisher International*, *IBÁ*, *Penta Transaction* e *ComexStat* em 2025, desempenhando papel relevante no abastecimento de fibras para o mercado doméstico.

II. Unidade de Papéis, que fabrica containerboard e cartões revestidos. Os papéis produzidos pela Companhia, com celulose própria de fibra longa e curta, atendem a rígidos padrões de qualidade e sustentabilidade mundiais. Eles são utilizados na produção de embalagens de papel para produtos de consumo em uma ampla gama de setores, incluindo alimentos (naturais e processados), produtos eletrônicos e elétricos, utensílios, produtos de saneamento e limpeza, calçados, produtos de higiene, pessoal e beleza, bebidas enlatadas e engarrafadas, equipamentos e roupas, entre outros. Além disso, os papéis e cartões produzidos pela Klabin possuem três vertentes:

(i) a linha de containerboard virgem, o *kraftliner* Klabin, é composta por papéis diferenciados, produzidos 100% a partir do mix de fibras virgens de pinus e eucalipto. Em diferentes apresentações, esses produtos oferecem alta qualidade de impressão e estrutura, proporcionando excelentes resultados em diversos tipos de embalagens. A unidade de conversão é abastecida majoritariamente pela produção de *kraftliner* da Companhia.

(ii) as linhas de papel-cartão da Klabin, que utilizam diferentes composições de fibras virgens de pinus e eucalipto para garantir a melhor relação entre rigidez, estrutura, resistência e qualidade de impressão. Cada versão de papel-cartão do portfólio da Klabin foi desenvolvida para produzir os melhores resultados nos processos de seus clientes e para destacar o produto final no ponto de venda.

(iii) a produção de containerboard reciclado de alto valor, feitos a partir de embalagens de fibra virgem e sem uso, de alta qualidade e com aparas de mercado. A Companhia fomenta a cadeia da reciclagem e a economia circular.

Unidade de Embalagens, que manufatura e comercializa embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. As embalagens de papelão ondulado são utilizadas por uma gama diversificada de clientes no mercado doméstico para o armazenamento e transporte de alimentos crus e industrializados, produtos químicos e relacionados, flores, bebidas, produtos de tabaco, metalurgia, perfumes, cosméticos entre outros. Certos compradores domésticos também utilizam as embalagens de papelão ondulado para o armazenamento e transporte internacional de carne, aves, frutas, tabaco, entre outros. A produção de sacos industriais tem como destino o uso na indústria da construção civil, bem como para embalagens de sementes, produtos químicos, alimentos, ração animal, além do desenvolvimento de produtos para novos usos, tanto no mercado doméstico e internacional.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e sua condição financeira estão relacionados a concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em seus fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações, vide itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui suas atividades segregadas em quatro segmentos operacionais:

I. Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis e celulose da Companhia e venda de madeiras de comércio para terceiros no mercado interno.

II. Segmento de Celulose: envolve a produção e comercialização de celulose de fibra curta, longa e *fluff* nos mercados interno e externo.

III. Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel *containerboard* e papel reciclado nos mercados interno e externo.

IV. Segmento de Embalagens: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.

Os produtos e serviços comercializados em relação a cada segmento operacional (Florestal, Celulose, Papéis e Embalagens) estão detalhados no item 1.2 deste Formulário de Referência acima.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo apresenta os valores decorrentes de cada uma das atividades da Companhia, bem como o respectivo percentual de tais valores sobre a receita operacional líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	
	R\$ milhões	%
Receita Líquida Operacional	20.698	100%
Florestal	688	3%
Celulose	5.803	28%
Papéis	6.821	33%
Embalagem	7.428	36%
Outros/Eliminações	-42	0%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita bruta (incluindo madeira) atingiu R\$ 23,8 bilhões; a receita líquida operacional totalizou R\$ 20,7 bilhões; e a receita de exportação representou 37% da receita líquida total.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional são compartilhadas entre todos os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas associadas com tais atividades para cada um deles, além da concentração do caixa em sua unidade corporativa, sem segregação nas unidades de negócio.

No entanto, a Klabin divulga o resultado operacional antes do resultado financeiro dividido por segmento operacional, conforme demonstrações abaixo.

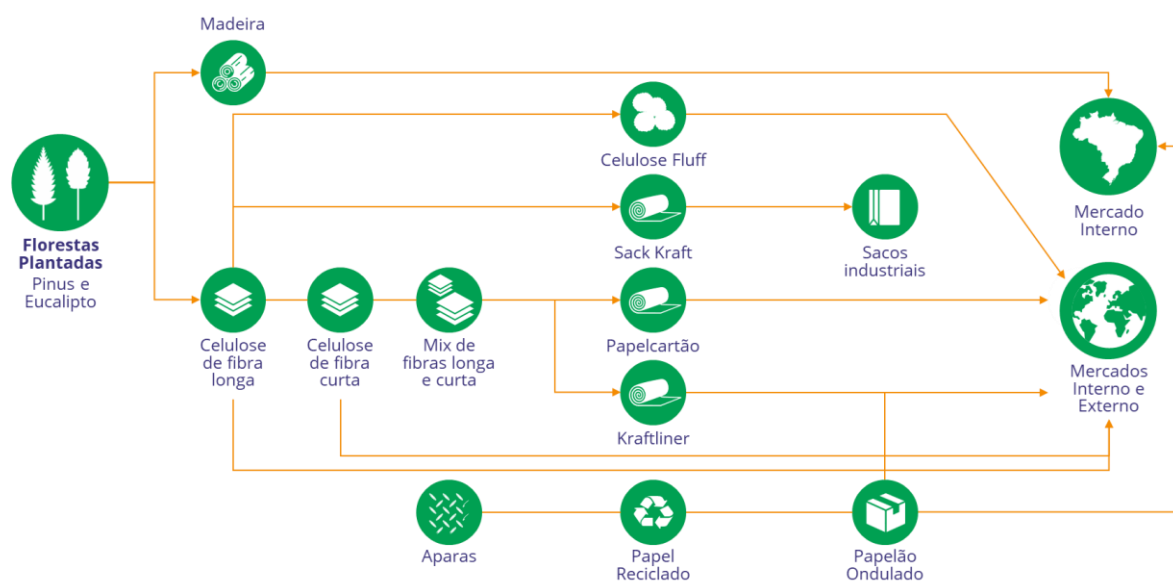
	31.12.2025					
	Corporativo				Total	
	Florestal	Celulose	Papéis	Embalagens	Eliminações	Consolidado
Receitas líquidas de vendas:						
Mercado interno	687.848	1.999.440	3.421.655	7.038.064	(15.720)	13.131.287
Mercado externo	-	3.803.092	3.398.998	390.112	(25.982)	7.566.220
Receita de vendas para terceiros	687.848	5.802.532	6.820.653	7.428.176	(41.702)	20.697.507
Receitas entre segmentos	2.424.571	93.886	3.842.451	53.653	(6.414.561)	-
Vendas líquidas totais	3.112.419	5.896.418	10.663.104	7.481.829	(6.456.263)	20.697.507
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.671.361	-	-	-	-	1.671.361
Custo dos produtos vendidos	(5.597.130)	(3.013.276)	(6.880.148)	(6.019.329)	6.465.925	(15.043.958)
Lucro bruto	(813.350)	2.883.142	3.782.956	1.462.500	9.662	7.324.910
Despesas / receitas operacionais (i)	(85.554)	(723.301)	(855.311)	(858.719)	(321.676)	(2.844.561)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(898.904)	2.159.841	2.927.645	603.781	(312.014)	4.480.349

a) Características do processo de produção

A Companhia apresenta um modelo de negócios integrado, diversificado e flexível. Tem sua demanda por madeira atendida principalmente por suas próprias florestas de eucalipto e pinus, que são plantadas e manejadas pela própria Companhia e certificadas pelo FSC. Produz a celulose marrom e, em seguida, integra celulose de produção em máquinas de papel. Em unidades próprias de conversão, parte do papel é convertido em embalagens de papelão ondulado e sacos industriais e o restante é vendido nos mercados interno e externo. Além disso, produz celulose branqueada de fibra curta e de fibra longa, da qual parte é convertida em celulose *fluff*, e parte vendida nos mercados interno e externo.

Os processos são costumeiramente utilizados pelo setor, aprimorados para as condições de cada planta, com relação ao tipo de madeira e destino final da fibra. A tecnologia vem principalmente do Hemisfério Norte, de países como Alemanha, Suécia, Finlândia e EUA. O Brasil, por ser um centro importante na indústria de celulose e papel, tem fábricas dos principais fornecedores mundiais de equipamentos para esse setor.

Abaixo, apresentamos o esquema gráfico da cadeia produtiva da Klabin, refletindo o modelo de negócio integrado, diversificado e flexível:



FLORESTAL

A base do negócio da Klabin são as árvores, por isso, há mais de 120 anos, a Companhia cuida com muita responsabilidade da sua fonte de matéria-prima. Como resultado, a Klabin se tornou referência mundial no manejo sustentável de florestas e mantém mais de 40% das suas áreas florestais destinadas à conservação e à manutenção da biodiversidade.

A Klabin produz madeira a partir de florestas plantadas de eucalipto e de pinus. O processo de produção é iniciado na obtenção de mudas por propagação vegetativa (clonagem) ou por sementes, que é realizada em viveiros florestais próprios e contratados. A produção de mudas ocorre normalmente entre três e cinco meses.

Após o preparo de solo e a primeira fertilização, as mudas são plantadas. No período de implantação florestal é necessária fertilização das áreas e controle de plantas daninhas e formigas cortadeiras. O período de implantação leva cerca de um ano para o eucalipto e três anos para o pinus. Após esse período, a floresta está consolidada e é necessária vigilância das áreas para que não ocorram sinistros que possam prejudicar a produtividade.

Na idade de corte (entre seis e sete anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus) é realizada a colheita florestal, em processo mecanizado, com a utilização de máquinas para corte, arraste e processamento da madeira.

A área florestal produz, ainda, madeira em toras, que são vendidas para indústrias (serrarias e laminadoras) na região. Nesse caso, a floresta é colhida com aproximadamente 15 anos (eucalipto) e 20 anos (pinus). As toras produzidas são carregadas e transportadas em caminhões até os pátios de madeira localizados nas fábricas.

Em todo esse processo, há rigorosos critérios ambientais e sociais, visando que a produção nas florestas plantadas seja realizada de forma sustentável. Essas operações envolvem cuidados com o solo, água, biodiversidade e com as comunidades que se relacionam com as áreas manejadas. Conforme mencionado anteriormente, a Klabin tem o seu manejo florestal certificado pelo FSC.

Principais equipamentos

Na formação das florestas, os principais equipamentos utilizados estão relacionados com máquinas para preparo de solo (tratores com implementos). Já no processo de colheita, os equipamentos estão agrupados em módulos compostos por um *feller buncher* direcional (responsável pelo corte das árvores), um *skidder* (responsável pela transferência da madeira para próximo das estradas), um *shovel* e dois processadores (responsáveis pelo corte das toras nos tamanhos apropriados para transporte).

CELULOSE

No processo de produção de celulose, as fibras curtas, longas e *fluff* provenientes do branqueamento são enviadas para a máquina de secagem, onde a suspensão de fibras em baixa consistência é disposta sobre uma tela para drenagem do excesso de água e formação da folha. Essa folha é prensada entre rolos para remoção extra de água antes de entrar no secador. Ao final do secador, a folha já se encontra com teor de umidade nos padrões de mercado. A folha de celulose de eucalipto (fibra curta) é cortada em tamanhos menores e os fardos de folhas são embalados antes de serem enviados para a expedição. A folha de celulose de pinus (fibra longa) pode ser transformada em fardos (mesmo processo do eucalipto) ou ser enrolada e transformada em bobinas, no caso do *fluff*.

Principais

No processo produtivo, os equipamentos mais importantes são os digestores (fabricação de celulose), a caldeira de recuperação (recuperação de produtos químicos e geração de vapor), os turbogeradores (produção de energia) e as máquinas de secagem. As máquinas responsáveis pela produção de fibra curta e fibra longa e *fluff* são:

Máquina	Unidade	Localização	Produto	Capacidade instalada (mil t/a)
MC25	Ortigueira (Puma I)	Paraná	Fibra curta	1.049
MC26	Ortigueira (Puma I)	Paraná	Fibra longa e <i>fluff</i>	392
Total				1.441

As unidades de produção da celulose realizam paradas em intervalos de 12 a 15 meses, com duração de 7 a 12 dias para grandes manutenções e inspeções nos seus equipamentos, em especial naqueles que trabalham sob condições de pressão e temperatura, como digestores e caldeiras. Nessas paradas são substituídos equipamentos com desgastes ou realizadas melhorias tecnológicas, visando a incrementar o desempenho, e aumentar a segurança operacional e produtividade. Ainda, mensalmente são realizadas manutenções preventivas e corretivas em equipamentos singulares.

PAPÉIS

Papéis de fibra virgem

A Companhia utiliza fibras de eucalipto e de pinus na produção de papéis para embalagens. A produção da celulose consiste na separação das fibras dos demais componentes constituintes da madeira, em particular da lignina, que atua ligando as células entre si e proporciona a estrutura rígida da madeira. A madeira, sob forma de cavaco, é tratada em vasos de pressão, denominados digestores, com soda cáustica e outros produtos químicos. É o processo químico mais usado na indústria de celulose.

Após passar pelos digestores, as fibras de celulose são separadas dos componentes da madeira que foram solubilizados. A fibra, ainda de aspecto marrom, é enviada para a etapa seguinte do processo, diretamente para a máquina de papel ou para o branqueamento. Os componentes solubilizados formam a chamada lixívia negra, que é enviada para o processo de recuperação dos produtos químicos e queima de componentes orgânicos (lignina e outros componentes da madeira), que geram vapor e energia.

O branqueamento é um processo utilizado para continuar a deslignificação iniciada no cozimento e conferir o aspecto branqueado à celulose. Utilizam-se agentes oxidantes, como oxigênio, ozônio e peróxidos para remover a lignina residual das fibras e deixar a pasta celulósica branca. A Companhia utiliza na sua planta em Monte Alegre/PR de branqueamento isento de cloro elementar, chamado ECF (*elemental chlorine free*). Esse processo evita a formação de dioxinas, compostos químicos poluentes, em seus efluentes.

A transformação da celulose em uma estrutura plana, delgada e coesa, o papel, se dá em uma série de equipamentos e operações, que, reunidos, chamamos máquina de papel. O processo se inicia com o tratamento das fibras, fase denominada de preparação da massa, onde as fibras passam por equipamentos que desenvolverão as propriedades físicas das fibras, segregarão impurezas e farão mesclas com outros tipos de fibras e aditivos utilizados na fabricação do papel, como cargas minerais, amidos, colas, corantes. Cada tipo de papel tem uma formulação distinta, de acordo com as necessidades de seu uso final. Essa fase se dá em meio aquoso e após esses tratamentos, a suspensão de fibras é enviada à máquina de papel para ganhar as

características finais, como gramatura (massa de fibra por unidade de área), secagem e acabamento superficial.

Papéis reciclados

São usados na própria produção de embalagens de papelão ondulado e comercializados para outras empresas de embalagens. A maior parte da fibra reprocessada é proveniente das unidades de conversão de embalagens de papelão ondulado e o restante é adquirido de aparistas.

• **Produtos:**

o *Ekoflute* – O miolo é produzido com fibras 100% recicladas e recebe, durante o processo de fabricação, aditivos químicos que aumentam a resistência à umidade. É indicado para a fabricação do miolo das embalagens de papelão ondulado. Não é recomendado para uso em contato direto com alimentos.

o *Ekoliner* – Feito com refiles de papelão ondulado, além de fibras provenientes de pontas e sobras das fábricas de papéis de fibra virgem da Companhia. É indicado para o uso interno em embalagens de papelão ondulado, como suporte de ondas.

Principais equipamentos

No processo produtivo os equipamentos mais importantes são os digestores (fabricação de celulose), a caldeira de recuperação (recuperação de produtos químicos e geração de vapor), os turbogeradores (produção de energia) e as máquinas de produção de papel.

Assim como na celulose, as unidades de produção de papéis realizam paradas em intervalos de 12 a 15 meses, com duração de 7 a 12 dias para grandes manutenções e inspeções nos seus equipamentos, em especial naqueles que trabalham sob condições de pressão e temperatura, como digestores e caldeiras. Nessas paradas são substituídos equipamentos com desgastes ou realizadas melhorias tecnológicas, visando a incrementar o desempenho, e aumentar a segurança operacional e produtividade. Ainda, mensalmente são realizadas manutenções preventivas e corretivas em equipamentos singulares e nas máquinas de papel.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais equipamentos das unidades de produção de **papéis** da Companhia estão relacionados abaixo.

Equipamentos do Segmento de Papéis em 31 de dezembro de 2025				
Máquina	Unidade	Localização	Produto	Capacidade Instalada (mil t/a)
MP1	Monte Alegre	Paraná	Containerboard – <i>kraft</i> virgem	97
MP6	Monte Alegre	Paraná	Containerboard – <i>kraft</i> virgem	199
MP7	Monte Alegre	Paraná	Papel-cartão (LPB)	320
MP9	Monte Alegre	Paraná	Papel-cartão (LPB)	419
MP12	Otacílio Costa	Santa Catarina	Containerboard – <i>kraft</i> virgem	91
MP13	Otacílio Costa	Santa Catarina	Containerboard – <i>kraft</i> virgem	238

MP16	Correia Pinto	Santa Catarina	Containerboard – <i>sackraft</i>	115
MP23	Correia Pinto	Santa Catarina	Containerboard – <i>sackraft</i>	79
MP27	Ortigueira (Puma II)	Paraná	Containerboard (eukaliner + white top)	421
MP28	Ortigueira (Puma II)	Paraná	Híbrida – todos os tipos de papel	403
MP14	Angatuba	São Paulo	Containerboard - miolo semiquímico	119
Total Papéis				2.501

Diante das condições de mercado e exercendo sua flexibilidade operacional, a Companhia pode optar pela hibernação de suas máquinas de papel reciclado, ajustando taticamente a produção conforme a demanda, alocando o volume de forma estratégica e priorizando a rentabilidade das operações.

Equipamentos do Segmento de Reciclados em 31 de dezembro de 2025				
Máquina	Unidade	Localização	Produto	Capacidade instalada (mil t/a)
MP21	Piracicaba I	São Paulo	100% fibra reciclada	98
MP17	Goiana	Pernambuco	100% fibra reciclada	8
MP24	Goiana	Pernambuco	100% fibra reciclada	110
MP29	Paulínia	São Paulo	100% fibra reciclada	12
Total Reciclados				227

EMBALAGENS

(i) Caixas e chapas de papelão ondulado

A fabricação de embalagens de papelão ondulado é um processo térmico-químico-mecânico. O papel é processado em diversos equipamentos até chegar à condição de embalagem. Durante esse processo o papel é unido em camadas, ondulado mecanicamente, recortado, vincado, impresso com tinta à base de água e dobrado.

O processo se inicia com a união de várias camadas de papel, de forma a constituir uma chapa rígida. Nessa fase, uma ou duas camadas são unidas às demais, alternadamente, somente depois de sofrerem processo de ondulação. Para isso, o papel recebe aplicação de cola feita à base de amido e é submetido ao calor. Essa ondulação confere propriedade de rigidez à chapa de papelão. As ondas podem ser de várias alturas, conferindo variadas espessuras ao papelão ondulado (medidas aproximadas, dependendo da espessura do papel):

- Onda E: 1,3 mm de espessura
- Onda B: 2,8 mm de espessura
- Onda C: 3,8 mm de espessura
- Onda A: 4,5 mm de espessura

É possível, ainda, compor papelão com duas ondas, o que lhe confere extra rigidez. Normalmente se combinam ondas "C" com "B" (mais comum) e "A" com "C". A seguir, as chapas de papelão ondulado são transformadas em embalagens. Durante esse processo, as chapas recebem aplicação de impressão com tinta flexográfica (à base de água). Os papéis utilizados para a fabricação de papelão ondulado são produzidos especialmente para serem convertidos em embalagens e podem ser do tipo fibra virgem (*kraft*) ou fibra reciclada. São utilizadas várias gramaturas, que variam de 100 a 420 g/m², conforme a necessidade de resistência requerida pelo produto a ser embalado.

Principais equipamentos

- **Onduladeiras:** transformam bobinas de papel em chapas de papelão ondulado. Produzem normalmente chapas de papelão de ondas B, C, E, AC, EC, EB e CB.
- **Impressoras:** transformam chapas de papelão ondulado em embalagens. A Companhia possui um moderno parque de impressoras, compreendendo aquelas do tipo corte-vinco rotativa (utiliza formas para recortar e vincar o papelão, fornecendo, como produto final, embalagens não dobradas) e dobradeiras coladeiras (produzem cortes e vincos em ferramentas ajustáveis, sem necessidade de formas, fornecendo, como produto final, embalagens dobradas e com orelhas coladas). As impressoras da Companhia são capazes de produzir impressões de até cinco cores e reticuladas, formando policromia.

Outros equipamentos

- Grampeadeiras, coladeiras, máquinas para acessórios e paletização.
- Utilidades (caldeiras, *starch glue kitchens*, prensas enfardadeiras, picadores de refugo, etc.).
- Estações de tratamento de efluentes.

(ii) **Sacos industriais**

O saco industrial é processado em diversos equipamentos até chegar à condição de embalagem. O papel é impresso em flexografia com tinta à base de água, cortado, colado com cola vegetal de amido ou PVA, unido em camadas, dobrado, fechado para recebimento de aplicação de válvula, contagem e embalagem para envio ao cliente final.

Processo de impressão ou pré-impressão

O papel para sacos em bobinas, fabricado essencialmente a partir de fibras longas de pinus, é colocado em um cavalete desbobinador, passa através de rolos e pelo aparelho de impressão, onde ocorre a aplicação de tinta, que pode ser em até oito cores, de acordo com o desenho e layout fornecido pelo cliente. Em seguida, o papel passa por um sistema de secagem e rebobinamento. As bobinas são identificadas e retornam para o estoque, aguardando o início do processo *tuber*, de acordo com o programa de produção.

Processo *tuber*

O processo *tuber* é iniciado com a disposição das bobinas nos cavaletes desbobinadores. A primeira folha pode ser pré-impressa ou impressa diretamente nesse processo. Em seguida, o

papel passa por rolos que fazem correção do posicionamento para aplicação de cola entre as folhas, recorte (picote) e aplicação de cola lateral para permitir a formação dos tubos. Na sequência, passa pela mesa formadora do tubo e, posteriormente, no cabeçote de separação. Os tubos seguem por uma correia transportadora e pela mesa de saída onde são contados e agrupados em maços. Após formação, os maços de tubos seguem por correias automatizadas até a mesa de entrada da coladeira.

Processo coladeira

Os tubos são dispostos na mesa de entrada alimentada automaticamente e passam pelos vincadores, abridores e formadores de fundo do tubo. É feita aplicação de cola nos fundos superiores e inferiores, e aplicação da válvula no fundo superior. É feito o fechamento dos fundos, em seguida, a secagem e prensagem.

Processo de amarração dos paletes

Nesse processo, os paletes liberados são embalados com plástico ou, conforme solicitação do cliente, amarrados e encaminhados para a expedição que realiza o embarque, conforme as datas programadas.

b) Características do processo de distribuição

Os produtos da Companhia são exportados para diversos países por meio de agentes locais, *trading companies* especializadas em papel, e por meio de vendas diretas, com equipe própria estabelecida no escritório sede em São Paulo. As vendas dirigidas ao mercado interno abrangem todo o território nacional. Já as externas são dirigidas a todos os continentes do globo, principalmente aos seguintes países: Itália, China, Estados Unidos da América, México, Argentina, Vietnã, Emirados Árabes Unidos, entre outros. A logística de abastecimento aos mercados é realizada, principalmente, por via rodoviária, para o mercado interno e América Latina, e por via marítima para as demais regiões.

A Companhia possui uma unidade transformadora na Argentina, cidade de Pilar, onde a matéria prima é adquirida prioritariamente da Klabin Brasil. Essa unidade transforma a matéria prima em sacos e vende para clientes locais.

A Klabin Áustria e Klabin EUA são unidades não transformadoras que compram a totalidade de seus produtos acabados da Klabin Brasil e repassam ao cliente final com as margens de *transfer price* já estabelecidas no Brasil.

FLORESTAL

A logística de entrega de madeira nos pátios e fábricas próprias de celulose e papel, bem como para a venda de madeira em toras e toretes, é feita por via rodoviária.

As vendas são realizadas por equipe comercial própria, sediada nos estados do Paraná e Santa Catarina.

CELULOSE

As celulosas de fibra curta e fibra longa da Klabin são comercializadas nos mercados interno e externo, utilizando os modais rodoviário e marítimo para atender seus clientes.

Atualmente, a Companhia exporta celulose para mais de 50 países, principalmente por meio de sua equipe de vendas localizada em São Paulo e em Viena, na Áustria, empresas e agentes de representação comercial e diretamente para alguns clientes, utilizando-se de acordos de distribuição global.

PAPÉIS

No mercado interno, a Companhia comercializa *Kraftliner* e papel cartão para clientes de segmentos diversos. As vendas são feitas por meio de equipe própria de vendas sediada no escritório de São Paulo. No mercado externo, as vendas são feitas com vendedores próprios, agentes de venda e *trading companies*.

Para dar suporte de logística às vendas no mercado europeu, que são feitas na condição *delivered duty unpaid*, a Companhia conta com um escritório localizado na cidade de Viena, na Áustria. Com suporte desse escritório, os embarques são coordenados *just in time* para todos os clientes europeus que requerem esse serviço. A distribuição se dá por meio de diversos terminais para atender os clientes com maior agilidade e flexibilidade. Os clientes internacionais consistem em fabricantes de papelão ondulado, indústrias gráficas e demais produtores de embalagens de papel.

A comercialização de papel-cartão (bobinas e folhas) e Kraftliner é realizada pelo time comercial de Papéis, localizado no escritório sede na cidade de São Paulo. As vendas, de abrangência mundial, são feitas com vendedores próprios, agentes comissionados e trading companies, atingindo diversos segmentos da indústria de embalagens cartonadas para produtos de consumo. A competição, também mundial, se dá com produtores locais (das respectivas regiões atendidas) e internacionais (inter-regiões). As vendas são atendidas a partir das unidades fabris Monte Alegre (Telêmaco Borba/PR), Puma (Ortigueira/PR) e Otacílio Costa (SC) e de estoques de apoio que podem ser de diferentes localidades, de acordo com o interesse estratégico. No caso de beneficiamento externo (alguns acabamentos especiais), o material pode seguir diretamente do beneficiador para o cliente ou seguir para o estoque e, posteriormente, para o cliente. O transporte dos volumes de Kraftliner e papel cartão pode ser rodoviário ou marítimo.

EMBALAGENS

(i) Caixas e chapas de papelão ondulado

A comercialização dos produtos da Companhia, tanto no mercado interno como no mercado externo, é realizada por uma equipe de vendedores próprios. Os escritórios comerciais estão localizados em São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco, além das unidades de papelão ondulado nas 5 regiões do Brasil.

A comercialização de embalagens de papel (caixas, chapas, acessórios de papelão ondulado) tem sua sede em escritório, na cidade de São Paulo, e conta com regionais de vendas de abrangência nacional, com vendedores próprios e representações comerciais, o que permite atuar nesse segmento altamente competitivo.

As vendas, em quase sua totalidade, são dirigidas ao mercado interno, abrangendo todo o território nacional, e distribuídas a partir de 15 fábricas de embalagens, presentes em 10 estados da Federação, sendo eles:

Caixas:

- (i) Rio Grande do Sul (cidade de São Leopoldo);
- (ii) Santa Catarina (cidade de Itajaí);
- (iii) São Paulo (cidades de Piracicaba, Jundiaí e Suzano);
- (iv) Paraná (cidade de Rio Negro);
- (v) Minas Gerais (cidade de Betim);
- (vi) Bahia (cidade de Feira de Santana);
- (vii) Goiás (cidade de Rio Verde);
- (viii) Ceará (cidade de Horizonte);
- (ix) Amazonas (cidade de Manaus); e
- (x) Pernambuco (cidade de Goiana).

A logística de abastecimento do mercado interno é realizada principalmente por transporte terrestre (rodovia).

(ii) **Sacos industriais / sack kraft (papel para sacos)**

A comercialização dos produtos da Companhia, tanto no mercado interno, como no mercado externo, é realizada por uma equipe de vendedores próprios. Os escritórios comerciais estão localizados em São Paulo/SP e em Lages/SC.

A distribuição dos sacos industriais é realizada a partir das duas unidades industriais localizadas no Brasil, nos municípios de Lages (SC) e Goiana (PE), por meio do modal rodoviário para todo o território nacional e alguns países vizinhos. A Companhia utiliza o modal marítimo para a exportação a outros países da América Latina bem como para os demais países aos quais exporta, pelos portos de Itajaí e São Francisco, ambos localizados em Santa Catarina.

A Companhia atende ao mercado argentino através de sua unidade industrial localizada em Pilar, próxima de Buenos Aires.

c) Características do mercado de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

FLORESTAL

A Klabin comercializa a madeira não utilizada em seus processos com clientes de diversos segmentos, como serrarias, fabricantes de molduras, móveis, painéis e compensados, entre outros, cujos produtos são destinados tanto ao mercado interno quanto à exportação, principalmente para a América do Norte e a Europa.

Em 2025, a companhia vendeu 4.512 mil toneladas de madeira, gerando receita de R\$ 688 milhões. As vendas são conduzidas por equipe comercial própria, sediada nos estados do Paraná e de Santa Catarina, atendendo mais de 30 clientes.

CELULOSE

A Klabin é a única empresa brasileira a produzir e comercializar três tipos de celulose: fibra curta, fibra longa e *fluff*.

O mercado mundial da celulose de fibra curta é de aproximadamente 42 milhões de toneladas/ano e o produto é especialmente adequado para fins sanitários (papel higiênico, papel toalha, guardanapos), impressão e escrita (livros, impressão, catálogos) e papéis especiais.

Como única produtora brasileira de fibra longa e *fluff*, a Companhia prioriza o atendimento das necessidades e de abastecimento para o mercado doméstico, com foco em fraldas infantis e geriátricas, absorventes higiênicos e produtores de não tecidos *nonwovens*. No cenário competitivo nacional, predominam produtores de fibra curta, ao passo que a concorrência em fibra longa é composta majoritariamente por *players* sediados na Argentina e na América do Norte.

Entretanto, a fibra longa e o *fluff* também são exportados para mais de 20 países, aproveitando principalmente o crescimento global do mercado de fraldas infantis e geriátricas.

PAPÉIS

Os clientes de papel *containeboard virgem*, no mercado externo são, em sua grande maioria, empresas fabricantes de caixas de papelão ondulado, como fornecedores de caixas para diversos segmentos, destacando-se: produtos alimentícios, químicos e derivados, fruticultura, floricultura, avicultura, bebidas, fumos, metalurgia, perfumaria, cosméticos, entre outros. No mercado interno, além da integração do papel em nossas linhas de conversão e venda dos papéis virgens, kraftliner e white top liner, para os produtores de caixas brasileiros, a Companhia tem diversificado o atendimento a diferentes segmentos com o objetivo de garantir competitividade, por exemplo, nos mercados de lixas, folhas separadoras, *slip sheet*, sacolas e outras embalagens que podem substituir o uso do plástico.

A maioria dos clientes do mercado externo localizados na América Latina têm forte atuação no mercado de frutas, como Argentina, Colômbia, Chile e Equador, sendo este último um dos maiores exportadores de bananas do mundo. A estratégia da Companhia em focar nesses mercados se deve pelos produtos alimentícios, notadamente as frutas, serem embalados em papéis com certificação para contato direto com alimentos e com isenção de metais pesados, o que é um grande diferencial da Companhia.

No mercado interno, a Companhia é a maior produtora de *containeboard virgem* do Brasil, representando mais de 60% do total produzido no país em 2025. A Klabin vem aumentando sua exposição, usando como principal diferencial a oferta de produtos certificados para contato direto com alimentos e produtos certificados pelo FSC.

De acordo com a Empapel, Associação Brasileira de Embalagens em Papel ("Empapel"), em 2024 a Klabin expediu cerca de 20% de todas as caixas produzidas no Brasil. O concorrente que mais se aproximou a Klabin quanto ao volume expedido ficou com 14% do *market-share*. Essa posição foi reforçada com a entrada da nova fábrica de última geração, em Piracicaba, inaugurada em 2024.

O papel-cartão da Companhia atende à produção de embalagens cartonadas para produtos de consumo dos mais variados segmentos, como alimentos (*in natura* ou preparados: secos, gordurosos, congelados e refrigerados), produtos eletrônicos e elétricos, utensílios em geral, produtos de higiene e limpeza, calçados, bebidas em latas e garrafas, peças e equipamentos, artigos de vestuário, entre outros.

Segundo a IBÁ, o consumo aparente do mercado brasileiro de papel-cartão, excluindo cartões para líquidos, foi de 763 mil toneladas em 2025, 782 mil toneladas em 2024 e 718 mil toneladas em 2023.

A Klabin mantém sua posição de liderança, sendo a maior produtora de papel-cartão do Brasil. Em 2025, de acordo com dados internos, a Klabin representou 36% da expedição do papel-cartão no Brasil. Essa posição de liderança pode ser explicada pela qualidade do papel-cartão Klabin, pela variedade do portfólio e também pelo diferencial da fibra virgem na produção, sendo a maior produtora de cartão *carrier board* (CUK) e a única Companhia a produzir o cartão para líquidos (LPB) da América Latina, cartões que exigem a pureza do material por questões de resistência e especificação do produto.

Em 2025, passou também a disponibilizar o papel-cartão em resmas, garantindo maior pulverização da linha Klabin no mercado interno por meio de distribuidores.

EMBALAGENS

(i) Caixas e chapas de papelão ondulado

Os clientes de papelão ondulado são dos mais diversos segmentos da indústria, dos quais podemos destacar: produtos alimentícios (alimentos industrializados e proteínas), químicos e derivados, fruticultura, avicultura, bebidas, fumos, metalurgia, eletroeletrônicos, perfumaria e cosméticos, entre outros. As vendas de papelão ondulado no mercado interno também são impulsionadas por esses setores.

Conforme informações divulgadas pela Empapel, a expedição de caixas e chapas de papelão ondulado em 2025 foi de 4,227 milhões de toneladas, queda de -0,5% em relação a 2024, cuja expedição foi de 4,248 milhões de toneladas.

De acordo com a Empapel, em 2024 a Klabin expediu cerca de 22% de todas as caixas produzidas no Brasil. O concorrente que mais se aproximou da Klabin quanto ao volume expedido ficou com 14% do *market-share*. Essa posição foi reforçada com a entrada da nova fábrica de última geração, em Piracicaba, inaugurada em 2024.

A Klabin, no mesmo período, apresentou crescimento de 2,3% em expedição, medido pelo volume em toneladas, de produtos ondulados, elevando seu market share para 22,2% em 2025 (21,6% em 2024).

(ii) **Sacos industriais**

A Companhia atua em vários segmentos e geografias. Os principais segmentos atendidos são de construção civil, sementes, produtos químicos, alimentos, ração e minérios.

No mercado brasileiro, a Klabin é líder de *market share*, fornecendo sacos para os principais clientes de cada segmento, enquanto no mercado externo a Companhia está presente em diversos continentes, com destaque para as Américas.

d) Eventual sazonalidade

FLORESTAL

Conforme citado na seção 1.4 **(a) características do processo de produção**, a Companhia utiliza suas florestas de eucalipto e pinus para sua própria demanda, com isso não há sazonalidade significativa nas vendas do segmento florestal.

CELULOSE

Por se tratar de insumo essencial para a produção de diversos produtos, a demanda por fibras, tanto no Brasil quanto globalmente, mantém crescimento estrutural saudável, e com sazonalidades que variam conforme a região. Na China, o consumo é impactado pelo Ano Novo Chinês, enquanto nas demais regiões, observa-se uma desaceleração no final do ano, refletindo a redução de estoques em razão do encerramento do calendário anual. Na Europa, por sua vez, o mercado é afetado devido às férias no hemisfério norte, especialmente no terceiro trimestre do ano.

PAPÉIS

A demanda por exportações de *Kraftliner* e *White Top Liner* apresenta comportamento sazonal, influenciado por fatores regionais específicos. Na América do Sul, os volumes de compra desses papéis registram aumento significativo durante o período da safra de frutas, geralmente de agosto a março do ano subsequente, impulsionados pela necessidade de embalagens para exportação de produtos agrícolas. Um ponto fora da curva é o segmento de bananas, cuja demanda se mantém estável durante todo o ano devido à regularidade dos embarques.

Por outro lado, o mercado europeu sofre retração no consumo durante o verão, especialmente entre junho e agosto, período em que há desaceleração industrial e menor atividade no setor de bens de consumo. Essa alternância sazonal entre os mercados sul-americano e europeu proporciona uma compensação natural na alocação da capacidade produtiva e logística, minimizando os impactos nas vendas totais ao longo do ano e contribuindo para uma gestão de demanda mais equilibrada.

As vendas de papel-cartão estão diretamente relacionadas ao desempenho do setor de bens de consumo, abrangendo uma ampla gama de aplicações, desde embalagens para alimentos e bebidas até produtos de higiene, cosméticos e eletrônicos. Essa diversificação tende a suavizar variações abruptas na demanda ao longo do ano. Ainda assim, observa-se uma sazonalidade moderada, especialmente em anos considerados típicos, ou seja, desconsiderando interferências econômicas ou eventos extraordinários.

Nessas condições, a demanda costuma se intensificar no segundo semestre, impulsionada pelo aumento do consumo associado a datas comemorativas e ao ciclo promocional de fim de ano, como Black Friday, Natal e Ano Novo, períodos em que a indústria de bens de consumo eleva sua produção e, conseqüentemente, o uso de embalagens.

EMBALAGENS

(i) Caixas e chapas de papelão ondulado

As vendas de papelão ondulado têm relação com a produção de bens de consumo e o segmento apresenta maior força no segundo semestre do ano, devido à época de festas. O mercado de embalagem também é influenciado por exportações indiretas: fumo, frutas, carnes e aves etc. No entanto, essa sazonalidade não tem impacto relevante no resultado da Companhia.

(ii) Sacos industriais

O consumo de cimento, um dos principais produtos embalados em sacos industriais, apresenta queda nos períodos de chuva. Desta forma, no Brasil as vendas de sacos industriais da Companhia são mais fracas nos dois primeiros meses do ano.

Já o segmento de sementes, produto também relevante no setor, apresenta pico entre os meses de março e abril, onde a safra de sementes é maior, no entanto essa sazonalidade não tem impacto relevante no resultado da Companhia.

e) Principais insumos e matérias-primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

O relacionamento da Klabin com seus fornecedores é pautado por uma política de respeito e confiança. Para tornar o processo mais transparente, as relações comerciais são realizadas pelas áreas de compras, com foco em: desenvolver novas fontes de suprimentos nacionais e internacionais, coordenar o processo para a adoção de compras eletrônicas com fornecedores qualificados, estimular pequenas e médias empresas a terem maior participação no mix de fornecedores, criar sinergias com as áreas de produção, vendas e logística, entre outros.

Devido à sua abrangência territorial e ao grande número de contratos com fornecedores de várias localidades, temos uma Diretoria de Suprimentos, a qual é responsável pela gestão e negociação das aquisições de produtos e dos serviços necessários às operações de cada unidade.

Os contratos firmados com fornecedores são estabelecidos por meio de processo de homologação, que consiste na avaliação de aspectos como saúde e segurança no trabalho, jurídico, comercial, técnico, responsabilidade ambiental e financeiro. Esses contratos trazem também cláusulas específicas de proteção ao trabalho, como a proibição de trabalho infantil e forçado, a prostituição infantil nas estradas e a proteção ao meio ambiente.

Nos processos estratégicos de negociação, em determinada fase, realizamos o levantamento dos documentos que comprovam a permissão de atividade/funcionamento dos fornecedores, respectivas licenças de operação (incluindo as de aspecto ambiental e sanitários, quando aplicável), certidões de exercício governamental (impostos e obrigações trabalhistas), além de autorizações de armazenamento e transporte. Nessa fase, a regularidade desses documentos constitui aspecto obrigatório de atendimento para que o respectivo fornecedor seja validado tecnicamente na promoção de contratos com a Klabin. Em adição, a Companhia estabelece regras e termos contratuais para acompanhamento e comprovação periódica desse status de regularidade.

Os fornecedores precisam comprovar *expertise* técnica para atender, com qualidade, prazos e volume, às demandas da Companhia; fornecer, quando necessário, amostra/ lote de seus produtos para avaliação; assegurar à Klabin adoção de práticas de responsabilidade social, relativas a benefícios básicos aos seus colaboradores; ambiente de trabalho seguro, produtivo e participativo; não utilizar mão de obra infantil e de padrões de responsabilidade ambiental. Devem, ainda, colaborar para o fortalecimento da cadeia de suprimento, promovendo a valorização da livre concorrência, e proporcionar visita técnica para avaliação de instalações, equipamentos, processos de produção etc.

Embora a Companhia não possua uma política formal de privilegiar compras com fornecedores locais, ela busca desenvolver novas fontes de suprimento, tanto nacionais quanto internacionais. Com o objetivo de promover alternativas para materiais e insumos, a Companhia incentiva pequenas e médias empresas a aumentarem sua participação como fornecedores. O foco da área se dirige ainda a aspectos como: adotar processo de compras eletrônicas em fornecedores qualificados, negociar contratos corporativos para o fornecimento de materiais e serviços, coordenar e executar os processos de importação, entre outros.

O relacionamento entre a Companhia e seus fornecedores é, geralmente, de médio e longo prazo. A maior parte dos insumos adquiridos pela Companhia possui precificação variável, de acordo com o balanço entre a oferta e a demanda nos setores. Aumentos significativos na demanda ou restrições bruscas na oferta, podem fazer com que preços internacionais atinjam níveis mais altos e vice-versa.

Os prestadores de serviços são submetidos a procedimentos para apresentação de documento, visando a verificação da sua conformidade em relação à legislação trabalhista e ao recolhimento de contribuições sociais e encargos trabalhistas, podendo, inclusive, realizar inspeções. Essas inspeções incluem vistoria de documentação trabalhista e de locais de atuação, verificando a existência de condições dignas de trabalho e a ausência de mão de obra infantil. Esse procedimento busca averiguar as condições estabelecidas para os contratados diretamente pela Companhia, com colaboradores fisicamente presentes nas unidades da Klabin ou em outro local por ela determinado.

O acompanhamento da documentação referente à área trabalhista pode ocorrer nas próprias instalações do fornecedor, para possibilitar maior detalhamento nas análises. No caso de apuração de eventuais irregularidades, a área contratante e o setor de suprimentos são responsáveis pela adoção de providências, que incluem notificação escrita ao fornecedor sobre suspensão de pagamento até regularização do aspecto detectado como falho, bem como a afirmação de que a reincidência ocasionará a desabilitação como fornecedor da Companhia. A empresa desabilitada somente pode ser recontratada depois de ultrapassado o prazo de dois anos desde a rescisão contratual. No caso de novas irregularidades durante a vigência do novo contrato, o fornecedor é permanentemente desabilitado.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A eventual dependência de poucos fornecedores concentra-se em insumos muito específicos, como a distribuição de energia.

A distribuição e transmissão de energia no Sistema Elétrico Brasileiro é limitada a empresas que possuem concessões do governo federal para operar nos estados, como por exemplo a Copel (Companhia Paranaense de Energia) no Paraná. No entanto, as unidades produtivas da Klabin fazem parte do Mercado Livre de Energia, o que lhes permite negociar e comprar toda a energia consumida diretamente de geradores ou comercializadores. Esses processos são geridos de forma matricial na Companhia.

iii. Eventual volatilidade de seus preços

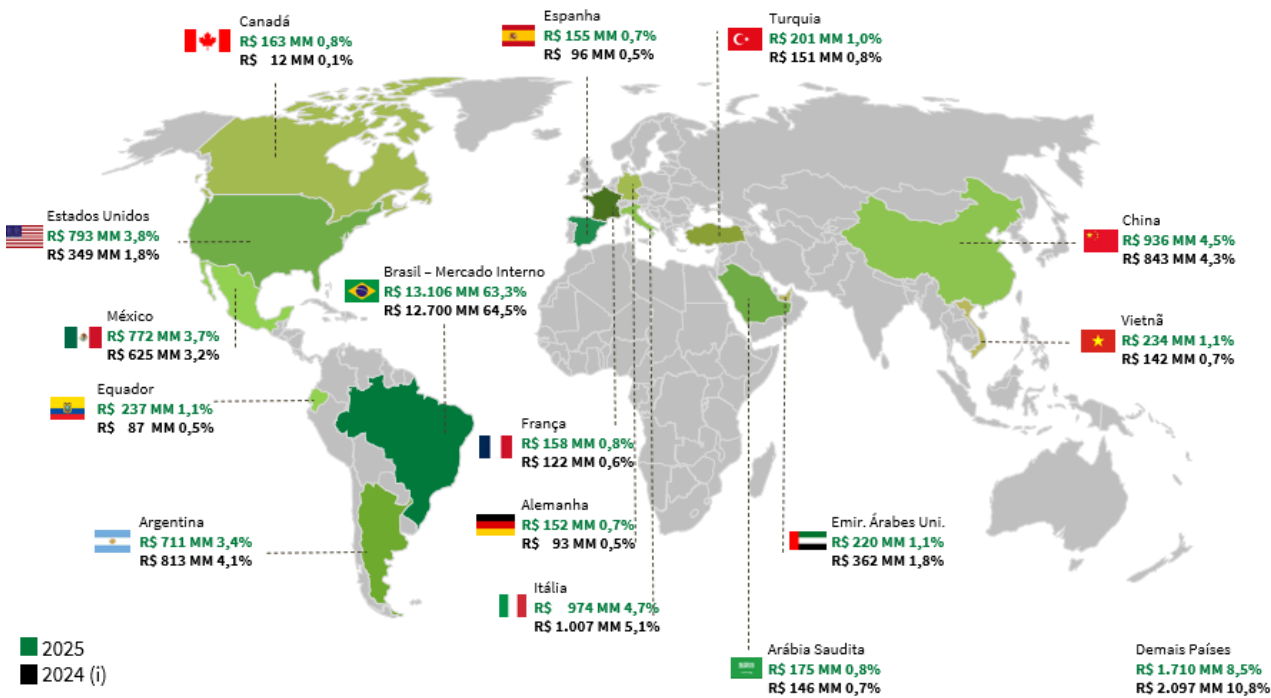
Serviços prestados para a Companhia possuem contratos de médio prazo e pouca oscilação de valores. Os reajustes de preço são feitos em negociações periódicas, com base em dissídio e inflação. Já os preços de insumos apresentam maior volatilidade de preços, em função da oscilação entre a oferta e a demanda nos mercados. Em geral, a formação de preço desses produtos sofre influência de PIB, inflação, nível da atividade econômica no Brasil e no mundo, variação da taxa de juros, carga tributária e flutuação do Real em relação às moedas estrangeiras, assim como fenômenos da natureza, que podem impactar a oferta. Os custos de energia elétrica são reajustados periodicamente, após revisão tarifária das concessionárias e eventuais encargos, aprovados pelo governo.

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhum cliente foi responsável por uma concentração superior a 10% da receita operacional líquida.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A base de clientes da Companhia é pulverizada. Abaixo, para referência adicional, a Companhia apresenta sua receita nos principais mercados de atuação:



a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Em termos de principais autorizações governamentais, as atividades e produtos que fazem parte do portfólio da Klabin demandam uma relação mais direta com os órgãos ambientais em diversas esferas federativas e de competência, notadamente diante da necessidade de obtenção de licenças ambientais, outorgas para uso de recursos hídricos, autorização para supressão e manejo florestal e gerenciamento de resíduos de modo geral.

Nesse tocante, podem ser descritas como normas de maior impacto em sua atividade a legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal, em especial a Política Nacional do Meio Ambiente, o Código Florestal, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Política Nacional de Recursos Hídricos e as normas que as materializam em âmbito estadual e local.

A legislação ambiental brasileira exige licenças e autorizações prévias dos órgãos ambientais federais e/ou estaduais e, em alguns casos, dos órgãos ambientais municipais, por meio dos quais o órgão competente estabelece controles e condicionantes ambientais que devem ser cumpridos pelas empresas – tal como é o caso das atividades de fabricação de celulose e papel.

Atividade Portuária

Compete à União a exploração de portos marítimos, de forma direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, conforme o disposto na alínea (f) do inciso XII do artigo 21 da Constituição Federal. A exploração dos portos é regida pela Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013, conforme alterada, cujo parágrafo 1º do artigo 1º determina que a exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público.

A atividade portuária no Brasil é regulada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), criada pela Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, conforme alterada, e pelo Ministério da Infraestrutura, reestruturado pelo Decreto Federal nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023, conforme alterado. A Companhia possui, atualmente, o terminal portuário localizado no Porto de Paranaguá.

No Porto de Paranaguá, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, empresa pública estadual subordinada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, atua como autoridade portuária e a Receita Federal do Brasil como autoridade aduaneira autorizando e fiscalizando o alfandegamento das instalações portuárias.

Autorizações

São aplicáveis às atividades as autorizações de praxe que envolvem a administração pública local (alvarás de localização e funcionamento) e entidades fiscais, além de autorizações para uso de produtos químicos controlados e outros que estão sujeitos a controle especial por parte do Exército e da Polícia Civil e Federal.

Em toda a sua trajetória, a Klabin, nas suas atividades, mantém sempre uma relação transparente e de boa-fé com os entes da administração pública envolvidos na regulação e/ou controle de suas atividades, atuando com diligência na prestação de informações, quando solicitadas, e mantendo válidos os respectivos atos autorizativos.

A Companhia necessita de autorizações governamentais para exercer as atividades industriais, respeitando o cumprimento legal, o que envolve licenças ambientais, outorgas de uso de recursos naturais, autorizações para supressão vegetal, cadastros, certificados e outras autorizações que envolvam atividades operacionais e a gestão ambiental.

A Companhia busca adaptar os negócios às exigências de tais órgãos com o menor impacto possível no desempenho do plano de negócios. O histórico de relação da Companhia com os órgãos responsáveis pela emissão desses documentos é baseado em transparência e proatividade.

b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

As atividades desenvolvidas pela Klabin, conforme demonstrado, estão sujeitas ao cumprimento de normas de aspecto socioambientais diversos. Conforme previsto no §3º do Artigo 225 da Constituição Federal, todas as ações consideradas nocivas ao meio ambiente podem sujeitar os infratores à aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, além da obrigação de reparar os danos causados (responsabilidade civil).

Política de Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade da Companhia ("Política de Sustentabilidade") foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de abril de 2022, e é o documento que fundamenta o compromisso da Companhia com desenvolvimento sustentável.

A Companhia considera as dimensões da Sustentabilidade em seu conceito mais amplo: liderança e governança, meio ambiente (considerando a avaliação de riscos e os impactos potenciais positivos e negativos das operações da empresa e nas operações da empresa), capital humano, capital social (que, além da avaliação de riscos e impactos supracitados, inclui aspectos de direitos humanos, fundamentais em todas as nossas relações), modelo de negócios e inovação.

Foram definidos como principais grupos de partes interessadas, aqueles sobre os quais temos impacto e influência significativa, como colaboradores diretos e indiretos, acionistas, comunidades, biodiversidade, parceiros de negócio (fornecedores e clientes), órgãos públicos, entidades financeiras e do terceiro setor, dentre outros. E a Companhia espera de seus representantes, a adoção de compromissos e condutas semelhantes, de forma a promover o desenvolvimento sustentável em toda a cadeia de valor.

A Política de Sustentabilidade está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) da B3 (www.b3.com.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), na seção "Governança Corporativa" e no ícone "Estatuto, Códigos e Políticas" (<https://ri.klabin.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>).

DIRETRIZES:

- i. Buscar ativamente a transição para uma economia de baixo carbono, aplicando e estimulando o direcionamento de investimentos e instrumentos financeiros que considerem valores e performance ligados à Sustentabilidade, buscando transparência e confiabilidade nos dados que orientam tomada de decisões e alinhamento com a ciência e parâmetros reconhecidos e, sempre que pertinente, promover a verificação da consistência dos dados por terceira parte.
- ii. Inovar e adaptar o modelo de negócio para ser cada vez mais responsável na revisão e definição do portfólio de produtos e processos estratégicos, em direção às soluções positivas para a natureza.
- iii. Mapear, mensurar e dar transparência ao impacto das externalidades ambientais e sociais geradas pelos negócios da Companhia em relação ao território e o relacionamento com partes interessadas.
- iv. Buscar o cumprimento da Agenda Klabin no seu horizonte e metas estabelecidas com base nos temas prioritários para que a atuação e estratégia de crescimento da Companhia sejam orientadas para o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a justiça social, considerando os impactos e externalidades dos negócios.
- v. Zelar pelo tom e afirmações nas abordagens de marketing e comunicação da Sustentabilidade para que as mensagens sejam corretas, precisas e pautadas somente pelo desempenho e práticas mantidas pela Companhia.
- vi. Promover uma cultura de disseminação da ética e desenvolver as melhores práticas de governança corporativa.
- vii. Respeitar e promover os direitos humanos de acordo com os Princípios Orientadores para Empresas em Direitos Humanos da ONU e demais compromissos nacionais e internacionais que tragam diretrizes sobre o tema, pertinentes às operações da Klabin e seus territórios.
- viii. Buscar aplicar as mais eficientes e atuais tecnologias e soluções de engenharia na implantação de novos projetos e empreendimentos, zelando pela proteção da saúde humana, dos recursos naturais e do meio ambiente.
- ix. Potencializar a circularidade, buscando desenvolver parcerias para novos modelos de negócios e o design ecoeficiente de produtos e processos, que maximizem a redução, reuso e a reciclagem de produtos da cadeia e subprodutos do processo industrial.
- x. Promover a colaboração com clientes, fornecedores, academia, sociedade civil organizada e outras partes interessadas na busca por inovação para os produtos e processos, e por melhorias visando a sustentabilidade para a cadeia de valor.

xi. Buscar a qualidade competitiva, visando a melhoria sustentada dos seus resultados, pesquisando, desenvolvendo e aperfeiçoando continuamente os processos, produtos e serviços, existentes e novos, para atender às expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, comunidade, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

xii. Buscar a valorização da base florestal a partir de sua transformação em produtos sustentáveis e competitivos e, assegurar o suprimento de madeira plantada para as suas unidades industriais, de forma sustentada, sem agredir os ecossistemas naturais associados, nas operações próprias e em fomentados.

xiii. Assegurar que as operações da Companhia busquem constantemente a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), considerando os impactos ambientais nas suas operações e projetos de investimento para que sejam compatíveis com os objetivos de longo prazo adotados pela Klabin.

xiv. Promover a conservação da biodiversidade, por meio do desenvolvimento de práticas que aumentem o equilíbrio ecossistêmico, incentivando a pesquisa e parcerias com a academia e atuando com o compromisso da utilização de técnicas de manejo florestal reconhecidas, o que compreende conservar atributos e evitar operar em áreas de preservação de patrimônio natural e/ou que contenham espécies relevantes para a biodiversidade nacional e global.

xv. Praticar a gestão responsável de recursos hídricos, em especial nas áreas de estresse hídrico, para assegurar a disponibilidade de água em qualidade e quantidade necessárias para o abastecimento dos territórios onde atua.

xvi. Evitar e prevenir a poluição por meio da redução dos impactos ambientais relacionados a efluentes hídricos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas, considerando constantemente esses elementos na manutenção e melhoria de processos produtivos, no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos, em operações florestais e logísticas, e no monitoramento de fornecedores críticos em função de aspectos econômicos e socioambientais.

xvii. Identificar antecipadamente os impactos sociais negativos causados por nossas operações florestais, industriais e de logística para evitá-los, preveni-los e mitigá-los. Simultaneamente, potencializar os impactos positivos de nossas operações por meio de programas e ações sociais em parceria com instituições públicas, privadas e da sociedade civil, promovendo o engajamento e contato frequente, proativo e transparente com as partes interessadas.

xviii. Atender a legislação e as normas nacionais (e internacionais quando aplicáveis) à segurança e qualidade do produto, meio ambiente, e saúde e segurança ocupacional. Promover o bem-estar físico, mental e social dos colaboradores diretos e indiretos, através da melhoria contínua das condições de trabalho, saúde e segurança, com o compromisso de consultar e promover sua participação ativa na busca da prevenção e mitigação de riscos, e do desenvolvimento pessoal e profissional de cada indivíduo.

xix. Praticar a responsabilidade social com foco nas comunidades onde atua, de acordo com a plataforma de investimento social privado e suas linhas de atuação: desenvolvimento local (impulsionando as capacidades de planejamento e gestão pública participativa em direção ao desenvolvimento sustentável), educação, meio ambiente e cultura.

Certificações

A certificação FSC atesta o manejo florestal responsável, práticas de sustentabilidade e rastreabilidade de matérias-primas em toda a cadeia de produção, desde a operação florestal, passando pela fabricação do papel até a conversão.

Apostando no uso múltiplo e racional de suas florestas, a Klabin também promove atividades que permitem o aproveitamento sustentável dos recursos naturais. A gestão sustentável levou a empresa a ser a primeira do Hemisfério Sul, no setor de papel e celulose a conquistar a certificação FSC® (*Forest Stewardship Council*), em 1998, para suas florestas no Paraná. Em 1999, a empresa foi a primeira Companhia do mundo a ter produtos florestais não-madeireiros certificados, devido ao manejo de plantas medicinais e cadeia de custódia de produtos fitoterápicos e fitocosméticos, produzidos no Programa de Fitoterapia da empresa.

Em todas as unidades os indicadores de desempenho ambiental apresentam avanços ano a ano com a implantação de procedimentos padronizados, a exemplo de coleta seletiva de lixo, separação de resíduos, entre outros. Todos os profissionais envolvidos são treinados para agir preventivamente e no controle e atendimento de urgências ambientais.

A empresa também possui certificações PEFC™, Ok Compost, FSSC 22000, FSC de Serviços Ecossistêmicos e pelas normas ISO 14001, FSSC 22000, ISO 9001, ISO45001, ISO 50001 e pelo Instituto ISEGA, da Alemanha.

Biodiversidade

A conservação da biodiversidade é uma das práticas de responsabilidade ambiental da Klabin prevista em sua Política de Sustentabilidade. Os resultados alcançados nesse campo são potencializados pela adoção do sistema de manejo florestal em forma de mosaico, que entremeia áreas de vegetação nativa e de plantio de pinus e eucalipto, formando corredores ecológicos. Dessa forma, é possível manter habitats adequados para a fauna e a flora e prever a manutenção da qualidade das águas e o equilíbrio do ecossistema.

A Companhia mantém, desde a década de 80, o Parque Ecológico Klabin, responsável por reabilitação e atendimentos para animais silvestres, e programas de pesquisas científicas com foco em conservação e de educação ambiental. A partir de 2020, a organização passou a contribuir também com programas de refaunação, viabilizando ações de reforço populacional de espécies ameaçadas, e reintrodução de espécies extintas, de acordo com listas estaduais, federais e internacionais de ameaça.

Essas práticas garantiram a seleção da Klabin para integrar o livro Casos Exemplares de Manejo Florestal Sustentável na América Latina e no Caribe, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). O documento reúne 35 casos em 14 diferentes países dessas regiões, sendo a Klabin a única empresa brasileira destacada em razão do multiuso florestal madeireiro e não madeireiro. As práticas ambientalmente corretas, bem como o manejo adequado da paisagem, propiciam o aproveitamento do potencial produtivo de suas florestas e a proteção de seus recursos naturais.

Monitoramento

Desde o início de suas atividades, a Companhia trabalha para identificar e monitorar a biodiversidade de suas florestas, a partir da identificação de espécies consideradas raras ou em extinção em listas como da União Internacional para Conservação da Natureza ("IUCN") e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("Ibama"). O trabalho de mapeamento e preservação dos ecossistemas leva em consideração regulamentos de órgãos ambientais, é realizado em parceria com instituições de pesquisa e contempla diferentes espécies de animais (mamíferos, aves, répteis, anfíbios, insetos, entre outros), estudadas para a compreensão da dinâmica e das relações com seus habitats. Os resultados das análises possibilitam a aplicação de modelos sustentáveis de manejo.

Associados às atividades de monitoramento, diferentes procedimentos e programas são adotados para proteger essas áreas, como:

- não realização de atividades nas áreas produtivas adjacentes que causem impacto nas áreas preservadas (exemplos: evitar erosão e carreamento de sedimentos para dentro das áreas de preservação, não utilizar de contornos e não derrubar árvores plantadas).
- aplicação controlada de produtos químicos para evitar riscos nas áreas protegidas.

Atualmente, a Companhia possui 910 mil hectares de terras, sendo 462 mil hectares de áreas produtivas de pinus, eucalipto e área de operação, 373 mil hectares de florestas nativas conservadas, 75 mil hectares de área com outros usos, distribuídos em estradas, divisórias e benfeitorias, entre outras.

Toda a madeira plantada passa por processo de colheita mecanizada, o que garante melhor produtividade, confiabilidade e segurança, com menores perdas e custos reduzidos.

Ciente da importância da manutenção da biodiversidade para a preservação da vida na natureza, a Klabin adota políticas estratégicas de monitoramento e preservação das diversas espécies de fauna e flora existentes nas florestas nativas da Companhia. Localizada na Fazenda Monte Alegre, em Telêmaco Borba/PR, está instalada uma Reserva Particular do Patrimônio Natural ("RPPN"), com 3.852 hectares, e em Santa Catarina, encontra-se o Complexo Serra da Farofa, com área total de 4.987,16 hectares. A empresa passa a gerir também as RPPNs Barra Mansa (218 ha) e Vale do Corisco (507,5 ha), situadas na área do Projeto Caetê, no Paraná. Foi formalizada com o Instituto Água e Terra (IAT) a criação da RPPN Samuel Klabin, localizada na zona rural do município de Imbaú, também no Paraná. Com uma área total de 168,90 hectares, a reserva representa 24,43% da extensão total da Fazenda Aracy, que possui 826,55 hectares.

Por meio de monitoramento constante, são realizados diagnósticos para verificação da quantidade e qualidade das populações, espécies ameaçadas e habitats, além de acompanhamento de emissões e ações corretivas para desvios. A partir dos levantamentos, é elaborado anualmente o plano de manejo das unidades florestais, que inclui os dados de biodiversidade, com o objetivo de reduzir os impactos negativos e ampliar os positivos, além de restaurar áreas para melhoria das condições ambientais das reservas nativas, incrementando recursos para a fauna e flora. Entre os procedimentos adotados está, por exemplo, a não realização de atividade de impacto em áreas produtivas adjacentes a áreas

preservadas. Para mais informações, por favor acesse o Plano de Transição para a Natureza da Klabin, disponível no Painel ASG (<https://esg.klabin.com.br/>) dentro do tema de Biodiversidade.

Questões Sociais

A Companhia necessita de autorizações governamentais para exercer as atividades industriais em conformidade com a legislação vigente, incluindo licenças ambientais, outorgas, autorizações, cadastros e certificados. Além de atender aos requisitos legais e operacionais, essas autorizações também contemplam aspectos sociais relevantes, como o relacionamento com comunidades locais, o respeito aos direitos das populações impactadas, a promoção do desenvolvimento sustentável e a garantia de práticas responsáveis que contribuam para o bem-estar coletivo.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Companhia desenvolve atividades florestais, industriais e logísticas com base em ativos florestais certificados e inovações tecnológicas aplicadas à produção de celulose, papéis e embalagens. As operações são realizadas com tecnologias próprias e licenciamento contratualmente estruturados, que asseguram a continuidade de uso das tecnologias adquiridas de terceiros. A Companhia possui portfólio diversificado de ativos de propriedade intelectual, composto por marcas, patentes, desenhos industriais, que reforçam a competitividade das operações.

Dentre os ativos intangíveis, a Companhia considera seus registros para a marca "Klabin" o mais relevante para as suas atividades, além do nome de domínio "klabin.com.br", por agregar na consolidação e relevância do seu negócio no mercado nacional e internacional.

No âmbito regulatório, a Companhia atua em operações multimodais, incluindo terminal portuário, ferrovia, rodovia, navegação marítima, a exemplo das atividades do Terminal Portuário PAR01, em Paranaguá, e o Terminal de Contêineres, em Ortigueira, sujeitas a licenças e autorizações específicas. Mais informações sobre a operação do terminal portuário da Companhia estão previstas na seção 1.6(a) deste Formulário.

A Companhia opera com certificações reconhecidas, como a FSC® e PEFC, que atestam conformidade ambiental e de manejo florestal, sem configurar dependência exclusiva para a continuidade operacional.

d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; (ii) em favor de partidos políticos; (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

De acordo com a legislação brasileira, e conforme fundamentado pelo Código de Conduta da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2021, e a Política Anticorrupção, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2024, a Klabin não fornece nenhum financiamento político, incluindo

fundos políticos, fundos eleitorais para grupos políticos e fundos de lobby de partidos políticos. A Companhia, por meio de organizações setoriais de neutralidade política, colabora com o desenvolvimento de políticas públicas de interesse da sociedade e apoia diversas iniciativas dentro das respectivas organizações.

A Companhia informa que, na data deste Formulário de Referência, não realizou quaisquer doações ou contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, seus administradores ou acionistas controladores, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país-sede da Klabin e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes do mercado brasileiro foi de R\$ 13,1 bilhões no período findo em 31 de dezembro de 2025, o equivalente a 63% de participação na receita líquida total da Companhia no mesmo período.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período findo em 31 de dezembro de 2025, a receita da Companhia proveniente dos clientes do mercado externo foi de R\$ 7,6 bilhões, o equivalente a 37% de participação na receita líquida total da Companhia.

Abaixo, segue tabela que evidencia a distribuição da receita líquida de clientes do mercado externo no período findo em 31 de dezembro de 2025:

País	<u>31/12/2025</u>	
	Receita ME (R\$/Milhões)	% na Receita Líquida
Itália	974	4,7%
China	936	4,5%
EUA	793	3,8%
México	772	3,7%
Argentina	711	3,4%
Equador	237	1,1%
Vietnã	234	1,1%
Emirados Árabes Unidos	220	1,1%
Turquia	201	1,0%
Arábia Saudita	175	0,8%
Canadá	163	0,8%
Espanha	155	0,7%
França	158	0,8%
Alemanha	152	0,7%
Demais países	1.710	8,5%
	7.566	36,7%

A Companhia exporta para mais de 80 países e está sujeita às leis e regulamentações legais desses locais. As autoridades responsáveis pelos países para os quais a Companhia exporta seus produtos poderão revisar leis e regulamentos vigentes e/ou alterar os termos e condições das licenças concedidas à Companhia e/ou de suas subsidiárias. O cumprimento dessas leis e regulamentos poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais (tais como substituição, reparação ou atualização de instalações, equipamentos ou materiais periódicos), que poderão ser significativos.

Além disso, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados pelas medidas tomadas por países importadores para proteger os produtores locais, como tarifas impostas a produtos importados. A competitividade das companhias do Brasil levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso das companhias aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Diante disto, alguns países impõem quotas ou tarifas de importação de produtos vindos do Brasil. Atrasos na alocação dessas quotas ou a imposição de tarifas, ou mudanças na legislação ou políticas relacionadas a elas podem afetar adversamente as exportações da Companhia.

A fábrica de sacos industriais da Klabin na Argentina está inscrita e é regulada por órgãos que atuam em meio ambiente, leis trabalhistas, regime de tributação e de sindicatos da Argentina.

Adaptação à EUDR

Em maio de 2023, o Conselho da União Europeia (UE) adotou o *EU Deforestation Regulation* (EUDR) como regra para atividades comerciais e de exportação de produtos que estejam desassociados ao desmatamento. A aplicação do regulamento foi adiada para 30 de dezembro de 2026.

A Klabin possui a rastreabilidade de seus produtos e está implementando um sistema automatizado que ateste a rastreabilidade e o manejo sustentável de suas florestas e de parceiros a nível de coordenadas geográficas.

É relevante informar que a Klabin não realiza, historicamente, a conversão de áreas nativas em produtivas (desmatamento), em consonância com os princípios da certificação FSC, mantida pela Companhia desde 1998. Acesse a Declaração Zero Desmatamento da Companhia, disponível em https://rs2023.klabin.com.br/web/guest/economia-https://esg.klabin.com.br/documents/53811/482191/Declaracao-Zero-Desmatamento_2022_PT.pdf/a08196fb-9bdb-6d63-d48e-8c9fcb598936?t=1718653120912, no item “Zero desmatamento”, para mais informações em relação ao compromisso de não desmatamento, inclusive estendido à cadeia de fornecimento da Companhia.

Adicionalmente, um time multidisciplinar da Klabin conduz o projeto automatizado de rastreabilidade da madeira, finalizado e com operação implementada ao final de 2025. Com este projeto, por meio de código de *invoice* ou a fatura comercial de carregamento no navio, o produto tem sua cadeia rastreada antes do embarque, via sistema próprio, da produção até o talhão florestal de origem. O não desmatamento é comprovado por meio de coordenadas geográficas e da diligência ambiental realizada de acordo com os requisitos estabelecidos pela EUDR. A Companhia monitora e aguarda as novas diretrizes da EUDR, previstas para serem apresentadas em abril de 2026, para verificação de necessidade de alterações do sistema atual desenvolvido.

Mais detalhes sobre os riscos atrelados aos países estrangeiros onde a Companhia atua estão disponíveis no item 4.1 (i) deste Formulário de Referência.

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade;

Um dos documentos disponíveis no site da Klabin é o Relatório Anual de Sustentabilidade ("Relatório de Sustentabilidade"), publicado em julho de 2025, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, onde são apresentados os principais aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança corporativa relevantes à sustentabilidade da Companhia ao longo do ano fiscal de referência, período que corresponde de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

Também, a Companhia atualiza anualmente o Painel ASG (esg.klabin.com.br), onde divulga dados e indicadores de performance de metas e métricas, verificados por terceira parte, de forma suplementar ao Relatório de Sustentabilidade. No portal também são encontradas políticas socioambientais, o Reporte de Finanças Sustentáveis, relatórios CDP, entre outros documentos de interesse de atores do mercado de capitais para a sustentabilidade.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento;

O Relatório de Sustentabilidade é elaborado de acordo com as informações do Painel ASG da Klabin, o qual parametriza seus dados com base nas seguintes diretrizes de reporte:

- *CDP (antigo "Carbon Disclosure Project")*, que classifica o desempenho ambiental das entidades a partir de dados coletados sobre emissões de gases de efeito estufa, uso de recursos hídricos, gestão de resíduos e estratégias de mitigação de impactos ambientais;
- Comunicação de Progresso (CoP), do Pacto Global da ONU ("UNGC"), que incentiva a adoção de políticas sustentáveis e socialmente responsáveis, alinhadas a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção;
- *Global Reporting Initiative ("GRI")*, prática global para monitoramento e reporte de sustentabilidade;
- ICMA Principles, conjunto de diretrizes desenvolvidas pela International Capital Market Association ("ICMA") para promover a transparência, a integridade e a eficiência no mercado de capitais sustentável.
- *Sustainability Accounting Standards Board ("SASB")*, padrão voluntário para o reporte de sustentabilidade setorial, visando impactos ASG no desempenho financeiro;
- *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures ("TCFD")*, que estabelece recomendações para a gestão de riscos e oportunidades em mudanças climáticas; e
- ***Task Force on Nature-Related Financial Disclosures ("TNFD")*, que estabelece recomendações para a gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza.**

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso;

O Relatório de Sustentabilidade não é auditado por auditor independente pois, incorpora os dados obtidos para o Painel ASG. Este é a principal fonte de dados para o conteúdo de reportes e apresentações, e tem suas informações revisadas por entidade independente (Bureau Veritas - ICMA Principles / GRI e demais frameworks, conforme a norma ISAE 3000) e os números estão em linha com as demonstrações financeiras da Companhia publicadas anualmente.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado;

O Relatório de Sustentabilidade está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) da B3 (www.b3.com.br), na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), na seção "Espaços Klabin" e no ícone "Relatório de Sustentabilidade", que encaminha diretamente para o site do Relatório de Sustentabilidade (<https://rs2024.klabin.com.br/>), bem como na página do Painel ASG da Companhia (<https://esg.klabin.com.br/>).

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG e quais são os indicadores materiais para o emissor;

A Companhia segue a rota dos Objetivos Klabin para o Desenvolvimento Sustentável (KODS) e, em 2025, reavaliou a materialidade dos temas pelo processo de dupla materialidade. A proposta de agenda para 2030 permanece a mesma, e é dividida em três pilares: Construção de um Futuro Renovável, Prosperidade para as Pessoas e Contribuição para uma Economia Sustentável.

A divulgação do processo, assim como a performance das metas dos temas materiais e suas principais métricas são divulgados no Painel ASG da Companhia (esg.klabin.com.br) e verificados por terceira parte pela Bureau Veritas Brasil.

A nova materialidade de sustentabilidade da Companhia consta dos seguintes temas materiais revistos:

1. Capital Humano,
2. Desempenho Socioambiental de Fornecedores,
3. Desenvolvimento Local e Impacto nas Comunidades,
4. Diversidade,
5. Saúde e Segurança,
6. Certificação Florestal,
7. Conduta Ética e Integridade,
8. Segurança Cibernética,
9. Uso de Recursos e Circularidade,

10. Mudanças do Clima e Energia,

11. Uso de Água,

12. Ecossistemas e Biodiversidade

Dos 12 temas materiais, os três últimos foram considerados como de dupla materialidade.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os reportes de Sustentabilidade são baseados nos temas materiais identificados pela Companhia, que têm aderência a 14, dos 17, ODS. A divulgação de cada tema identifica os ODS relacionados.

Os ODS materiais para o negócio da Companhia são:

- 3 (Saúde e Bem-Estar)
- 4 (Educação de Qualidade)
- 5 (Igualdade de Gênero)
- 6 (Água Potável e Saneamento)
- 7 (Energia Limpa e Acessível)
- 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)
- 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)
- 10 (Redução das Desigualdades)
- 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)
- 12 (Consumo e produção responsáveis)
- 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima)
- 15 (Vida Terrestre)
- 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
- 17 (Parcerias e Meios de Implementação)

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força- Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

TCFD Supporter desde 2020, a Companhia passou a publicar, a partir de 2023, as recomendações do TCFD no Plano de Transição Climática da Klabin, que tem por objetivo trazer informações sobre as iniciativas da Companhia, voltadas ao enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas. O Plano de Transição Climática está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) da B3 (www.b3.com.br) e na página do Painel ASG da Companhia (<https://esg.klabin.com.br/>) ou diretamente pelo link: https://esg.klabin.com.br/documents/d/quest/plano_trans_climatica_klabin_24_pt-pdf https://esg.klabin.com.br/documents/d/quest/2025_pt_27082025-ptc. Adicionalmente, é divulgado questionário da Companhia para o CDP, questionário Mudanças do Clima: https://esg.klabin.com.br/relatorios-cdp_

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza inventários de emissão de GEE, inventariando emissões dos três escopos (1, 2 e 3), que são divulgados no seguinte link: <https://esg.klabin.com.br/web/quest/mudancas-do-clima#emissoes>-<https://esg.klabin.com.br/mudancas-do-clima> e no Registro Público de Emissões (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/inventario-por-setor>).

Os inventários são submetidos ao GHG Protocol Brasil e auditados por terceira parte, e os dados completos sobre os inventários estão disponíveis na página do Painel ASG da Companhia (<https://esg.klabin.com.br/>), na seção "Políticas e Documentos" (<https://esg.klabin.com.br/politicas>), selecionando o documento "Declaração GHG Protocol".

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG; (ii) a não adoção de matriz de materialidade; (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas; (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; (vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

O Relatório de Sustentabilidade não é auditado por auditor independente. No entanto, o Painel ASG, que é a principal fonte de dados para o conteúdo do Relatório de Sustentabilidade, tem suas informações revisadas por entidade independente (Bureau Veritas - ICMA Principles / GRI e demais frameworks, conforme a norma ISAE 3000). A Companhia entende que tal revisão é suficiente para garantir a confiabilidade das informações de seu Relatório de Sustentabilidade. Em relação aos demais itens, conforme mencionado ao longo do item 1.9 deste Formulário de Referência, a Companhia adota todas as condutas.

Não aplicável, tendo em vista que a Klabin não é sociedade de economia mista.

Closing Projeto Plateau

A Companhia concluiu em 15 de dezembro de 2025, a operação com uma Timber Investment Management Organization ("TIMO"), denominada "Operação" ou "Projeto Plateau". Em decorrência da Operação, foram aportados para a composição do patrimônio das quatro sociedades de propósito específico ("SPEs") 23 mil hectares de florestas plantadas e 4 mil hectares de terras produtivas pela Klabin, bem como aportes em caixa realizados pela TIMO no montante total de R\$ 2.680.418.

A conclusão do Projeto Plateau ocorreu após a verificação e o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Closing das SPEs de Atividade Imobiliária

A Companhia concluiu, em 26 de setembro de 2025, operação com investidor institucional para investimento em duas sociedades de propósito específico ("SPEs"), cujo patrimônio foi constituído por aporte de 30 mil hectares de terras produtivas pela Klabin e por aporte em caixa de R\$ 600 milhões pelo investidor institucional.

Em 03 de novembro de 2025, a Companhia concluiu nova operação com investidor institucional para investimento em uma nova SPE, cujo patrimônio foi constituído por aporte de 15 mil hectares de terras produtivas pela Klabin e por aporte em caixa de R\$ 300 milhões pelo investidor institucional.

Bonificação de Ações

Em 08 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 800 milhões, dentro do limite do capital autorizado previsto no Artigo 5º, §8º do Estatuto Social, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva Estatutária para Investimentos e Capital de Giro, com a consequente bonificação gratuita de ações aos acionistas, na proporção de 1 nova ação de cada espécie para cada 100 ações da mesma espécie detidas, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404/1976.

A operação não envolveu ingresso de novos recursos, tampouco resultou em diluição das participações acionárias, sendo integralmente realizada por meio de reclassificação entre contas do Patrimônio Líquido, com redução da Reserva Estatutária para Investimentos e Capital de Giro e aumento do Capital Social em igual montante. Referido aumento de capital constitui evento não usual, tendo em vista que provoca alteração qualitativa relevante na composição das contas do Patrimônio Líquido refletidas nas Demonstrações Financeiras, embora não altere o valor total do Patrimônio Líquido da Companhia, seu resultado ou sua posição de caixa.

As novas ações emitidas em decorrência da bonificação conferem aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações anteriormente existentes de igual espécie, inclusive quanto à participação em dividendos e demais proventos declarados a partir da respectiva data de emissão, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas de 8 de dezembro de 2025.

Os documentos relacionados à Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de dezembro de 2025, bem como o Fato Relevante e Aviso aos Acionistas, estão disponíveis nos websites da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 (www.b3.com.br) e no de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), na aba "Governança Corporativa", clicando no ícone de "Assembleias e Reuniões" e na aba "Divulgações e Resultados", clicando no ícone "Avisos, Comunicados e Fatos Relevantes", respectivamente.

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a celebração, extinção ou modificação dos acordos de acionistas vigentes da Companhia. Todos os acordos de acionistas encontram-se disponíveis no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre a seção 1 deste Formulário de Referência.

Neste item, são apresentados os comentários dos Diretores sobre os resultados da Companhia, com base na análise da condição financeira e patrimonial, incluindo (i) um panorama relativo às demonstrações contábeis consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) para fins de comparabilidade, as informações aplicáveis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, com intuito de permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração.

Importante ressaltar que as demonstrações financeiras e as informações trimestrais consolidadas mencionadas foram elaboradas, auditadas ou revisadas, conforme aplicável, de acordo com as práticas contábeis do Brasil.

Para fins desta Seção 2:

- As demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos, exceto quando mencionado de forma diferente, estão expressas em moeda corrente nacional e na unidade de *milhar* (R\$ mil).
- Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas desta seção 2 significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas informações trimestrais ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.

Ainda, a Companhia destaca que as informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações contidas nas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>) e da CVM (cvm.gov.br).

No website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.klabin.com.br/>), clique em “Divulgações e Resultados”, “Central de Resultados” e, por fim, no link em “pdf” correspondente a “Demonstrações Financeiras ITR/DFP” ou diretamente por meio do link <https://ri.klabin.com.br/divulgacoes-e-resultados/central-de-resultados/>. Para acessar resultados referentes a anos anteriores, basta selecionar o ano correspondente, na parte central da página de informações disponíveis e, na sequência clicar no link em “pdf” correspondente ao documento desejado.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Considerando as informações a seguir apresentadas, os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações e o cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo. Dentre outros fatores, esse entendimento se baseia na capacidade de execução operacional da Companhia e na sua solidez financeira.

Condições financeiras e patrimoniais

As receitas da Companhia provêm de vendas para o mercado interno e externo de papéis e cartões para embalagens, celulose fibra curta, celulose fibra longa, celulose fluff, caixas de papelão, sacos de papel e madeira para serrarias.

A Klabin possui uma gestão ativa de sua estratégia, sempre visando garantir a melhor alocação de seus recursos ou capital. Nesse sentido, a Diretoria avalia de forma constante seus principais indicadores financeiros e patrimoniais, bem como monitora suas obrigações já contratadas ou devidas.

O quadro abaixo demonstra os principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Índices	31/12/2025	31/12/2024
Liquidez corrente	2,06	1,93
Liquidez geral	1,29	1,17
Dívida líquida/ EBITDA Ajustado (alavancagem) em US\$	3,3	3,9
EBITDA Ajustado/ Ativo total	12,30%	12,35%
Resultado Líquido/ PL	17,79%	27,53%

Liquidez

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o ativo circulante foi superior ao passivo circulante em R\$ 9.282.287 mil e R\$ 6.655.501 mil, respectivamente, representando índice de liquidez corrente de 2,06 em 31 de dezembro 2025 e 1,93 em 31 de dezembro de 2024, sendo também positivo quanto ao índice de liquidez geral 31 de dezembro de 2025 e de 2024 nos dois exercícios em questão, correspondentes a 1,29 e 1,17, respectivamente.

A Klabin acredita que garantir uma estrutura de capital com liquidez é importante para alcançar a segurança de um modelo de negócios integrado e flexível. A Diretoria entende que a Companhia possui capacidade de adaptação às mudanças trazidas pela economia e pelo setor, sendo capaz de responder de forma ágil.

O quadro abaixo demonstra o endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Endividamento (R\$ milhões)	dez-25	Part. %	dez-24	Part. %
Curto Prazo				
Moeda Local	493	1%	563	1%
Moeda Estrangeira	1.274	3%	1.138	3%
Total Curto Prazo	1.766	5%	1.701	4%
Longo Prazo				
Moeda Local	5.964	16%	4.609	11%
Moeda Estrangeira	29.062	79%	34.517	85%
Total Longo Prazo	35.026	95%	39.126	96%
Total Moeda Local	6.457	18%	5.172	13%
Total Moeda Estrangeira ¹	30.336	82%	35.655	87%
Endividamento Bruto²	36.793		40.827	
(-) Disponibilidades	10.891		7.530	
Endividamento Líquido	25.932		33.297	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,3x		3,9x	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	3,3x		4,5x	
¹ Inclui custo de captação.				
² Inclui valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos.				

Endividamento (R\$ milhões)	dez-25	Part. %	dez-24	Part. %
Curto Prazo				
Moeda Local	497	1%	628	2%
Moeda Estrangeira	1.274	3%	1.185	3%
Total Curto Prazo	1.771	4%	1.813	5%
Longo Prazo				
Moeda Local	5.928	16%	4.432	11%
Moeda Estrangeira	29.022	80%	33.459	84%
Total Longo Prazo	34.950	96%	37.891	95%
Total Moeda Local	6.425	17%	5.060	13%
Total Moeda Estrangeira ¹	30.296	83%	34.644	87%
Endividamento Bruto ²	36.721		39.704	
(-) Disponibilidades	10.891		7.530	
Endividamento Líquido	25.830		32.174	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,3x		3,9x	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	3,3x		4,5x	
¹ Inclui custo de captação				
² Inclui valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos.				

b) Estrutura de capital

Para financiar suas operações, a Companhia utiliza tanto capital próprio como capital de terceiros. Com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia era composta por 77% (setenta e sete por cento) de capital de terceiros e 23% (vinte e três por cento) de capital próprio.

Informação	2025	%	2024	%
Passivo Total	49.395.676	77%	50.753.632	85%
Patrimônio Líquido consolidado	14.401.101	23%	8.637.200	15%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	63.796.777	100%	59.390.832	100%

O capital de terceiros é composto por financiamentos captados no mercado financeiro e de capitais, substancialmente para a manutenção de seu ativo imobilizado, novos investimentos e alongamento do perfil da dívida.

O endividamento da Companhia tem o seguinte perfil:

Em:		
Endividamento (R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024
Curto prazo	1.660.650	2.397.261
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	1.770.665	1.813.049
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo	-	584.212
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	(110.015)	-
Longo prazo	34.980.413	39.485.481
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	34.950.377	37.891.188
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo	574.557	1.594.293
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	(544.521)	-
Endividamento bruto¹	36.641.063	41.882.742
Patrimônio líquido Consolidado	14.401.101	8.637.200
Ativo total	63.796.777	59.390.832
Capital de terceiros	77%	85%
Capital próprio	23%	15%

Nota: (1) considera hedge de exposição líquida de caixa e comissões.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, seja a partir de sua posição de caixa atual, do caixa gerado por suas operações ou, ainda, pelo saque de financiamentos já contratados e ainda não sacados, sem necessidade de contratação de financiamentos adicionais.

A Companhia conta com robusta situação de caixa e perfil de dívida alongado, com posição de caixa, em 31 de dezembro de 2025, suficiente para amortizar 39 (trinta e nove) meses de seu endividamento financeiro a vencer. O prazo médio de vencimento da dívida encerrou o ano de 2025 em 85 (oitenta e cinco) meses.

O risco de crédito da Companhia é constantemente analisado e revisado por agências de classificação de risco. O objetivo da referida revisão é demonstrar aos credores e investidores a solidez financeira e patrimonial da Companhia. Na data deste documento, a Companhia detinha as seguintes classificações de risco de crédito: (i) Ba1, com perspectiva estável, conforme relatório emitido por Moody's; (ii) BB+, com perspectiva estável, conforme relatório emitido por Standard & Poor's; e (iii) BB+, com perspectiva estável, conforme relatório emitido por Fitch Ratings. Os relatórios estão disponíveis para conferência no site de relações com investidores da Klabin, por meio do endereço <https://ri.klabin.com.br/informacoes-financeiras/rating/>.

Caso seja necessário contrair financiamentos para novos investimentos, a Companhia entende ter pleno acesso aos mercados de capitais e bancários local e internacional.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Adicionalmente ao caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Companhia capta recursos de forma diversificada no mercado doméstico e no exterior por meio de operações no mercado de capitais ou bancário, através de empréstimos bilaterais, sindicalizadas, junto às agências de financiamento, para financiar capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Para grandes projetos, a Companhia utiliza-se ainda de linhas de financiamento nos mercados de capitais local e internacional, agências multinacionais de financiamento, Banco Nacional do Desenvolvimento ("BNDES"), além de contar com a possibilidade de emissão de ações ou títulos nelas conversíveis ou não.

Ao longo do ano de 2025, as principais fontes de financiamento foram oriundas da 1ª emissão de Cédulas de Produto Rural distribuídas no mercado de capitais brasileiro, além de linhas bilaterais com bancos locais e internacionais – quais sejam: (i) emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R\$ 2,0 bilhões, (ii) formalização de um contrato de Pré-pagamento à Exportação (PPE) no montante de US\$ 300 milhões (ou o equivalente a aproximadamente R\$ 1,7 bilhões considerando o câmbio da época de desembolso); (iii) contrato de financiamento no montante de US\$ 150 milhões (ou o equivalente a R\$ 817 milhões considerando o câmbio da época de desembolso) e (iv) contrato de financiamento com FINEP no montante de R\$ 43,4 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 28 milhões já foram desembolsados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Klabin honrou integralmente com suas obrigações e compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não enfrentou situação de deficiência de liquidez, conforme demonstrado ao longo deste item 2.1. Na data deste documento, a Companhia entende que as fontes de recursos que tem historicamente utilizado permanecerão sendo suficientes para satisfazer suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros. Se necessário, a Companhia também poderá avaliar aumentar a sua flexibilidade financeira e cobrir quaisquer possíveis déficits, por meio de acesso aos mercados bancários e de capitais, podendo contratar novas linhas de crédito para capital de giro, além de contar com linha de crédito rotativa no valor de USD 500 milhões com vencimento em 2030. As fontes de financiamento utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas no item 2.1.f abaixo.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

	Juros anuais (i)	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional			
BNDES - Projeto Puma II (ii)	74,91% CDI	2.825.207	3.053.471
BNDES – Outros	IPCA + 3,45%, TR + 3% e TJLP	483.773	117.938
CRA	98% CDI	208.389	573.403
CPR	95,5% CDI e 93,86% CDI	1.543.157	-
Outros	0,76% a 8,5%	-	152
Debêntures	99,48% CDI	1.624.537	1.555.625
Custo com captação		(260.235)	(240.679)
		6.424.828	5.059.910
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamentos de exportação (PPE) (iii)	USD + 5,00% a 5,12%	2.348.279	779.495
Notas de crédito à exportação (iii)	SOFR + 2,01%	-	2.075.780
Term Loan (BID Invest e IFC) (iii)	SOFR + 1,88% a 2,18%	4.325.779	5.054.743
Finnvera (iii)	SOFR + 0,55% a 0,70% ou USD + 3,38%	2.318.867	3.481.452
CRA vinculado a debênture	USD + 2,45% a USD + 5,20%	5.450.119	5.248.255
CCB Rural	USD + 5,13%	2.208.067	-
Debêntures	USD + 5,40%	1.045.885	1.034.994
ECA (iii)	EUR + 0,45%	3.779	11.397
Synd Loan (iii)	SOFR + 2,05%	-	933.155
Term Loan (EDC) (iii)	SOFR + 1,48%	835.152	-
Custo com captação		(327.256)	(365.970)
		18.208.671	18.253.301
Total da controladora			
		24.633.499	23.313.211

Nas Controladas			
Em moeda estrangeira (i)			
<i>Bonds (Notes) (iii)</i>	USD + 3,20% a 7,00%	12.030.542	13.682.423
<i>Synd Loan (iii)</i>	USD - SOFR + 2,05%	-	2.802.222
Custo com captação		57.001	(93.619)
		12.087.543	16.391.026
Total consolidado		36.721.042	39.704.237

(i) As taxas apresentadas consideram os instrumentos financeiros derivativos (swaps) contratados.

(ii) Mensurado a valor justo.

(iii) Operação designada como instrumento de hedge, dentro do programa de contabilidade de hedge de fluxo de caixa cambial.

Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento total em moeda nacional da Companhia foi de R\$ 6.424.828, 27% superior ao endividamento total em moeda nacional em 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$ 5.059.410.

Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento consolidado total em moeda estrangeira foi de R\$ 30.296.214, 12,55% inferior ao endividamento consolidado total em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$ 34.644.327.

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, era como segue:

Resumo Endividamento

	31/12/2025	31/12/2024
	Total	Total
Em moeda nacional	6.424.828	5.059.910
Em moeda estrangeira	18.208.671	18.253.301
Total da controladora	24.633.499	23.313.211
Nas Controladas Em moeda estrangeira (i)	12.087.543	16.391.026
Total consolidado	36.721.042	39.704.237

(i) Operação designada como instrumento de hedge, dentro do programa de contabilidade de hedge de fluxo de caixa cambial.

BNDES – Projeto Puma II e outros

A Companhia possui contratos com o BNDES, destinados ao financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, florestal, projetos sociais e de inovação, tais como o projeto de expansão produtiva de papéis, denominado Projeto Puma II. A amortização dos financiamentos é realizada mensalmente com os respectivos juros, com liquidações previstas até 2040 (sendo até 2039 para o BNDES – Projeto Puma II e até 2040 para as demais linhas).

FINEP - "Mais Inovação"

Em novembro de 2025, a Companhia celebrou um novo contrato de financiamento e com a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") no valor de R\$ 43.4256 pela linha "Mais Inovação", com taxa de juros de TR + 3,0% ao ano e prazo de 13 anos. O primeiro desembolso ocorreu em dezembro de 2025 e corresponde a 64% do volume total do financiamento.

Pré-pagamentos de exportação ("PPE") e notas de crédito à exportação ("NCE")

As operações de pré-pagamentos e notas de crédito à exportação foram captadas com a finalidade de administração do capital de giro vinculados à atividade de exportação. A liquidação dos contratos está prevista para ocorrer até junho de 2033.

Em fevereiro de 2025, a Companhia realizou a amortização antecipada das notas de crédito à exportação, no valor de R\$ 1.649.967, composto por: R\$ 1.125.491 referentes ao principal; R\$ 35.717 de juros; e R\$ 488.759 referentes à liquidação do swap atrelado à NCE. O contrato tinha vencimento original previsto para maio de 2026.

Em abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de pré-pagamento de Exportação ("PPE") no montante de USD 300 milhões (R\$ 1.706.400) e com amortizações previstas para o 5º, 6º e 7º anos. Na mesma data, foi realizada operação de swap para taxa fixa em dólar com custo all-in de US\$ + 5,12% a.a.

Em junho de 2025, a Companhia realizou a amortização antecipada do saldo remanescente das notas de crédito à exportação no valor de USD 150 milhões (R\$ 825.320). O contrato estava previsto para vencimento em janeiro de 2028.

Em dezembro de 2025, a Companhia realizou o adiantamento de três contratos de pré-pagamentos de exportação que venceriam nos anos de 2026 a 2029, no montante de USD 125 milhões. Os novos contratos possuem vencimento integral em junho de 2033, e custo de US\$ + 5,00% a.a.

Bonds (Notes)

A Companhia, por meio de sua subsidiária integral Klabin Austria GmbH (Áustria), emitiu títulos representativos de dívida (*notes*) no mercado internacional com listagem na Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF) e na Bolsa de Singapura (SGX) com tipo de emissão *senior unsecured notes* 144ª/Reg S.

Em 31 de dezembro de 2025, os *bonds* em vigência são:

Tipo	Captado	Valor Captado (US\$ mil)	Prazo	Vencimento	Cupom % a.a.	Periodicidade (Juros)	Valor Recomprado (US\$ mil)
<i>Green Bonds</i>	set/17	500.000	10 anos	2027	4,88%	semestral	277.733
<i>Bonds</i>	mar/19	500.000	10 anos	2029	5,75%	semestral	18.500
<i>Green Bonds</i>	mar/19	500.000	30 anos	2049	7,00%	semestral	-
<i>Bonds</i>	jul/19	250.000	10 anos	2029	5,75%	semestral	-
<i>Bonds</i>	jan/20	200.000	29 anos	2049	7,00%	semestral	-
<i>Sustainability Linked Bonds (SLB)</i>	jan/21	500.000	10 anos	2031	3,20%	semestral	-

Finnvera (agência de crédito de exportação da Finlândia)

Como parte do funding necessário para a execução do Projeto Puma II, a Companhia firmou contrato para captação de recursos destinados ao financiamento dos ativos adquiridos (ECA Finnvera Puma II – fase I). Nessa linha foi realizada a captação de USD 67 milhões (R\$ 342.496) em abril de 2020, de USD 165 milhões (R\$ 783.737) em março de 2022 e de USD 4,3 milhões (R\$ 22.069) em janeiro de 2023. Essa linha conta com um custo médio de SOFR acrescida de 0,55% a.a., amortizações semestrais e vencimento em 2031.

Em fevereiro de 2024 a Klabin realizou o saque da linha de crédito ECA Finnvera - fase II, referente à importação dos equipamentos para a segunda fase do Projeto Puma II, no montante de USD 320 milhões (R\$ 1.785.188), sendo USD 295 milhões (R\$ 1.643.801) referente a captação e USD 25 milhões (R\$ 141.386) ao pagamento do prêmio com juros anuais de SOFR + 0,70% e vencimento em 2033. O volume desembolsado foi menor do que o contrato (USD 447 milhões) em razão das despesas vinculadas ao Projeto não atingirem o limite da linha contratada. Não existirão outros saques referentes a esse contrato.

Term loan (BID Invest, IFC e JICA)

Como parte do funding necessário para execução do Projeto Puma II, a Companhia celebrou um contrato de Term Loan junto ao BID Invest, IFC & JICA, além de outros bancos comerciais. O montante atualmente desembolsado desse contrato de financiamento é de USD 800 milhões (R\$ 4.147.397) divididos em três subcontratos, sendo o primeiro de USD 350 milhões (R\$ 1.810.093) com juros de SOFR + 1,88% a.a. com vencimento em 2029, o segundo de USD 378 milhões (R\$ 1.962.304) com juros de SOFR + 2,18% a.a. e vencimento em 2032 e o terceiro de USD 72 milhões (R\$ 375.000) com juros de SOFR + 1,83% a.a. e vencimento em 2032.

Em 15 de outubro de 2025, a Companhia celebrou um novo contrato de financiamento na modalidade Term Loan, no montante de US\$ 150 milhões (R\$ 816.960). O contrato prevê amortizações no 5º, 6º e 7º anos e apresenta custo médio all-in de SOFR + 1,61% ao ano.

Debêntures

A Companhia concluiu em 1º de abril de 2019 a 12ª emissão de debêntures, totalizando R\$ 1.000.000, com vencimento em 19 de março de 2029. Os juros pagos serão de 114,65% do CDI semestralmente e as amortizações ocorrerão nos anos 2027, 2028 e 2029. Essa operação possui um swap vinculado contratado junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., com posição ativa em 114,65% do CDI e passiva em US\$ + 5,40% a.a.

Em 12 de agosto de 2024, a Companhia aprovou a realização da sua 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 séries, no montante total de R\$ 1.5 bilhões. O valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,05% ao ano. O vencimento das Debêntures será em 2039.

As debêntures foram objeto de operação de swap, transformando o indexador do contrato de inflação para juros (IPCA para CDI), com taxa final efetiva de 99,48% do CDI ao ano.

Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 02 de abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no montante de R\$ 2.000.000 (equivalente a aproximadamente USD 350 milhões), considerando a operação de swap para dólar realizada na mesma data. A emissão tem prazo de 5 (cinco) anos, amortização integral no vencimento e custo total correspondente a USD + 5,13 % a.a.

Cédulas de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F)

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 23 de julho de 2025 e em 22 de agosto de 2025, a Companhia celebrou a 1ª emissão de Cédulas do Produto Rural com Liquidação Financeira, estruturada em duas séries, ambas objeto de distribuição pública, destinadas ao público investidor geral.

Para a Primeira Série, o montante total emitido foi de R\$ 300.000, com prazo de 7 (sete) anos e vencimento em 15 de agosto de 2032, sendo a amortização paga em parcela única na data de vencimento. As cédulas rendem juros remuneratórios de 95,50% CDI ao ano, com pagamentos semestrais.

Para a Segunda Série, o montante total emitido foi de R\$ 1.200.000, com prazo de 10 (dez) anos e vencimento em 15 de agosto de 2035, com amortização paga em parcela única na data do vencimento, atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e juros remuneratórios de IPCA + 7,1596% com pagamentos semestrais. Essa série foi objeto de operação de swap, junto a instituições financeiras de primeira linha, transformando o indexador do contrato de inflação para juros (IPCA para CDI), com taxa final efetiva em 93,86% CDI.

CRA – Certificado de recebíveis do agronegócio

A Companhia emitiu debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), sendo:

Tipo	Emitido	Valor Captado (BRL)	Prazo	Vencimento	Emissor	Periodicidade (Juros)	Juros
CRA IV	abr/19	200.000	7 anos	mar/26	VERT Securitizadora	Semestral	98% do CDI
CRA IV	abr/19	800.000	10 anos	mar/29	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 4,5081% a.a.
CRA V	jul/19	966.291	10 anos	jun/29	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 3,5% a.a.
CRA VI	jul/22	2.500.000	12 anos	mai/34	VERT Securitizadora	Semestral	IPCA + 6,7694% a.a.

Empréstimo Sindicalizado

Em 03 de outubro de 2023, a Companhia celebrou um contrato de empréstimo sindicalizado no montante de USD 595 milhões pelo prazo de 5 (cinco) anos com amortização integral no vencimento e custo médio equivalente a SOFR + 2,05%.

A Companhia realizou liquidações antecipadas parciais do contrato de empréstimo sindicalizado, em 07 de abril de 2025, no valor de aproximadamente USD 330 milhões (R\$ 2.001.818) e em 07 de julho de 2025, no valor de aproximadamente USD 145 milhões (R\$ 818.280).

Em 07 de outubro de 2025, a Companhia realizou a liquidação antecipada de contrato de empréstimo sindicalizado, cujo vencimento original estava previsto para 2028, no valor aproximado de USD 120 milhões (equivalente a R\$ 640.356), o que implicou na quitação total da obrigação contratual. O vencimento original estava previsto para 2028.

Revolving Credit Facility ("RCF")

Em 2 de outubro de 2025, a Companhia contratou uma nova linha de crédito rotativo RCF no montante de USD 500 milhões (R\$ 2.757.000), com vencimento em outubro de 2030.

O custo de manutenção, caso a linha não seja desembolsada, será de 0,36% a.a., e caso a linha seja sacada, o custo será de SOFR +1,20% a.a., considerando o rating atual da Companhia.

Esta operação substituiu a linha de crédito rotativo contratada pela Companhia em 7 de outubro de 2021, cujo vencimento ocorreria em outubro de 2026, também no montante de US\$ 500 milhões. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não utilizou esta linha de crédito.

O quadro abaixo demonstra o cronograma de vencimento dos financiamentos de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Ano	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Valor	3.130.504	2.881.096	6.892.211	22.046.566	34.950.377

O prazo médio de vencimento da dívida encerrou em 2025 em 85 meses *versus* 87 meses em 2024.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras, com exceção daquelas registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações da fábrica de Ortigueira/PR.

Os financiamentos junto ao Finnvera são garantidos pelas plantas industriais de Angatuba (SP), Piracicaba (SP), Betim (MG), Goiana (PE), Otacílio Costa (SC), Jundiá TP e DI (SP), Horizonte (CE) e Monte Alegre (PR) (apenas equipamentos). O financiamento junto ao BID Invest, IFC & JICA é garantido pelas plantas industriais de Correa Pinto (SC) e Monte Alegre (PR).

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações, bonds, Certificados de Recebíveis do Agronegócio e capital de giro não possuem garantias reais.

Note-se ainda que, em eventual falência da Companhia, a classificação dos créditos será definida de acordo com as disposições da Lei nº 11.101/05, a saber: (i) os créditos derivados da legislação do trabalhista, limitados a 150 salários mínimos por credor, e aqueles decorrentes de

acidente de trabalho; (ii) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado; (iii) os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extra concursais e as multas tributárias; (iv) os créditos quirografários; (v) as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias; (vi) os créditos subordinados, tais como definidos em lei, e (vii) os juros vencidos após a decretação da falência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer contratos de empréstimos ou financiamentos em 31 de dezembro de 2024 ou em 30 de junho de 2025, com cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros contábeis ou não contábeis, atrelados a resultado, liquidez e alavancagem sobre as operações contratadas ou que tornem automaticamente exigível o pagamento da dívida.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas especificamente em relação à manutenção de índices financeiros contábeis ou não contábeis. Os contratos possuem cláusulas gerais, as quais impõem obrigações restritivas apenas em relação a contextos específicos de descumprimento de obrigações contratuais.

A Companhia vem cumprindo todas as suas obrigações contratuais e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

Para mais informações sobre os contratos de empréstimo e financiamentos relevantes, vide item 2.1.f.(i) acima.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía os seguintes financiamentos contratados, vinculados à execução do Projeto Puma II.

Financiamentos contratos - Projeto Puma II (R\$ Mil)					
Instituição Financeira	Valor	Moeda	Taxa	Prazo Total	Outras Informações
BNDES	3.000.000	BRL	IPCA + 3,58% a.a.	20 anos	Carência do principal de 2,5 anos
BID Invest & IFC (A-Loans e Co-Loans)	378.000	USD	SOFR + 1,88% + 2,18% a.a.	13 anos	Carência do principal de 2 anos
BID Invest & IFC (B-Loans)	350.000	USD	SOFR + 1,88% + 2,18% a.a.	10 anos	Carência do principal de 2 anos
JICA	72.000	USD	SOFR + 1,40% + 0,4286% a.a.	13 anos	Carência do principal de 2 anos
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	447.000	USD	SOFR + 0,70% a.a.	12 anos	Carência do principal de 2 anos
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	245.000	USD	SOFR + 0,55% a.a.	12 anos	Carência do principal de 1,5 anos

Desembolsos (R\$ Mil)								
Instituição Financeira	Valor	Moeda	2020	2021	2022	2023	2024	% Utilizado
BNDES	3.000.000	BRL	500.000	-	2.000.000	-	-	100%
BID Invest & IFC (A-Loans e Co-Loans)	378.000	USD	51.923	23.677	302.400	-	-	100%
BID Invest & IFC (B-Loans)	350.000	USD	48.077	37.720	264.203	-	-	100%
JICA	72.000	USD	-	-	14.400	57.600	-	100%
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	447.000	USD	-	-	-	-	319.897	71,56%
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	245.000	USD	66.953	-	165.046	4.347	-	96,47%

Adicionalmente, em novembro de 2025, a Companhia assinou um novo contrato de financiamento com a FINEP no valor de R\$ 43,4 milhões pela linha "Mais Inovação", com taxa de juros de TR + 3,0% ao ano e prazo de 13 anos. O primeiro desembolso aconteceu em dezembro de 2025, sendo 64% do volume total do financiamento.

Exceto pelos financiamentos vinculados à FINEP descritos acima, não há outros financiamentos contratados com limites em aberto no último exercício social com previsão de desembolsos futuros.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As demonstrações financeiras consolidadas, discutidas a seguir refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia nas datas ou exercícios a que se referem.

Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Resumo das demonstrações financeiras consolidadas

Os quadros abaixo apresentam as demonstrações do resultado e o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO COM EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(em R\$ mil)	31/12/2025	AV(1)	31/12/2024	AV(1)	AH(2)
Receita líquida de vendas	20.697.507	100%	19.645.264	100%	5%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.671.361	8%	1.070.557	5%	56%
Custo dos produtos vendidos	(15.043.958)	-73%	(13.344.298)	-68%	13%
Lucro bruto	7.324.910	35%	7.371.523	38%	-1%
Despesas/receitas operacionais	(1.819.080)				
Vendas		-9%	(1.605.943)	-8%	13%
Gerais e administrativas	(1.217.691)	-6%	(1.111.956)	-6%	10%
Outras receitas (despesas) líquidas	192.643	1%	(181.232)	-1%	-206%
	(2.844.128)	-14%	(2.899.131)	-15%	-2%
Resultado de equivalência patrimonial	-433	0%	25.047	0%	-102%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	4.480.349	22%	4.497.439	23%	0%
Receitas financeiras	872.367	4%	755.678	4%	15%
Despesas financeiras	(3.098.523)	-15%	(2.690.795)	-14%	15%
Variação cambial líquida	125.210	1%	(292.642)	-1%	-143%
Resultado financeiro	(2.100.946)	-10%	(2.227.759)	-11%	-6%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.379.403	11%	2.269.680	12%	5%
Correntes	(241.654)	-1%	(227.596)	-1%	6%
Diferidos	(459.538)	-2%	4.861	0%	-9554%
Imposto de renda e contribuição social	(701.192)	-3%	(222.735)	-1%	215%
Lucro líquido do exercício	1.678.211	8%	2.046.945	10%	-18%
Atribuído aos acionistas da Klabin	1.403.135	7%	1.831.011	9%	-23%
Atribuído aos acionistas não controladores	275.076	1%	215.934	1%	27%
(1) Análise vertical					
(2) Análise horizontal					

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

Receita líquida de vendas

O volume total de vendas (ex-madeira) alcançou 4.008 mil toneladas em 2025, crescimento de 4% frente a 2024 (+138 mil toneladas). O avanço reflete a expansão registrada em todos os negócios, com destaque para celulose, cujo volume vendido cresceu 6% no ano. Na fibra curta, a alta foi de 9%, refletindo o incremento da produção e a flexibilidade comercial e geográfica da Companhia. Na fibra longa e *fluff*, o volume comercializado permaneceu estável durante o ano, refletindo a consistência desses mercados e o posicionamento da Klabin em segmentos de maior valor agregado. Em papéis, o crescimento foi liderado pelo containerboard, que avançou 11% em 2025, beneficiado pela estratégia de expansão no mercado externo e pela flexibilidade operacional da Companhia, além do ramp-up da MP27 e MP28, que sustentou o aumento da oferta. No segmento de embalagens, o volume cresceu 3% quando comparado à 2024. Em papelão ondulado, o volume cresceu 2%, desempenho acima do mercado, favorecida pela alta participação nos segmentos de proteínas, higiene e limpeza, frutas e fumo, que apresentaram performance favorável. Em sacos industriais o crescimento no volume total vendido foi de 4%, alavancado pelas vendas no mercado interno, diante do aumento de participação no mercado de construção civil, que mais do que compensou o impacto da redução das vendas no mercado externo.

A receita líquida de vendas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 10.105.736 mil, com aumento de 7,8% em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, favorecida pelo avanço dos preços de *kraftliner* e embalagens e pelo efeito da valorização do dólar frente ao real.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e produtividade, cujas variações geram efeitos não-caixa nos resultados da Companhia.

A Klabin encerrou 2025 com o saldo de seus ativos florestais de R\$ 13,2 bilhões, R\$ 355 milhões acima do saldo final do mesmo período do ano anterior, refletindo:

- (i) Incremento de R\$ 1,9 bilhão referente a operação com novas florestas (silvicultura) e compra de florestas de terceiros;
- (ii) Incremento de R\$ 1,7 bilhão pelos ganhos advindos da variação do valor justo no período. Este aumento pode ser explicado principalmente por maiores ganhos com crescimento (R\$ 1,1 bilhão), decorrentes dos efeitos da mudança do plano de colheita e menor taxa de desconto. Além disso, também foi favorecido pela variação positiva de preço, dado incremento de 8% verificado no preço da madeira, com base nas pesquisas realizadas por empresas especializadas; e

Esses efeitos foram compensados pelo incremento de R\$ 3,3 bilhões na exaustão do período, explicada por: (i) aumento de R\$ 1,8 bilhão na exaustão do custo histórico, em função do incremento do volume de venda de madeira em pé; e (ii) aumento de R\$ 1,5 bilhão na exaustão do ajuste ao valor justo, pelo maior consumo de madeira no período.

Desta forma, o efeito não caixa do valor justo dos ativos biológicos no resultado operacional (EBIT) no período foi positivo em R\$ 205 milhões.

Custo dos produtos vendidos ("CPV")

No ano, o CPV foi de R\$10,0 bilhões, 7% acima de 2024, devido aos maiores custos variáveis dado: (i) elevação do custo de fibras, influenciada por fatores climáticos e sazonalidade de captura de sinergias do Projeto Caetê; (ii) maior consumo de químicos, principalmente devido ao maior volume de compra spot de cal devido manutenção planejada do forno de cal no 3T25, além de aumento de preço de químicos, principalmente soda cáustica e enxofre; e (iii) aumento do preço de aparas na base comparativa. Os aumentos de custos foram parcialmente compensados por iniciativas de redução de custos majoritariamente fixos capturadas no ano, especialmente relacionadas à diminuição de gastos com pessoal e serviços, como viagens e consultorias. Essas iniciativas combinadas resultaram em uma redução de 9% nas despesas de pessoal e serviços de terceiros no CPV de 2025, quando comparado ao mesmo período de 2024. O CPV por tonelada apresentou aumento de 4% na comparação com 2024, finalizando o ano em R\$2.491/t.

Despesas/ receitas operacionais

(i) Vendas

As despesas com vendas somaram R\$ 1,8 bilhão em 2025, equivalente a 8,8% da receita líquida, alta de 0,6 p.p. na comparação com 2024, devido ao reajuste anual no contrato de containers no 2T25, maior custo de frete associado ao aumento de vendas para o mercado externo, pelo efeito negativo da desvalorização do real em relação ao dólar no período, além do mix geográfico e da inflação.

(ii) Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1,2 bilhão no ano de 2025, 10% maior frente a 2024, explicado principalmente por: (i) maior gasto com pessoal, reflexo da inflação de salários, encargos e benefícios, além da variação na provisão do Incentivo de Longo Prazo (ILP), que teve ajuste negativo em 2024, impactando a análise comparativa; (ii) aumento de despesas com serviços de TI, em função de reajuste de contratos dolarizados e aumento de escopo (Projeto Figueira e Caetê); e (iii) consultorias estratégicas.

(iii) Outras líquidas

O saldo de outras despesas líquidas no ano foi positivo em R\$ 165 milhões, excluindo crédito fiscal sobre subvenção, resultado principalmente da venda de terras no segundo semestre do ano, alinhado à estratégia de monetização dos ativos florestais da Companhia no âmbito do Projeto Caetê, conforme divulgação realizada em dezembro de 2023. A venda de terras representou R\$62/t no ano.

Resultado financeiro

A receita financeira apurada no exercício de 2025 foi de R\$ 874 milhões, um crescimento de R\$ 118 milhões, refletindo principalmente o ambiente de juros mais elevados no período, que impactou de forma positiva a variação do valor justo de títulos e valores mobiliários do portfólio.

A despesa financeira em 2025 foi de R\$ 3,009 bilhões, reflexo da realização contábil dos instrumentos financeiros designados em programa de hedge accounting e pelo ajuste a valor presente do capital de giro.

A variação cambial líquida foi positiva em R\$ 125 milhões versus uma despesa de R\$293 milhões em 2024.

Como resultado do exposto acima, o resultado financeiro aumentou a despesa para R\$ 2.100 bilhões em 2025, comparado a uma despesa de R\$ 2,228 bilhões em 2024.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 2025, a Companhia apurou R\$ 704 milhões de imposto de renda e contribuição social, impactando negativamente o resultado líquido, decorrente substancialmente do efeito do lucro bruto apurado no exercício.

Em 2024, a Companhia apurou R\$ 223 milhões de imposto de renda e contribuição social, impactando negativamente o resultado líquido, decorrente substancialmente do efeito do lucro bruto apurado no exercício.

Resultado líquido

O resultado líquido auferido pela Companhia no exercício de 2025 corresponde a um lucro de R\$ 1.678.211 mil, decorrente, dos pontos detalhados acima.

A geração operacional de caixa da Companhia (LAJIDA / EBITDA Ajustado, excluindo efeitos não recorrentes) em 2025 foi de R\$ 7.848 milhões, contra R\$ 7.332 milhões em 2024, representando um aumento de 7% no período comparativo. Esse crescimento foi favorecido pelos maiores preços de papéis e embalagens, pelo maior volume de vendas em todos os segmentos de negócios e pela depreciação do real frente ao dólar. Além disso, o efeito da venda de terras contribuiu positivamente no SG&A, em linha com estratégia de monetização dos ativos florestais no âmbito do Projeto Caetê. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do CPV, devido aos maiores custos variáveis explicados anteriormente.

	31.12.2025	31.12.2024
(=) (Prejuízo) lucro líquido do período	1.678.211	2.046.945
(+) Imposto de renda e contribuição social	701.192	222.735
(+/-) Resultado financeiro líquido	2.100.946	2.227.759
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	4.990.437	3.963.554
LAJIDA (EBITDA)	9.470.786	8.460.993
Ajustes conf. Resol. CVM 156/22		
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.671.361)	(1.070.557)
(+/-) Equivalência patrimonial	433	(25.047)
(+/-) Realização do <i>hedge</i> de fluxo de caixa	76.115	(32.765)
(+/-) Crédito fiscal sobre subvenção	(27.856)	-
LAJIDA (EBITDA) – ajustado	7.848.117	7.332.264

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em R\$ mil)	31/12/2025	AV ⁽¹⁾	31/12/2024	AV ⁽¹⁾	AH
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.379.403		2.269.680		4,83%
Ajustes por					
Depreciação e amortização	2.292.455	96%	2.119.388	93%	8,17%
Exaustão dos ativos biológicos	2.697.982	113%	1.844.166	81%	46,30%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.671.361)	-70%	(1.070.557)	-47%	56,12%
Variação do valor justo de Títulos e valores mobiliários	(46.708)	-2%	66.367	3%	-170,38%
Despesa com juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida	2.683.261	113%	2.659.128	117%	0,91%
Variação cambial	(125.210)	-5%	292.642	13%	-142,79%
Despesa com custo de transação	123.345	5%	115.614	5%	6,69%
Despesa com Juros de arrendamentos	169.115	7%	182.262	8%	-7,21%
Ajuste valor presente - risco sacado florestal	133.027	6%	76.638	3%	73,58%
Instrumentos financeiros derivativos	(556.946)	-23%	(708.103)	-31%	-21,35%
Realização da reserva de hedge	80.525	3%	28.775	1%	179,84%
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(781.895)	-33%	(777.584)	-34%	0,55%
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	6.919	0%	(10.122)	0%	-168,36%
Perdas estimadas com estoque	45.837	2%	50.177	2%	-8,65%
Resultado na alienação de ativos	(254.223)	-11%	26.692	1%	-1052,43%
Resultado de equivalência patrimonial	433	0%	(25.047)	-1%	-101,73%
Provisão para processos judiciais e administrativos	93.489	4%	338.656	15%	-72,39%
Outras	(21.162)	-1%	122	0%	-17445,90%
Variações nos ativos e passivos	(696.026)		551.161		-226,28%
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(863.186)	124%	763.051	138%	-213,12%
Estoques	367.718	-53%	1.181.607	214%	-68,88%
Tributos a recuperar	280.399	-40%	(14.064)	-3%	-2093,74%
Outros ativos	105.327	-15%	383.543	70%	-72,54%
Fornecedores e partes relacionadas	(725.920)	104%	(1.908.822)	-346%	-61,97%
Fornecedores risco sacado e risco sacado florestal	450.400	-65%	428.400	78%	5,14%
Obrigações fiscais	(176.065)	25%	(243.644)	-44%	-27,74%
Obrigações sociais e trabalhistas	28.915	-4%	61.719	11%	-53,15%
Outros passivos	(163.614)	24%	(100.629)	-18%	62,59%
Caixa gerado nas operações	6.552.260		8.030.055		-18,40%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(156.016)	-2%	(489.114)	-6%	-68,10%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.396.244		7.540.941		-15,18%
Atividades de Investimento					
Adição de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.761.866)	94%	(2.357.228)	27%	-25,26%
Aquisição de ativos Caetê	-	0%	(6.371.280)	74%	-100,00%
Caixa adquirido – projeto Caetê	-	0%	96.523	-1%	-100,00%
Adição de plantio e compras de madeira em pé	(1.070.097)	57%	(1.191.181)	14%	-10,17%
Títulos e valores mobiliários	837.271	-44%	1.200.358	-14%	-30,25%
Recebimento na alienação de ativos	67.365	-4%	5.358	0%	1157,28%
Dividendos recebidos	45.314	-2%	13.767	0%	229,15%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(1.882.013)		(8.603.683)		-78,13%

Atividade de Financiamento

Captações de em empréstimos, financiamentos e debêntures	6.868.419	-677%	3.224.981	-127%	112,98%
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.371.201)	726%	(1.349.201)	53%	446,34%
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.116.146)	208%	(2.191.872)	86%	-3,45%
Pagamento de passivos de arrendamentos	(497.299)	49%	(525.850)	21%	-5,43%
Alienação de ações mantidas em tesouraria	33.050	-3%	22.567	-1%	46,45%
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	(423.263)	42%	-	0%	0,00%
Aumento de capital em controladas pelos não controladores	3.613.700	-356%	50.000	-2%	7127,40%
Pagamento dividendos SCPs e SPEs	(165.269)	16%	(216.407)	8%	-23,63%
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos	(957.000)	94%	(1.562.624)	61%	-38,76%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.015.009)		(2.548.406)		-60,17%
Aumento de caixa e equivalentes	3.499.222		(3.611.148)		-196,90%
Efeito de variação cambial de caixa e equivalentes	(129.377)	-4%	788.490	-22%	-116,41%
Aumento de caixa e equivalentes	3.369.845		(2.822.658)		-219,39%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.736.171		9.558.829		-29,53%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.106.016		6.736.171		50,03%

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 6.396.244 mil, montante R\$ 1.144.697 mil inferior que o caixa gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, explicado pela diminuição de R\$ 1.247.187 mil nas variações de ativos e passivos, parcialmente compensado pelo montante de R\$ 333.098 mil de variação no Imposto de renda e contribuição social pagos.

Apesar do aumento de R\$ 109.723 mil no resultado antes dos impostos, a redução no caixa gerado pelas operações foi de R\$ 1.477.795 mil, já que parte dos fatores que impactaram negativamente o resultado da Companhia não tem impacto caixa, cujos principais são: (i) redução na variação do valor justo de ativos biológicos, no montante de R\$ 600.804 mil; (ii) redução na variação cambial em R\$ 417.852 mil; e (iii) redução no contas a receber de clientes e partes relacionadas totalizaram R\$ 1.626.237 mil.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento ao longo de 2025 foi de R\$ 1.882.013 mil, dos quais R\$ 1.761.866 mil foram investidos em bens do ativo imobilizado e intangível.

O caixa aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.015.009 mil (ante aplicação de R\$ 2.548.406 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024). As captações do exercício totalizaram de R\$ 6.868.419 mil, frente a liquidações de principal e juros que totalizaram R\$ 9.487.347 mil, resultando em uma redução de caixa aplicado nas atividades de financiamento no montante de R\$ 1.533.397 mil.

variação no lucro antes dos tributos sobre o lucro.

Esse desempenho reflete o maior resultado operacional, o menor desembolso de CAPEX e as iniciativas de eficiência em capital de giro, que mais do que compensaram o aumento no valor dos juros efetivamente pagos, impactado principalmente pela valorização do dólar frente ao real entre os períodos analisados, além do maior saldo de dívida no período.

- Caixa Líquido Aplicado

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 8.603.683 mil, dos quais R\$ 6.371.280 mil foram investidos no Projeto Caetê, além disso, houve redução de R\$ 206.050 mil do caixa aplicado em adições de plantio e compras de madeira em pé.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 943.760 mil, apresentando uma redução no valor de R\$ 390.754 mil quando comparado com período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, devido à redução de adições de bens do ativo imobilizado e intangível.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o caixa aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.432.792 mil (aplicação de R\$ 1.573.562 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023). As captações do exercício totalizaram de R\$ 3.224.981 mil, frente a liquidações de principal e juros que totalizaram R\$ 3.425.459 mil, resultando em uma redução de caixa no montante de R\$ 200.478 mil, que comparado ao ano anterior resultou em uma redução de R\$ 3.451.324 mil nos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A redução no saldo aplicado nas atividades de investimento decorre da finalização da segunda fase do projeto puma II.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, o caixa aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.903.718 mil (gerado de R\$ 682.909 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024) o aumento ocorreu devido a amortização antecipada das notas de crédito à exportação e a liquidação do swap atrelado a operação.

- Desembolsos de Operações de Arrendamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os desembolsos feitos em operações classificadas como arrendamento totalizaram R\$ 428.312 mil, R\$ 68.987 mil abaixo do valor pago no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, decorrentes principalmente de reajuste de contratos de locação e aumento de área locada pelas atividades florestais. O valor dos dividendos pagos para os acionistas minoritários de SCPs e SPEs foi de R\$ 165.269 mil, impactados pelo maior EBITDA da Companhia, base para cálculo de proventos.

a) Resultados das operações da Companhia, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No mercado doméstico, a Companhia se posiciona principalmente nos segmentos de celulose branqueada (fibra curta, fibra longa e *fluff*), papéis para embalagens (*containerboard* e papel cartão para alimentos), líquidos (refrigerados e lácteos), bebidas (refrigerantes e cervejas), higiene e limpeza, cuidado pessoal e farmacêuticos) e embalagens de papelão ondulado, além de sacos de papel (cimento, argamassa, farinha, sementes e outros).

No mercado externo, as vendas estão voltadas principalmente para o mercado de celulose (fibra curta, fibra longa e *fluff*), papéis para embalagens como papel cartão, a exemplo do *liquid packaging board*, *folding boxboard* (congelados, higiene e limpeza - Europa, EUA e Mercosul), sacos de papel como para ração animal, além de *kraftliner*, dentre os quais o Eukaliner®, produzido pela primeira máquina de papel do Projeto Puma II ("MP27"). O inovador Eukaliner® é o primeiro *kraftliner* do mundo produzido 100% a partir de fibras de eucalipto.

A Companhia comercializou 53% de seu volume vendido no mercado interno em 2025. O *mix* de vendas entre o mercado interno e o mercado externo é componente importante na formação da receita líquida.

Abaixo é possível verificar o volume de vendas e receita líquida de venda nos dois últimos exercícios sociais:

Volume de Vendas no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
	<u>1.000 t</u>	<u>%</u>
Mercado Interno	2.111	53%
Mercado Externo	1.896	47%
Total	4.008	100%

Receita Líquida no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
	<u>R\$ milhões</u>	<u>%</u>
Mercado Interno	13.131	63%
Mercado Externo	7.566	37%
Total	20.698	100%

Distribuição da receita líquida por produto no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
Florestal	3%
Celulose	28%
Papéis	33%
Embalagem	36%

No primeiro semestre de 2025, a Companhia comercializou 52% de seu volume vendido no mercado interno. O *mix* de vendas entre o mercado interno e o mercado externo é componente importante na formação da receita líquida.

Volume de vendas 2024		
	<u>1.000 t</u>	<u>%</u>
Mercado Interno	2.220	57%
Exportação	1.651	43%
Total	3.870	100%

Receita líquida 2024		
	<u>R\$ milhões</u>	<u>%</u>
Mercado Interno	12.700	65%
Exportação	6.946	35%
Total	19.645	100%

Distribuição da receita líquida por produto 2024	
Florestal	2%
Celulose	31%
Papéis	33%
Embalagem	34%

O *mix* de vendas entre regiões também é componente de grande importância na composição da receita da Companhia, uma vez que os preços, valores dos fretes e condições de entrega são diferentes em cada local.

ii. **fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os Diretores entendem que os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Klabin, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, foram especialmente os seguintes:

(i) Volume de produção:

Os resultados da Klabin são diretamente afetados por sua capacidade e volume de produção realizados no período.

(ii) Paradas programadas:

A Companhia realiza paradas de suas unidades de produção em intervalos entre 12 e 15 meses com o objetivo de realizar grandes manutenções ou inspeções dos equipamentos. A falta de produção nos dias em que as unidades permanecem paradas impacta diretamente o resultado da Companhia, gerando menor receita e maior custo.

(iii) Variação cambial:

Os resultados das operações e a condição financeira da Klabin são diretamente afetados pela variação do real frente ao dólar norte-americano, dado que a Companhia possui: (i) proporção da receita direcionada para o mercado externo (exportações); (ii) parte dos custos de produção atrelados à moeda americana; e (iii) proporção significativa de sua dívida em moeda estrangeira. Importante ressaltar que os resultados da Companhia, em sua maior parte, estão protegidos por meio de operações de hedge.

(iv) Inflação:

A inflação possui impacto no resultado das operações e na condição financeira da Companhia, dado que seus custos e despesas majoritariamente são incorridos em moeda local e tendem a refletir o movimento da inflação.

Além disso, a inflação possui impacto direto no apetite do consumo da população, afetando indiretamente a venda dos produtos da Companhia.

(v) Taxa de juros:

As aplicações financeiras da Companhia denominadas em Reais possuem remuneração atrelada a indexadores locais, tais como CDI, IPCA, TLP e TR. Os financiamentos contratados em moeda local também seguem esses mesmos indexadores, conforme as condições estabelecidas em cada operação. Os instrumentos financeiros da Companhia denominados em Dólares Norte-Americanos estão sujeitos às oscilações das taxas referenciadas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, enquanto os financiamentos em moeda estrangeira podem estar atrelados à taxa SOFR, de acordo com suas características contratuais, impactando o resultado financeiro.

(vi) Demanda de mercados:

Os resultados das operações da Companhia dependem da geração de demanda nos mercados em que atua, dentro de todas as frentes de negócios em que a Companhia possui operação. A demanda de mercado em cada um dos negócios está associada, em sua maioria, ao crescimento da economia local e internacional.

(vii) Volatilidade de preços:

A volatilidade de preços exerce papel importante no resultado das operações e, consequentemente, nas condições financeiras da Companhia. A variação de preços reflete a dinâmica de cada um dos mercados e seus agentes, levando em consideração a capacidade de oferta disponível, além da demanda.

(viii) Outros fatores não citados aqui podem exercer impacto no resultado das operações da Companhia e na sua condição financeira.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Conforme mencionado anteriormente, a receita da Companhia é proveniente de quatro unidades de negócios: florestal, celulose, papéis e embalagem.

Alterações relevantes na demanda desses mercados, preços, taxa de câmbio, inflação e introdução de novos produtos afetam os resultados na Klabin de diferentes maneiras.

- **Preços:** Os preços dos produtos da Companhia variam em função do equilíbrio entre a oferta e a demanda nos mercados nacional e internacional. A formação de preço dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência do PIB, da inflação, do nível da atividade econômica no Brasil e no mundo, da variação da taxa de juros, da carga tributária, da flutuação do real com relação às moedas estrangeiras, do preço de celulose de mercado, do preço de aparas de papel, assim como de fenômenos da natureza que impactam a oferta de madeira.

Câmbio: Os preços dos papéis e de celulose no mercado internacional são, na maioria das vezes, determinados na moeda americana. A Companhia exportou 43% e 37% do volume total de vendas em 2024 e nos primeiros seis meses de 2025, respectivamente. Desse modo, a taxa de câmbio é um componente importante na receita líquida. Durante os três últimos anos, foi possível verificar a seguinte variação da taxa de câmbio (venda):

Câmbio	2025	2024	2023	Var 2025/2024
Dólar Médio	5,59	5,39	5,00	4%
Dólar Final	5,63	6,19	4,84	-11

- Inflação: parte dos contratos de venda da Companhia são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). A receita da Companhia acaba sendo beneficiada com o incremento desse índice, o que tem efeito contrário no custo atribuído aos produtos vendidos. Também é importante destacar que a inflação em mercados internacionais afeta o volume de exportação da Companhia e, consequentemente, sua receita.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores acreditam que os resultados operacional e financeiro da Companhia são afetados principalmente pela inflação e taxa básica de juros, conforme abaixo:

Para materiais, além do IPCA, é utilizado o componente de variação de preço de algumas commodities, como, por exemplo, o preço do óleo combustível para determinar os reajustes dos fretes.

O resultado das operações da Companhia é influenciado pela inflação e pela variação da taxa de câmbio, uma vez que, em 2025 e no primeiro semestre de 2025, 37% e 39% da receita líquida foi proveniente de vendas no mercado externo, respectivamente.

O resultado financeiro sofre impacto da variação da taxa básica de juros e de outras taxas que afetam as aplicações financeiras da TJLP, que incide sobre a dívida em moeda local, e da taxa de câmbio, que incide sobre os financiamentos em moeda estrangeira e SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*).

Variação cambial entre o Real e o Dólar-Norte-Americano, taxa de juros, inflação e crescimento econômico

Os resultados das operações e a situação financeira da Companhia, conforme apresentados em suas demonstrações contábeis, são profundamente impactados pelas flutuações do Real em relação ao Dólar Norte-Americano e, em menor grau, pela inflação brasileira, pelas taxas de juros e pelo crescimento da economia do Brasil.

Volatilidade do Real frente ao Dólar Norte-Americano

As mudanças na taxa de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano têm diversos reflexos na situação financeira consolidada da Companhia e nos resultados operacionais consolidados quando expressos em Reais.

As receitas provenientes de exportações, assim como a geração de caixa operacional, são diretamente impactadas pelas oscilações na taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano. A desvalorização do Real resulta no aumento dessas receitas quando convertidas para Reais, enquanto sua valorização reduz os valores das exportações. Os custos e despesas operacionais da Companhia, como fretes e seguros relacionados às exportações, além de insumos químicos utilizados na produção, também sofrem influência das variações cambiais. Assim, a desvalorização do Real aumenta esses custos quando expressos em Reais, enquanto sua valorização os reduz.

As contas patrimoniais consolidadas, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo denominados em moeda estrangeira, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes internacionais, são diretamente afetadas pela taxa de câmbio ao final de cada exercício. Dessa forma, as variações na taxa de câmbio afetam diretamente o endividamento e os resultados financeiros da Companhia.

Taxas de Juros

A exposição da Companhia às variações nas taxas de juros decorre principalmente de:

- Alterações na taxa SOFR (substituta da LIBOR, descontinuada em julho de 2023) em financiamentos em Dólares Norte-Americanos; e
- Oscilações na TJLP, TLP ou CDI em financiamentos e aplicações financeiras em Reais.

As aplicações financeiras da Companhia em Reais utilizam a taxa CDI como referência, enquanto os investimentos financeiros em Dólares estão sujeitos às variações das taxas atreladas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Transição da LIBOR para a SOFR

Em 5 de março de 2021, o FCA, órgão regulador financeiro do Reino Unido, anunciou que a publicação das taxas LIBOR seria encerrada em 30 de junho de 2023. Como parte da transição, o Federal Reserve Board e o *Federal Reserve Bank of New York*, por meio do *Alternative Reference Rates Committee (ARRC)*, recomendaram a taxa SOFR como alternativa.

Embora a adoção da SOFR seja voluntária, a iminente descontinuação da LIBOR tornou essencial que participantes do mercado considerassem a substituição por taxas alternativas, como a SOFR, e ajustassem os contratos existentes que ainda faziam referência à LIBOR. Assim, contratos de derivativos e instrumentos de dívida foram adaptados para refletir essa mudança. Com o encerramento da LIBOR em junho de 2023, a Companhia implementou a SOFR como referência para os contratos anteriormente indexados à LIBOR.

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opinião modificada ou ênfase nos pareceres da auditoria externa para as informações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ocorreram os seguintes eventos societários na Companhia:

I - Closing do Projeto Plateau

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 15 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a operação denominada "Projeto Plateau", que consistiu no investimento conjunto em quatro sociedades de propósito específico ("SPEs Plateau"), por meio do aporte de 23 mil hectares de florestas plantadas e 4 mil hectares de terras produtivas pela Klabin, bem como aportes em caixa realizados pelos investidores no montante total de R\$ 2.680.418,00.

A conclusão do Projeto Plateau ocorreu após a verificação e o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Todos os investimentos mencionados estão sujeitos a eventuais ajustes, conforme estabelecido nos termos dos acordos celebrados no âmbito do Projeto Plateau.

II – Closing das SPEs de Atividade Imobiliária

A Companhia concluiu, em 26 de setembro de 2025, operação com investidor institucional para investimento em duas sociedades de propósito específico ("SPEs"), cujo patrimônio foi constituído por aporte de 30 mil hectares de terras produtivas pela Klabin e por aporte em caixa de R\$ 600 milhões pelo investidor institucional.

Em 3 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu nova operação com investidor institucional para investimento em uma nova SPE, cujo patrimônio foi constituído por aporte de 15 mil hectares de terras produtivas pela Klabin e por aporte em caixa de R\$ 300 milhões pelo investidor institucional.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 8 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 800 milhões, dentro do limite do capital autorizado previsto no Artigo 5º, §8º do Estatuto Social, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva Estatutária para Investimentos e Capital de Giro, com a consequente bonificação gratuita de ações aos acionistas, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 100 ações da mesma espécie detidas, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404/1976.

A operação não envolveu ingresso de novos recursos, tampouco resultou em diluição das participações acionárias, sendo integralmente realizada por meio de reclassificação entre contas do Patrimônio Líquido, com redução da Reserva Estatutária para Investimentos e Capital de Giro e aumento do Capital Social em igual montante. Referido aumento de capital constitui evento não usual, tendo em vista que provoca alteração qualitativa relevante na composição das contas do Patrimônio Líquido refletidas nas Demonstrações Financeiras,

embora não altere o valor total do Patrimônio Líquido da Companhia, seu resultado ou sua posição de caixa.

As novas ações emitidas em decorrência da bonificação conferem aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações anteriormente existentes de igual espécie, inclusive quanto à participação em dividendos e demais proventos declarados a partir da respectiva data de emissão, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas de 8 de dezembro de 2025.

a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes

O EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), sigla em inglês usada para denominar o LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil utilizada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156").

A medida, conciliada com as demonstrações financeiras da Klabin, consiste no lucro (prejuízo) do período, acrescido (ou reduzido, conforme o caso) do imposto de renda e contribuição social do resultado financeiro líquido, da depreciação, exaustão e amortização, da variação do valor justo dos ativos biológicos, da equivalência patrimonial e da realização do hedge e fluxo de caixa, além de itens não recorrentes, com a finalidade de apresentar um indicador do seu desempenho econômico-operacional.

O valor do EBITDA Ajustado exclui efeitos não recorrentes, bem como operações sem impacto de caixa, entre outros ajustes, de modo a melhor refletir o potencial de geração operacional de caixa da Companhia, conforme autorizado pelo art. 4º da Resolução CVM nº 156/22. Abaixo, os detalhes sobre os ajustes realizados para fins do EBITDA Ajustado:

(i) Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos corresponde aos ganhos ou perdas obtidas na transformação biológica dos ativos florestais até a colocação de tais ativos em condição de uso/venda durante o ciclo de formação.

Por tratar-se de uma expectativa do valor dos ativos refletida no resultado da Companhia, calculada a partir de premissas incluídas em fluxo de caixa descontado, sem o efeito caixa no mesmo momento de seu reconhecimento, a variação do valor justo é excluída do cálculo do EBITDA.

(ii) Equivalência patrimonial e EBITDA Ajustado de controlada em conjunto

A equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia reflete o lucro/prejuízo auferido pela controlada calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento.

O lucro/prejuízo da controlada em conjunto está influenciado por itens que são excluídos do cálculo do EBITDA, tais como: resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, amortização, depreciação e exaustão e variação do valor justo dos ativos biológicos. Por este motivo, o resultado de equivalência patrimonial é excluído do cálculo, sendo adicionado o EBITDA gerado na controlada, em conjunto proporcionalmente à participação da Companhia, e calculado de maneira consistente com os critérios acima.

(iii) Realização do hedge de fluxo de caixa

A Companhia adota política de *hedge accounting*, buscando como estratégia minimizar os efeitos de variação cambial do objeto de hedge, definidos como determinadas receitas futuras de exportação altamente prováveis, designando operações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de hedge, documentando a relação econômica entre instrumento e objeto de hedge, demonstrando que as mudanças no fluxo de caixa de ambos se compensam de forma efetiva.

Os efeitos de variação cambial (valor justo) dos instrumentos financeiros designados no hedge (empréstimos e financiamentos), têm seu registro contábil no patrimônio líquido, sob a rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos impostos sobre a renda aplicáveis. Tais valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Receita líquida de vendas", na medida em que houver o desembolso efetivo dos empréstimos e financiamentos designados, com a geração da respectiva receita de exportação designada no hedge que faça frente ao caixa desembolsado em moeda estrangeira, havendo neste momento o registro da variação cambial do instrumento de hedge no resultado. O valor registrado na receita líquida de vendas está sendo adicionado no EBITDA.

(iv) Ganhos não recorrentes de crédito de PIS/COFINS

Não há ganho não recorrente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O EBITDA, assim como o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado (excluindo efeitos não recorrentes), não são reconhecidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards ("IFRS")*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, e, portanto, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado de forma isolada como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez. Além disso, essas medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A Margem (para as três medidas mencionadas) corresponde ao EBITDA (simples, ajustado ou ajustado excluindo efeitos não recorrentes) dividido pela receita operacional líquida da Companhia.

A Companhia aderiu às definições para divulgação do EBITDA, assim como o EBITDA Ajustado (excluindo os efeitos não recorrentes), conforme Resolução CVM nº 156/22, e apresenta a conciliação dos saldos de acordo com as premissas da referida instrução.

O quadro abaixo demonstra os principais indicadores de liquidez e rentabilidade da Companhia:

Índices	31/12/2025	31/12/2024
Liquidez corrente	2,06	1,93
Liquidez geral	1,29	1,17
Dívida líquida/ EBITDA Ajustado (alavancagem) em US\$	3,3	3,9
EBITDA Ajustado/ Ativo total	12,30%	12,35%
Resultado Líquido/ PL	17,79%	27,53%

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição não contábil, elaborada pela Companhia, representada pela soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa circulante e instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante).

A medição não é reconhecida pelas normas contábeis BR GAAP e IFRS, tampouco possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Abaixo os valores da Dívida Líquida para o período indicado:

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024
Curto prazo	1.660.650	2.397.261
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	1.770.665	1.813.049
Instrumentos financeiros derivativos – Passivo	-	584.212
Instrumentos financeiros derivativos – Ativo	(110.015)	-
Longo prazo	34.980.413	39.485.481
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	34.950.377	37.891.188
Instrumentos financeiros derivativos – Passivo	574.557	1.594.293
Instrumentos financeiros derivativos – Ativo	(544.521)	-
Endividamento bruto¹	36.641.063	41.882.742
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(10.891.385)	(7.530.208)
Endividamento líquido	25.749.678	34.352.534
Patrimônio líquido consolidado	14.401.101	8.637.200

Nota: ⁽¹⁾ considera hedge de exposição líquida de caixa e comissões.

A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é uma medição não contábil, elaborada pela Companhia, representada pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado demonstrado no item anterior.

Além disso, devido à grande exposição das dívidas da Companhia a moeda estrangeira, a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, é calculada também em moeda estrangeira.

As medições não são reconhecidas pelas normas contábeis BR GAAP e IFRS, tampouco possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Abaixo os valores das relações Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em moeda estrangeira para o período ou exercício indicado:

Alavancagem	dez25	dez24
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,3x	3,9x
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	3,3x	4,5x

Fluxo de caixa livre, fluxo de caixa livre ajustado e Yield ajustado

O fluxo de caixa livre é uma medição não contábil, elaborada pela Companhia, pelo EBITDA Ajustado menos: (i) Investimentos (CAPEX); (ii) Contratos de arrendamento (IFRS 16); (iii) Serviço da dívida, juros pagos e recebidos; (iv) IR/CS (imposto de renda e contribuição social) caixa; (v) Capital de giro; e (vi) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JSCP), chegando no fluxo de caixa livre.

Deste valor, a Companhia realiza ajustes de projetos especiais e expansão, além de dividendos, chegando ao fluxo de caixa livre ajustado.

Por fim, a Companhia calcula o valor do fluxo de caixa livre por Unit emitida (excluindo ações em tesouraria), dividido pelo valor médio do fechamento das ações dos últimos doze meses, chegando à medida de Yield ajustado.

Abaixo os valores do fluxo de caixa livre para o período ou exercício indicado:

R\$ milhões	4T25	3T25	4T24	2025	2024
EBITDA Ajustado	1.832	2.117	1.823	7.848	7.333
(-) Capex ¹	(1.024)	(554)	(794)	(2.832)	(3.344)
(-) Contratos de arrendamentos - IFRS 16	(82)	(75)	(91)	(346)	(359)
(-) Juros Pagos/Recebidos	(639)	(241)	(624)	(2.005)	(1.816)
(-) Imposto de Renda e CS	(107)	(33)	(129)	(244)	(489)
(+/-) Variação no Capital de Giro	(272)	(220)	404	(453)	733
(-) Dividendos & JCP	(318)	(306)	(460)	(1.180)	(1.563)
(+/-) Outros	(33)	11	(138)	(74)	(189)
Fluxo de Caixa Livre	(644)	699	(8)	715	305
Fluxo de Caixa Livre com Projeto Caetê	(644)	699	(34)	715	(6.066)
Dividendos & JCP	318	306	460	1.180	1.563
Projeto Puma II	-	-	69	-	365
Projetos Especiais e de Expansão	35	27	123	220	805
Pagamento Projeto Caetê	-	-	26	-	6.371
Fluxo de Caixa Livre ajustado²	(291)	1.032	644	2.116	3.038
FCL Yield ajustado³				9,2%	11,9%

¹ Capex visão caixa que não considera investimentos da controladora nas SPEs (Sociedades de Propósito Específico). Não inclui o pagamento do Projeto Caetê no valor de R\$ 6,345 bilhões realizados no 3T24 e R\$ 26 milhões no 4T24

² Excluídos dividendos e projetos especiais e de expansão.

³ FCL Yield Ajustado por unit (excluindo ações em tesouraria) dividido pelo valor médio do fechamento das ações nos UDM (últimos doze meses).

ROIC – Return on Invested Capital

O ROIC (*Return on Invested Capital*), sigla em inglês usada para denominar retorno sobre o capital investido, é uma medição não contábil utilizada pela Companhia.

Para fins de aprimoramento da metodologia do ROIC, a partir de 2023, a Companhia incluiu os ajustes provenientes da CPC29, IFRS16 e CPC27. Para mais detalhes desses efeitos, favor se referir ao Release de Resultados do 4T24, disponível no website de Relações com Investidores da Klabin.

O ROIC da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de 10,5%, um aumento de 3, p.p. na comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O efeito positivo trazido pela melhora operacional da Companhia no período foi parcialmente compensado pelo aumento do capital investido, dada a incorporação dos ativos florestais do Projeto Caetê, além da capitalização dos Projetos Puma II e Figueira, que iniciaram operação entre os períodos, resultando na imobilização desses ativos.

Abaixo é apresentado o cálculo da medida, conciliada com as demonstrações financeiras da Klabin, para o período indicado:

ROIC (R\$ milhões) - UDM¹	4T25	4T24
Ativo Total	60.943	58.165
(-) Passivo Total (ex-dívida)	(11.327)	(10.304)
(-) Obras em Andamento	(1.703)	(2.213)
Capital Investido	47.913	45.649
(-) Ajuste CPC 29 ²	(3.411)	(3.584)
Capital Investido Ajustado	44.502	42.064
EBITDA Ajustado	7.848	7.333
(-) Capex de Manutenção ³	(2.945)	(2.533)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(244)	(489)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	4.659	4.311
ROIC⁴	10,5%	10,2%

¹ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (últimos doze meses)

² Os ajustes se referem a eliminação dos seguintes impactos: (i) CPC 29: valor justo dos ativos biológicos menos o imposto diferido dos ativos biológicos; (ii) CPC 06: direito de uso, passivo de direito de uso e passivo de arrendamentos e respectivo IR/CS diferido e (iii) CPC 27: custo atribuído imobilizado (terras) Os ajustes (ii) e (iii) foram aplicados a partir do 4T23 em todos os períodos apresentados

³ Exclui os efeitos do CPC 06, ou seja, soma-se o montante referente aos contratos de arrendamento (visão caixa) ao CAPEX de manutenção

⁴ ROIC (últimos doze meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado

Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

B) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Abaixo, apresentamos a conciliação entre os valores apresentados acima e as demonstrações financeiras auditadas da Companhia, para os dois últimos exercícios sociais:

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes

EBITDA -Ajustado

Em milhares de R\$	Consolidado	
	Exercício Social Encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	1.678.211	2.046.945
(+) Imposto de renda e contribuição social	701.192	222.735
(+/-) Resultado financeiro líquido	2.001.946	2.227.759
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	4.990.437	3.963.554
EBITDA	9.470.786	8.460.993
Ajustes conf. Inst. CVM 527/12		
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos	(1.671.361)	(1.070.557)
(+/-) Equivalência patrimonial	433	(25.047)
(+/-) Realização do hedge de fluxo de caixa	76.115	(32.765)
(+/-) Ganho não recorrente de créditos de PIS/COFINS	(27.856)	-
LAJIDA (EBITDA) - ajustado (excluindo efeitos não recorrentes)	7.848.117	7.332.624

Endividamento e alavancagem em moeda nacional e estrangeira

Endividamento (R\$ milhões)	31/12/2025	Part. %	31/12/2024	Part. %
Curto Prazo				
Moeda Local	493	1%	563	1%
Moeda Estrangeira	1.274	3%	1.138	3%
Total Curto Prazo	1.766	5%	1.701	4%
Longo Prazo				
Moeda Local	5.964	16%	4.609	11%
Moeda Estrangeira	29.062	79%	34.517	85%
Total Longo Prazo	35.026	95%	39.126	96%
Endividamento Bruto	36.793		40.827	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - US\$)	3,3x		3,9x	
Dívida Líquida/EBITDA (UDM - R\$)	3,3x		4,5x	

Fluxo de caixa livre, fluxo de caixa livre ajustado e Yield ajustado

R\$ MM	2025	2024
EBITDA Ajustado	7.848	7.333
Capex	(2.832)	(9.715)
Contratos de arrendamentos - IFRS 16	(346)	(359)
Juros Pagos/Recebidos	(2.005)	(1.816)
IR/CS	(244)	(489)
Variação Capital de Giro	(453)	733
Dividendos + JCP	(1.180)	(1.563)
Outros	(74)	(189)
Fluxo de Caixa Livre	715	(6.066)
Dividendos	1.180	1.563
Projetos Especiais e de Expansão	220	805
Caetê	0	6.371
Puma II	0	365
Fluxo de Caixa Livre Ajustado	2.116	3.038
FCL Yield ajustado¹	9,2%	11,8%
¹ FCL Yield Ajustado por unit (excluindo ações em tesouraria) dividido pelo valor médio do fechamento das ações nos UDM.		

ROIC – Return on Invested Capital

ROIC (R\$ mil) - UDM ¹	4T25	4T24
Ativo Total	60.942.216	58.167.271
(-) Passivo Total (ex-dívida)	(11.326.788)	(10.311.222)
(-) Obras em Andamento	(1.702.799)	(2.213.259)
Capital Investido	47.912.628	45.642.790
(-) Ajuste CPC 29 ²	(3.410.998)	(3.584.633)
Capital Investido Ajustado	44.501.630	42.058.157
EBITDA Ajustado	7.848.117	7.332.626
(-) Capex de Manutenção ³	(2.945.228)	(2.532.702)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(244.076)	(489.115)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	4.658.813	4.310.809
ROIC⁴	10,5%	10,2%

¹ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (últimos doze meses)

² Os ajustes se referem a eliminação dos seguintes impactos: (i) CPC 29: valor justo dos ativos biológicos menos o imposto diferido dos ativos biológicos; (ii) CPC 06: direito de uso, passivo de direito de uso e passivo de arrendamentos e respectivo IR/CS diferido e (iii) CPC 27: custo atribuído imobilizado (terras) Os ajustes (ii) e (iii) foram aplicados a partir do 4T23 em todos os períodos apresentados

³ Exclui os efeitos do CPC 06, ou seja, soma-se o montante referente aos contratos de arrendamento (visão caixa) ao CAPEX de manutenção

⁴ ROIC (últimos doze meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado

b) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes

A Diretoria da Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como medida de desempenho e entende que a sua apresentação, além de oferecer aos investidores uma medida adicional, é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira da Companhia, pois trata-se de uma métrica prática para aferir o desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que estas possam calculá-lo de maneira distinta.

O LAJIDA (EBITDA) ajustado demonstra o desempenho da Companhia sem a influência de fatores ligados, dentre outros, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento e flutuações de taxas de câmbio no resultado financeiro; (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social; (iii) à sua despesa com depreciação, exaustão e amortização sobre seu elevado saldo ativo de imobilizado e ativos biológicos; (iv) à variação do valor justo dos ativos biológicos, que não afeta o caixa da Companhia; e (v) à exclusão de itens não recorrentes que afetam pontualmente o resultado para que o indicador possa ser comparado em bases iguais entre os períodos destacados.

Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o LAJIDA (EBITDA) ajustado uma medida mais prática e apropriada de seu desempenho, apurando o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

Dívida Líquida

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento da Companhia e importante para cálculo da alavancagem.

Alavancagem e Alavancagem em moeda estrangeira

A Companhia entende que as medições da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, em moeda local e estrangeira, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e nível de alavancagem em relação à capacidade de geração de caixa. A medição em moeda estrangeira é útil principalmente pela exposição da carteira de dívida da Companhia ao mercado internacional.

Fluxo de caixa livre, fluxo de caixa livre ajustado e *Yield* ajustado

A Companhia entende que a medição do fluxo de caixa livre é útil na avaliação do recurso disponível após pagamento de todas as obrigações para tomada de decisão, como por exemplo, a definição sobre pagamentos de dividendos adicionais, investimentos, entre outros.

ROIC – *Return on Invested Capital*

A Companhia entende que o ROIC indica o desempenho operacional efetivo da empresa realizado no passado, e deve ser utilizado com outras métricas para se estabelecer vetores estratégicos e operacionais para o futuro, estabelecendo metas e monitorando o desempenho ao longo do tempo. Ele é útil na avaliação de quão bons são os investimentos realizados pela empresa e se os investimentos geram retornos acima do custo de financiá-los, além de avaliar os futuros investimentos e qual deve ser o excedente de retorno esperado.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em 10 de fevereiro de 2026 pelo Conselho de Administração, para sua divulgação em 11 de fevereiro de 2026. Após o encerramento do exercício não foram identificados eventos subsequentes.

Exercício Social	31/12/2025	31/12/2024
a. Regras sobre retenção de lucros	A destinação dos resultados sociais da Companhia observa o previsto no Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, bem como o disposto na legislação e regulamentação aplicável, cabendo à Administração submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta para destinação do lucro líquido do exercício. Nos termos do referido Artigo do Estatuto Social, além das reservas previstas em lei, a Companhia apresenta uma "Reserva para Investimentos e Capital de Giro", constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, bem como uma "Reserva de Ativos Biológicos", cujo valor é limitado ao saldo da conta "Lucros e Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar. Informações sobre essas reservas estatutárias encontram-se abaixo.	A destinação dos resultados sociais da Companhia observa o previsto no Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, bem como o disposto na legislação e regulamentação aplicável, cabendo à Administração submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta para destinação do lucro líquido do exercício. Nos termos do referido Artigo do Estatuto Social, além das reservas previstas em lei, a Companhia apresenta uma "Reserva para Investimentos e Capital de Giro", constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, bem como uma "Reserva de Ativos Biológicos", cujo valor é limitado ao saldo da conta "Lucros e Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar. Informações sobre essas reservas estatutárias encontram-se abaixo.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	A Administração da Companhia propõe à AGOE a retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 1.403.135 milhões, conforme as seguintes destinações: - Reserva Legal: R\$ 70.157 milhões. - Reserva de Investimento e Capital de Giro: R\$ 144.224 milhões.	A Administração da Companhia propôs à AGO a retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.831.010.223,83, conforme as seguintes destinações: - Reserva Legal: R\$ 91,296 milhões - Reserva de Investimento e Capital de Giro: R\$ 128,802 milhões
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Caso aprovada a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos acima, os saldos registrados à conta de (i) Reserva Legal e (ii) Reserva de Investimentos e Capital de Giro representarão os seguintes percentuais do lucro líquido do referido exercício: - Reserva Legal: 5% - Reserva de Investimentos e Capital de Giro: 10%	Em 31 de dezembro de 2024, os saldos registrados à conta de (i) Reserva Legal e (ii) Reserva de Investimento e Capital de Giro representarão os seguintes percentuais do lucro líquido do referido exercício: - Reserva Legal: 5% - Reserva para Investimentos e Capital de Giro: 7,03%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ainda ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos e da realização da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Adicionalmente, a Klabin conta com uma Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, que estabelece que a Companhia deve buscar (propor distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de modo que o valor total distribuído corresponda a um percentual alvo entre 10% e 20% do EBITDA Ajustado, observado, em ambos os casos, as condições econômico-financeiras da Companhia, sua Política de Endividamento Financeiro e outros fatores legais e econômicos relevantes.	Atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ainda ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos e da realização da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Adicionalmente, a Klabin conta com uma Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, que estabelece que a Companhia deve buscar (propor distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de modo que o valor total distribuído corresponda a um percentual alvo entre 10% e 20% do EBITDA Ajustado, observado, em ambos os casos, as condições econômico-financeiras da Companhia, sua Política de Endividamento Financeiro e outros fatores legais e econômicos relevantes.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Como regra geral, os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária. A Companhia ainda poderá levantar balanços e demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, competindo ao Conselho de Administração a deliberação sobre a distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio, com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias ou, ainda, com base na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis.	Como regra geral, os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária. A Companhia ainda poderá levantar balanços e demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, competindo ao Conselho de Administração a deliberação sobre a distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio, com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias ou, ainda, com base na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há atualmente restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos e decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não há atualmente restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos e decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui uma Política de Dividendos e Capital Próprio aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2024, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.klabin.com.br/) e da CVM (cvm.gov.br).	A Companhia possui uma Política de Dividendos e Capital Próprio aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2024, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.klabin.com.br/) e da CVM (cvm.gov.br).

Informações adicionais à tabela acima

a) Regras sobre retenção de lucros

Constituição de outras reservas:

- formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no Artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário; na distribuição de dividendos, a qualquer momento; em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas no Estatuto, ou para incorporação ao capital social;
- formação da Reserva de Ativos Biológicos, para alocação dos efeitos de ajustes ao valor justo dos ativos biológicos, enquanto não realizados financeiramente, pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas, contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora, sendo limitado ao saldo da conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e Lucros a Realizar, e não poderá exceder o valor do capital social da Companhia;
- no caso de despesas por redução do valor justo de ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) contidas no resultado do exercício, o respectivo valor, líquido dos efeitos tributários, será revertido da Reserva de Ativos Biológicos para "Lucros ou Prejuízos Acumulados";
- a realização da Reserva de Ativos Biológicos corresponderá ao valor da exaustão do valor justo dos ativos biológicos (próprios e de controladas incluídas no resultado de equivalência patrimonial) apurada no resultado de cada exercício, líquido dos efeitos tributários. A realização dos saldos de resultados existentes na Reserva de Ativos Biológicos provocará a reversão dos respectivos valores para "Lucros ou Prejuízos Acumulados", para destinação;
- a Reserva de Ativos Biológicos não poderá exceder o valor do capital social;
- no caso de prejuízo no exercício, e se após as realizações e reversões tratadas acima, permanecer saldo negativo em "Lucros ou Prejuízos Acumulados", serão utilizados saldos das reservas de lucro para compensar tal saldo negativo na forma da lei, sendo a Reserva de Ativos Biológicos a penúltima a ser utilizada para esse fim e a Reserva Legal a última. Permanecendo saldo negativo, Reservas de Capital poderão ser utilizadas para esse fim; e
- a Assembleia Geral Ordinária da Companhia decidirá sobre o destino a ser dado ao eventual saldo do lucro líquido apurado no exercício.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O ajuste do lucro líquido, base para a distribuição de dividendos, pela constituição, realização e reversão da Reserva de Ativos Biológicos é previsto no Estatuto Social e se faz necessário para adequar os procedimentos da Companhia aos princípios que norteiam a adoção do padrão contábil internacional – IFRS, principalmente no que se refere ao reconhecimento de ativos biológicos. O ajuste tem efeito em seu resultado, mais especificamente nas receitas e despesas derivadas do ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, os quais não provocam entrada ou saída de caixa no mesmo período em que elas são reconhecidas.

Todos os titulares de ações e/ou Units, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias, a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que eles tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de 3 (três) anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após esse prazo, o valor dos dividendos não reclamados será revertido em favor da Companhia.

Como regra geral, os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária. A Companhia ainda poderá levantar balanços e demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, competindo ao Conselho de Administração a deliberação sobre a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias ou, ainda, com base na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis.

c) Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (“Política”)

Adicionalmente às regras societárias definidas pela Lei nº 6.404/76 e contempladas no Estatuto Social da Companhia, em 29 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou nova versão da Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio da Companhia, estabelecendo as diretrizes que deverão ser observadas nas propostas de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio e definindo os parâmetros e target para distribuição. A versão anterior da Política era datada de 24 de junho de 2020.

Observadas as regras referentes ao dividendo obrigatório, conforme disposto no Estatuto Social e legislação societária, o Conselho de Administração da Companhia terá como objetivo propor dividendos e/ou juros sobre capital próprio de modo que o valor total de dividendos e juros sobre capital corresponda a um percentual alvo entre 10% e 20% do EBITDA Ajustado. Sem que isso, contudo, limite a discricionariedade do Conselho de Administração de, extraordinariamente, deliberar distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio fora do target definido nesta política, considerando a conjuntura macroeconômica, as condições econômico-financeiras da Companhia (atuais e projeções), bem como a situação dos mercados em que a Companhia atua e respeitadas as demais políticas da Companhia.

a) ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não estejam consolidadas na Companhia ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados da Companhia ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e ao período de seis meses período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há quaisquer itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e ao período de seis meses período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;**
- b) natureza e propósito da operação;**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.**

Não há quaisquer itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Avaliando o ano de 2025, a Klabin investiu R\$ 2,8 bilhões em suas operações e em projetos de expansão, uma redução de 15% em relação a 2024 e em conformidade com o *guidance* previamente fornecido pela Companhia em Fato Relevante publicado em 09 de dezembro de 2025. Do montante total investido, R\$ 1.070 milhões foram destinados a silvicultura e compra de madeira em pé, seguindo o plano de manejo florestal e planejamento para o período, em linha com o valor investido em 2024. Adicionalmente, R\$ 1.002 milhões foram destinados à continuidade operacional das fábricas, em linha com o investido em 2024. O montante gasto em projetos especiais (R\$ 222 milhões) apresentou redução de 72% na comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente pela entrada em operação do Projeto Figueira, em 22 de abril de 2024, conforme Fato Relevante publicado em mesma data. Além disso, a Companhia investiu neste período R\$ 538 milhões no projeto de modernização de Monte Alegre.

Avaliando o primeiro semestre de 2025, a Klabin investiu R\$ 1.254 milhões em suas operações e em projetos de expansão, uma redução de 30% em relação ao mesmo período de 2024 e em conformidade com o *guidance* previamente fornecido pela Companhia em Fato Relevante publicado em 10 de dezembro de 2024. Do montante total investido, R\$ 380 milhões foram destinados a silvicultura, 12% inferior ao mesmo período de 2024, seguindo o plano de manejo florestal para o período. Adicionalmente, R\$ 438 milhões foram destinados à continuidade operacional das fábricas, 8% inferior ao mesmo período de 2024, devido ao calendário dos investimentos.

Importante mencionar que a Companhia possui uma projeção pública de investimentos para o ano de 2025. Mais detalhes podem ser encontrados no item 3 do Formulário de Referência.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores entendem que a Companhia possui as seguintes fontes para financiamento de seus investimentos:

- (i) recursos próprios, provenientes de suas operações;
- (ii) empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras locais e internacionais; e
- (iii) acesso ao mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previsto

Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos comunicados ao mercado.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia possui uma projeção pública de investimentos para o ano de 2025. Mais detalhes podem ser encontrados no item 3 do Formulário de Referência. Abaixo, trazemos os principais destaques:

Projeto Horizonte

O projeto de ampliação da unidade de conversão de papelão ondulado, localizado em Horizonte no Ceará, iniciou as operações em 6 de março de 2023 e possui capacidade de produção total de papelão ondulado de 100 mil toneladas por ano. O projeto contempla a aquisição de uma ondulateira e uma impressora, além da transferência de duas impressoras da Unidade Goiana (PE). O investimento totaliza R\$ 143.319 mil que foram desembolsados até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 132.850 mil foram desembolsados até 31 de dezembro 2023).

Projeto Figueira (Unidade Piracicaba II)

A Companhia, em 22 de abril de 2024, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, o início das operações da nova unidade de papelão ondulado ("Piracicaba II") localizada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. A nova planta possui capacidade total de produção de papelão ondulado de 240 mil toneladas por ano.

O investimento total previsto no Projeto Figueira é de R\$ 1.500.000, incluindo aproximadamente R\$ 170.000 referentes a impostos recuperáveis. Os desembolsos tiveram início em 2022, com previsão de conclusão em 2026, com financiamento proveniente do caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2025, o valor desembolsado totalizou R\$ 1.373.272 (R\$ 1.328.785 até 31 de dezembro de 2024).

Closing do Projeto Caetê

Conforme fato relevante divulgado em 16 de julho de 2024, a Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM 44, e em continuidade ao fato relevante de 20 de dezembro de 2023, realizou o fechamento do Projeto Caetê, no valor total de R\$ 6.371.280 mil, sendo pagos R\$ 6.345.192 mil em 16 de julho de 2024 e R\$ 26.088 mil em 17 de outubro de 2024, após a verificação das condições suspensivas acordadas, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Foram adquiridos, por meio de controladas da Companhia, 100% do capital social da Arauco Florestal Arapoti S.A. ("AFA") e da Arauco Forest Brasil S.A. ("AFB") e, indiretamente, 49% do capital social da Florestal Vale do Corisco S.A. ("VdC") e 100% da Empreendimentos Florestais Santa Cruz Ltda. (SC) ("Operação" ou "Projeto Caetê"). A Companhia utilizou recursos próprios para o pagamento.

Como parte do processo de compra, houve a alteração dos nomes empresariais das Companhias adquiridas, sendo que a AFB teve sua razão social alterada para Jacarandá Reflorestadora S.A., a AFA foi alterada para Erva-Mate Reflorestadora S.A. e a Empreendimentos Florestais Santa Cruz Ltda. alterada para Paineira Reflorestadora Ltda.

As operações do projeto Caetê, foco da aquisição da operação florestal, compreendeu a compra de 150 mil hectares de área total, sendo 85 mil hectares de áreas florestais produtivas localizadas substancialmente no Estado do Paraná e 31,5 milhões de toneladas de madeira, além de máquinas e equipamentos florestais.

Com a conclusão do Projeto Caetê, a Companhia completou o programa de expansão de terras para o Puma II, reduzindo o raio médio estrutural do Paraná, além de gerar sinergias operacionais e menores investimentos futuros.

A Companhia aplicou o teste de concentração do valor justo de acordo com o CPC15 (R1) / IFRS 3 e concluiu que a operação deve ser contabilizada como compra de ativos, uma vez que os ativos principais (ativo imobilizado e ativo biológico) concentram, substancialmente, todo o valor justo do conjunto de ativos adquiridos. Não há aquisição de um processo.

	Nota explicativa⁽¹⁾	Projeto Caetê	Vale do Corisco	Total (R\$)
Ativo biológico	16.2	2.940.340	-	2.940.340
Imobilizado – Terras	14.2	3.165.913	188.470	3.354.383
Imobilizado – Outros	14.2	354	367	721
Direito de uso	17.1	79.251	-	79.251
Passivo de Arrendamento	17.1	(87.966)	-	(87.966)
Outros ativos e passivos		190.595	(52.727)	137.869
Caixa adquirido		82.793	13.730	96.523
Total		6.371.280	149.841	6.521.121

(1) Com base nas informações constantes das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com a aquisição da AFB, que possuía 49% das ações da VdC, a Companhia passou a deter o controle da investida e, conseqüentemente, consolidar suas Demonstrações Financeiras em agosto de 2024. Os saldos apresentados acima referem-se à parcela detida pela Companhia antes da aquisição.

O total de R\$ 6.371.280 mil refere-se ao valor pago até 31 de dezembro de 2024, e o saldo de R\$6.521.121 mil refere-se ao valor de aquisição dos ativos do Projeto Caetê e 51% dos ativos da VdC que passaram a ser consolidados.

A Companhia seguiu com um plano de reestruturação societária dos ativos adquiridos, onde determinadas áreas e florestas foram cindidas da Companhia para Arapoti Reflorestadora S.A., Cambará Reflorestadora S.A. e Itararé Reflorestadora S.A. em setembro de 2024.

Em outubro de 2024, foi concluída uma nova etapa do plano de reestruturação com a realização de duas incorporações reversas, sendo a Campo Tenente Reflorestadora S.A. incorporada pela Jacarandá Reflorestadora S.A. e a Jatobá Reflorestadora S.A. incorporada pela Erva Mate Reflorestadora S.A.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A evolução da competitividade da Klabin, desde a performance de suas florestas e de seus processos produtivos até a gestão do impacto de seus produtos, está intrinsecamente ligada aos investimentos constantes em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em 2024, entre Pesquisas e Desenvolvimento, a Companhia desembolsou R\$ 52 milhões divididos em industrial, florestal e inovação.

O P&D Industrial possui dois pilares importantes para a Aspiração Klabin:

- Reforçar os negócios atuais, através de projetos de qualidade da madeira, melhoria dos processos de produção de celulose e papel e desenvolvimento de novos produtos;
- Explorar novos segmentos, através do uso múltiplo da madeira, desenvolvendo novos produtos de base florestal que irão compor o portfólio da Companhia no futuro. Em 2024, o foco foi manter a conexão com a Companhia e fortalecer as parcerias existentes, seja com centros de pesquisa, seja com clientes dos negócios da Klabin. A estrutura de pesquisa é diferenciada, abrangendo desde a madeira até o produto final, incluindo produtos revestidos. A capacidade de testar e simular processos industriais, em pequena escala, dentro da Companhia, é um grande diferencial.

Apesar dos desafios, o desenvolvimento de novos produtos e aplicações se manteve. A equipe de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) conseguiu conciliar as atividades de apoio técnico às fábricas e à pesquisa, utilizando dois turnos de trabalho no laboratório e maximizando o uso dos recursos existentes.

As pesquisas em qualidade da madeira e da celulose foram priorizadas, com avanços relevantes obtidos em parceria com as áreas de automação, pesquisa florestal e inovação. Destacam-se o uso de gêmeos digitais e de um novo equipamento portátil de infravermelho próximo, que ampliam a capacidade de simulação, mapeamento e caracterização de materiais com maior rapidez, precisão e previsibilidade.

O Centro de Tecnologia também promoveu o primeiro Workshop de Qualidade da Madeira, incentivando a troca de conhecimento entre equipes. Foram realizados encontros presenciais em Santa Catarina e no Paraná, com discussões sobre madeira para celulose, tempo de estocagem (TPC), influência das cascas, qualidade dos cavacos e tecnologias de polpação.

O desenvolvimento de *fluffs* especiais acelerou em 2024, com a melhoria da produtividade do *PineFluff ExCel*, além de vários testes industriais para o desenvolvimento de novos grades. No desenvolvimento de papéis, destaca-se o lançamento da Wicket Bag, embalagens com papel selável para diversos mercados, em parceria com a Klabin Sacos. Para a aceleração da aprovação de produtos da MP28, nosso time contribuiu de forma frequente e decisiva no desenvolvimento de processos e produtos.

Em biomateriais, o mercado de terebintina mostrou uma retomada importante, com a consolidação dos clientes. A parceria com a Cedro Têxtil resultou em desenvolvimentos disruptivos para a indústria têxtil, substituindo aditivos químicos fósseis por MFC (Celulose Microfibrilada). Essa parceria foi destacada como um exemplo de inovação e conexão entre setores. O negócio de lignina teve recorde de vendas e vem cada vez mais se aproximando do negócio atual, com aplicações internas já testadas e validadas.

A busca por melhorias na matriz energética, conectando-se com outros parceiros para utilizar biomassa de forma eficiente, é uma prioridade. A Klabin busca processos mais sustentáveis com custos competitivos, mantendo a solidez dos negócios, o retorno financeiro e o atingimento das metas ligadas ao meio ambiente.

O Centro de Tecnologia Klabin (CTK) continua a ser um pilar fundamental para a inovação e o desenvolvimento sustentável da companhia. Com investimentos contínuos em tecnologia e parcerias estratégicas, a Klabin está bem-posicionada para enfrentar os desafios futuros e explorar novas oportunidades de mercado. Aproximadamente 66% dos investimentos em pesquisa são direcionados ao core da companhia, como matriz energética e produtos Klabin, enquanto 34% são voltados para novos materiais e inovação. A dedicação e o esforço das equipes de P&D Industrial são essenciais para manter a Klabin na vanguarda do setor, garantindo a criação de valor e a sustentabilidade dos negócios.

Os projetos de P&D Florestal têm como objetivo garantir a manutenção e o aumento da produtividade da base florestal da companhia, com ações de curto, médio e longo prazo. O foco é otimizar a relação entre Ambiente, Genética e Manejo, assegurando ganhos contínuos e sustentáveis.

Os projetos estão compreendidos nas seguintes linhas de pesquisa:

- Melhoramento genético de eucalipto
- Melhoramento genético de pinus
- Clonagem
- Biotecnologia Florestal
- Fitossanidade
- Nutrição e Silvicultura
- Ecofisiologia
- Qualidade da madeira

Destaques em 2025:

- Recomendação de seis novos clones híbridos de eucalipto para plantios operacionais, com alta produtividade e maior entrega de celulose por hectare;
- Aumento da base experimental de Eucalyptus e Corymbia em áreas de expansão e novos sítios produtivos, por meio do plantio e análise de novos materiais genéticos visando identificar os superiores para condições adversas/ mudanças climáticas;
- Evolução na implantação dos protocolos de embriogênese somática, com sucesso na produção de novos clones de Pinus taeda, que agora passam a ser produzidos internamente, em laboratório de P&D Florestal da Klabin. Nos próximos anos estes novos clones passarão a compor nossa base experimental, na busca constantes por materiais superiores e resilientes.

Em 2025 foram recomendados 7 novos clones de Pinus taeda, com maior potencial produtivo de fibras por hectare, e passarão a compor o mix de materiais plantados operacionalmente;

- Continuidade nos trabalhos de melhoramento genético de Pinus, com ampliação da rede experimental e base genética por meio da inserção de 298 diferentes materiais;
- Ampliação da rede de monitoramento fitossanitário de 40 para 214 pontos, aumentando a capacidade de detecção precoce de possíveis pragas em nossas florestas e possibilitando ações de manejo mais rápidas e assertivas, com redução de riscos operacionais;

- Expansão das redes de monitoramento climatológico e hidrológico, com inclusão de novas estações meteorológicas. Atualmente possuímos 73 estações, uma das maiores redes do setor florestal, com 1 estação para a cada 7,4 mil ha produtivos;
- Revisão e atualização de todas as listas técnicas operacionais, alinhando práticas às melhores recomendações de manejo silvicultural;
- Incorporação de recomendações de fertilização 100% customizadas, conforme demanda do site e da floresta, otimizando o uso de insumos e serviços com foco em eficiência e redução de custos, sem comprometer o potencial produtivo;
- Avanços nos protocolos de propagação vegetativa de Pinus em viveiro, com maior efetividade na produção de mudas operacionais e aumento da proporção de materiais superiores (mais produtivos) plantados em campo; e
- Publicação científica de relevância nacional, referente a estimativa de biomassa acima e abaixo do solo em diferentes regiões brasileiras, tanto de Pinus quanto eucalipto, auxiliando na assertividade destas estimativas nos relatórios de emissões e captura de carbono que são realizadas anualmente.

Em 2025, o P&D Industrial reforçou seu papel estratégico na Klabin ao apoiar a competitividade dos negócios atuais, acelerar a diversificação em novos materiais de base florestal e fortalecer a inovação orientada à sustentabilidade. A atuação integrada com as áreas Florestal, Celulose, Papéis, Embalagens e Sustentabilidade elevou a eficiência operacional, aprimorou a qualidade dos produtos e ampliou a geração de valor.

Destaques em 2025:

Florestal – Qualidade da madeira e inteligência de processos

Avanços consistentes em programas de qualidade da madeira resultaram em maior previsibilidade produtiva e melhor desempenho na polpação. A evolução de modelos de predição NIR e a integração entre as áreas de automação, CTK e pesquisa florestal aprimorou a tomada de decisão e reduziu variabilidade de qualidade. Projetos de abastecimento de madeira voltados para aplicações específicas reforçaram o alinhamento entre a base florestal e as demandas industriais.

Celulose – Eficiência operacional, qualidade e novos produtos

A área avançou nas frentes de polpação, branqueamento e estabilidade de processo, com destaque para o Benchmarking Celulose e a simulação laboratorial do sistema de secagem da celulose. O desenvolvimento de novos grades, ampliou o portfólio de soluções para mercados premium. O suporte técnico às unidades e clientes contribuiu para homologações aceleradas de produtos.

Papéis e Embalagens – Sustentabilidade e inovação aplicada ao mercado

Foram ampliadas as soluções com barreiras renováveis, substituição de plásticos e fortalecimento da circularidade, com avanços em papéis seláveis, White Top Liner, Sack Kraft com barreiras biodegradáveis e cartão com barreira resinosa. Projetos de MFC (Celulose Microfibrilada), propriedades mecânicas, e melhorias em produtos como Klafold reforçaram performance e competitividade.

Biomateriais – Expansão comercial e desenvolvimento tecnológico

O segmento manteve forte contribuição ao crescimento da empresa, com aumento significativo de receita em terebintina, CTO e sulfato de potássio. A lignina avançou em homologações e aplicações de maior valor agregado, incluindo elastômeros, resinas e materiais avançados. A MFC consolidou-se como plataforma tecnológica em mercados diversos, como tintas, barreiras, concreto e têxteis.

Sustentabilidade, circularidade e energia renovável

Projetos de valorização de resíduos, novos materiais cerâmicos, formulações de tintas e briquetes florestais ampliaram a circularidade. Estudos em combustíveis renováveis, bio-óleo e processos catalíticos apoiaram a evolução da matriz energética verde.

Parcerias estratégicas e ambiência tecnológica

A Klabin ampliou sua presença em consórcios e programas globais de P&D, fortalecendo conexões com centros internacionais em barreiras renováveis, química do pinus, filmes avançados e biomateriais. Essas parcerias aceleraram inovação e ampliaram acesso a tecnologias emergentes.

Maturidade do portfólio e geração de valor

Com elevada maturidade tecnológica (TRLs 7–9), o portfólio gerou ganhos financeiros diretos, reduziu custos industriais e ampliou a oferta de produtos sustentáveis de alto valor agregado. O Centro de Tecnologia Klabin manteve forte contribuição operacional, com suporte contínuo às unidades fabris e alta intensidade de atividades técnicas.

a) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Do ponto de vista de oportunidades provenientes de questões de Sustentabilidade atreladas ao plano de negócio, a Klabin as integra a partir das perspectivas de curto, médio e longo prazo, dentro de seus planos de transição para Clima e Biodiversidade. Dentre as mais relevantes, está o fator de oportunidade de mercado que facilita o acesso a linhas de crédito e financiamentos com melhores custos para empresas best-in-class, demonstrando menor risco de investimento para os credores pela capacidade de adaptação e gestão da Companhia.

Para o fator de oportunidade de “Produtos e Serviços”, as listadas preveem um aumento da demanda de produtos à base de fibra de celulose devido, principalmente, à busca do mercado por soluções com menor pegada de carbono, reciclabilidade e cadeia de valor responsável. Além disto, o desenvolvimento de novos produtos e negócios é facilitado pela

integração de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de soluções baseadas em materiais florestais, com investimentos próprios e/ou parcerias com clientes e fornecedores em busca de novas tecnologias em produtos e expansão dos negócios da Companhia.

Novas tecnologias e investimento em soluções energéticas também são considerados um fator de oportunidade de resiliência, por diversificação de fontes de energia para a matriz, incrementando maior eficiência, menor custo e reduzindo emissões, além de contribuir com a autossuficiência energética e resiliência das operações da Companhia.

Por fim, a existência do mercado de carbono regulado no Brasil traz como fator de oportunidade a comercialização de excedentes do balanço de carbono. A questão metodológica de cálculo, ainda que em processo de discussão pela ciência global climática, é monitorada e implementada internamente, em seus diversos cenários.

Para mais detalhes, favor consultar o Plano de Transição Climática da Klabin: https://esg.klabin.com.br/documents/d/quest/plano_trans_climatica_klabin_24_pt-pdf.

A Companhia depende de uma cadeia de suprimentos global para a aquisição de matérias-primas, maquinário e outros insumos essenciais para suas operações. As guerras e conflitos causaram algumas interrupções na logística e no transporte internacional, resultando em atrasos na entrega de materiais. A instabilidade política e econômica em regiões produtoras de commodities, como o Oriente Médio e a Europa Oriental, fez com que os preços do petróleo e do gás natural subissem consideravelmente e, como consequência, aumentassem os custos de frete.

Mais recentemente, a intensificação do conflito no Oriente Médio, com impactos diretos sobre rotas estratégicas de navegação, como o fechamento do Estreito de Ormuz, tem provocado forte volatilidade no mercado internacional de petróleo. Esse cenário resultou em elevação dos preços da commodity e em aumento dos custos de frete marítimo, afetando o comércio global.

Sanções econômicas de países ocidentais sobre produção russa impulsionaram a demanda por produtos de outras origens, de forma que a Klabin viu aumento da demanda de regiões antes supridas por *players* russos. Além disso, disrupções logísticas no Canal de Suez por conta dos conflitos no Oriente Médio afetaram sobremaneira os *peers* europeus, que viram seus custos subirem acima dos americanos, além de sofrerem com prazos maiores de entregas aos clientes. Dessa forma, novamente a demanda por produtos da Klabin sofreu impacto positivo, com aumento de volumes destinados a alguns clientes antes supridos por competidores europeus.

Além disso, a Companhia também está exposta às tarifas de importação impostas por outros países que podem impactar o balanço das exportações brasileiras.

Impactos climáticos também afetaram a logística mundial, com fechamento de portos e escassez de contêineres ao redor do mundo.

O Congresso Nacional aprovou recentemente a reforma tributária, ("Reforma Tributária") por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. A Reforma Tributária ainda não está em vigor, mas a Companhia já estuda os impactos em todas as áreas de seus negócios e nos futuros contratos que eventualmente podem ser firmados a partir da vigência da reforma.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens desta seção.

A Companhia esclarece que as informações divulgadas nesta seção são projeções feitas pela administração sobre eventos futuros, baseadas em premissas, informações e metodologias disponíveis na data de apresentação deste Formulário de Referência e estão, por sua natureza, sujeitas a riscos e incertezas significativos, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia e de sua administração.

Entre os fatores que podem afetar o desempenho futuro da Companhia e fazer com que os resultados efetivos difiram, de modo relevante, daqueles apresentados nas projeções, incluem-se, sem limitação: condições macroeconômicas, do mercado e da indústria; ambiente competitivo; fatores operacionais e climáticos, preço e disponibilidade de insumos; taxas de câmbio e de juros; inflação; decisões e mudanças legais e regulatórias; aprovações de autoridades governamentais; eventos de crédito; litígios; eventos climáticos e geopolíticos; bem como outros riscos e incertezas descritos ao longo deste Formulário de Referência e demais documentos públicos da Companhia.

As projeções não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de desempenho futuro da Companhia, não constituem recomendação de investimento e, em hipótese nenhuma, devem substituir a análise e o julgamento independentes individuais.

As informações relativas ao acompanhamento trimestral das projeções vigentes da Companhia são divulgadas, trimestralmente, em suas Demonstrações Financeiras, em conformidade com a regulamentação aplicável. Referidas informações encontram-se disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia.

O histórico de divulgação das projeções ao mercado pela Companhia pode ser encontrado no subitem 3.2, “a”, incluindo os respectivos períodos de vigência e eventuais atualizações realizadas.

a) Objeto da projeção

A Companhia divulga: (i) projeções de Investimentos (CAPEX); e (ii) estimativas do custo caixa total por tonelada.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

CAPEX

A projeção de CAPEX se refere ao período que engloba os exercícios sociais de 2026 a 2028 e os anos seguintes a esse período (longo prazo), conforme refletido no orçamento de CAPEX para cada respectivo período, de forma que a validade de tal estimativa se estende até 31 de dezembro de cada ano.

Custo caixa

A projeção de custo caixa total por tonelada se refere ao exercício social de 2026. A validade de tal estimativa se estende até 31 de dezembro do mesmo ano.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

CAPEX

Para fins de projeção de CAPEX para o período compreendido entre o ano de 2026 a 2028 e os anos seguintes (longo prazo), é considerado:

1. previsão de inflação brasileira – IPCA, conforme dados do relatório FOCUS do Bacen de 27 de outubro de 2025:
 - 2026: 4,20% ao ano;
 - 2027: 3,82% ao ano;
 - 2028: 3,54% ao ano; e
 - 2029 em diante: 3,50% ao ano.
2. previsão de câmbio médio, conforme dados do relatório FOCUS do Bacen de 27 de outubro de 2025 - R\$/US\$:
 - 2026: R\$5,48/US\$;
 - 2027: R\$5,50/US\$;
 - 2028: R\$5,50/US\$; e
 - 2029 em diante: R\$5,51/US\$.

Custo caixa

Para fins da projeção de custo caixa total por tonelada para o ano de 2026, é considerado:

1. previsão de inflação brasileira – IPCA: 2026 (4,20% a/a), conforme dados do relatório FOCUS do Bacen de 27 de outubro de 2025; e
2. previsão de câmbio médio - R\$/US\$ para o ano de 2026 de R\$5,48/US\$, conforme dados do relatório FOCUS do Bacen de 27 de outubro de 2025.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

CAPEX

Conforme Fato Relevante divulgado em 9 de dezembro de 2025, e demonstrado na tabela abaixo, para o exercício social de 2026, a Companhia prevê um CAPEX de R\$ 3,3 bilhões.

Nos anos seguintes de 2027 e 2028, a Companhia prevê um CAPEX de R\$ 2,8 bilhões em 2027 e R\$ 2,5 bilhões em 2028, principalmente em continuidade operacional e silvicultura.

Para o longo prazo (a partir de 2029), a Companhia prevê um CAPEX entre R\$ 2,0 e R\$2,5 bilhões.

R\$ bilhões	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
Silvicultura + Compra de madeira em pé	1,1	-	-	-
Continuidade Operacional	1,4	-	-	-
Projetos Especiais	0,2	-	-	-
Modernização de Monte Alegre	0,7	-	-	-
Total	3,3	2,8	2,5	2,0-2,5

Custo caixa

Conforme Fato Relevante divulgado em 9 de dezembro de 2025, a Companhia estima um custo caixa total entre R\$3,2 mil/ton e R\$3,3 mil/ton em 2026.

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Abaixo, a Companhia apresenta o histórico de divulgação de suas projeções ao mercado, incluindo os respectivos períodos e eventuais atualizações realizadas.

Em 30 de novembro de 2023, a Companhia, por meio de Fato Relevante, anunciou suas projeções de CAPEX para os anos de 2023 e 2024.

Em 20 de dezembro de 2023, a Companhia, por meio de Fato Relevante: (i) atualizou as projeções de CAPEX para os anos de 2023 e 2024, previamente divulgadas; (ii) anunciou projeções de CAPEX para os anos de 2025 a 2028, além de longo prazo; (iii) anunciou projeção de captura de sinergia do Projeto Caetê; e (iv) anunciou projeções de custo caixa total por tonelada para o ano de 2024.

Em 7 de fevereiro de 2024, a Companhia, por meio de Fato Relevante, anunciou sua projeção de EBITDA incremental até o exercício de 2027.

Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia, por meio de Fato Relevante, atualizou suas projeções de: (i) CAPEX para os anos de 2025 a 2028, além de longo prazo; e (ii) custo caixa por tonelada para o ano de 2024. Além disso, naquela mesma data, a Companhia anunciou sua projeção de custo caixa total por tonelada para o ano de 2025 e apresentou a descontinuação de sua projeção de captura de sinergia do Projeto Caetê, uma vez que, a partir de 2025, ela passou a compor a projeção do custo caixa total por tonelada. Nesta mesma data, a Companhia informou que a projeção de EBITDA incremental permanece inalterada, considerando as premissas anteriormente apresentadas.

Em 9 de dezembro de 2025, a Companhia, por meio de Fato Relevante, atualizou suas projeções de: (i) CAPEX para os anos de 2025 a 2028, além de longo prazo. Além disso, naquela mesma data, a Companhia anunciou sua projeção de custo caixa total por tonelada para o ano de 2026.

Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia, por meio de Fato Relevante, anunciou sua decisão por descontinuar a projeção de EBITDA incremental até o exercício de 2027, divulgada em 07 de fevereiro de 2024, sem que sejam estabelecidas novas estimativas. A decisão de descontinuar a projeção decorreu do aumento, desde a publicação original do *guidance*, da volatilidade nos mercados de atuação da Companhia e condições macroeconômicas.

Abaixo são apresentadas as projeções válidas no final de cada período:

	2023	2024	2025
CAPEX	2023: R\$ 4,5 bilhões	2024: R\$ 3,3 bilhões	2025: R\$ 2,9 bilhões
	2024: R\$ 3,3 bilhões	2025: R\$ 3,3 bilhões	2026: R\$ 3,3 bilhões
	2025: R\$ 3,1 bilhões	2026: R\$ 2,9 bilhões	2027: R\$ 2,8 bilhões
	2026: R\$ 2,7 bilhões	2027: R\$ 2,8 bilhões	2028 – R\$ 2,5 bilhões
	2027: R\$ 2,8 bilhões	2028 – longo prazo: R\$ 2,5 bilhões	longo prazo: entre R\$ 2,0 e R\$ 2,5 bilhões
	2028 – longo prazo: R\$ 2,5 bilhões		
Sinergia Projeto Caetê	Entre R\$350 a R\$400 milhões por ano entre 2025 e 2028	-	-

Custo caixa total por tonelada	2024: R\$ 3,1 mil/ton	2024: entre R\$ 3,1 mil/ton e R\$ 3,2 mil/ton	2025: entre R\$ 3,1 mil/ton e R\$ 3,2 mil/ton
		2025: entre R\$ 3,1 mil/ton e R\$ 3,2 mil/ton	2026: entre R\$ 3,2 mil/ton e R\$ 3,3 mil/ton

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

2023

Para 2023, a Companhia apresentou, por meio de Fato Relevante publicado em 20 de dezembro de 2022, o valor projetado para o CAPEX, de R\$ 4,5 bilhões. Efetivamente, a Companhia realizou R\$ 4,3 bilhões, abaixo do orçado em R\$ 0,2 bilhões. Esta variação foi decorrente de ganhos de eficiência em algumas frentes.

As demais projeções divulgadas dentro do exercício social de 2023 se referiam a períodos posteriores.

2024

Para 2024, a Companhia apresentou, por meio de Fato Relevante publicado em 20 de dezembro de 2023: (i) o valor projetado para o CAPEX, de R\$ 3,3 bilhões; e (ii) o valor projetado para o custo de caixa por tonelada ao redor de R\$ 3,1 mil/ton. A projeção foi ajustada em 10 de dezembro de 2024 para entre R\$ 3,1 mil/ton e R\$ 3,2 mil/ton. Efetivamente, a Companhia consolidou a entrega integral das projeções por ela anunciadas para o ano.

O cumprimento integral das projeções publicadas de CAPEX e de Custo Caixa reforça a eficiência das operações da Klabin, com a excelência operacional e a disciplina na execução de sua estratégia, evidenciando a capacidade da Companhia de gerar resultados sólidos e sustentáveis.

Abaixo, a Companhia apresenta a comparação dos resultados obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *versus* as projeções vigentes para o período.

CAPEX

R\$ bilhões	2024 (e)	2024 (realizado)
Silvicultura + Compra de madeira em pé	1,1	1,0
Continuidade Operacional	1,0	1,0
Projetos Especiais	0,8	0,8
Modernização de Monte Alegre	0,1	0,1
Projeto Puma II	0,4	0,4
Total	3,3	3,3

Em 2024, a Companhia totalizou R\$3,3 bilhões em investimentos, alinhado à projeção fornecida aos seus investidores. Importante ressaltar que não há variações a serem destacadas sobre as aberturas das linhas providas também na projeção anual.

Sobre as projeções de longo prazo, a Companhia apresenta abaixo as informações comparativas da projeção dada em 29 de maio e atualizada em 10 de dezembro de 2024.

Projeções Originais (20 de dezembro de 2023)

R\$ bilhões	2025 (e)	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
Total	3,1	2,7	2,8	2,5	2,5

Projeções atualizadas (10 de dezembro de 2024)

R\$ bilhões	2025 (e)	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
Silvicultura + Compra de madeira em pé	1,0	-	-	-	-
Continuidade Operacional	1,2	-	-	-	-
Projetos Especiais	0,4	-	-	-	-
Modernização de Monte Alegre	0,8	-	-	-	-
Total	3,3	2,9	2,8	2,5	2,5

Custo Caixa

R\$ mil/ton	2024 (e)	2024 (realizado)
Custo caixa total	entre 3,1-3,2	3,173

Em 2024, o custo caixa por tonelada foi R\$3,2 mil, alinhado à projeção fornecida aos seus investidores.

2025

Para 2025, a Companhia apresentou, por meio de Fato Relevante publicado em 10 de dezembro de 2024: (i) o valor projetado para o CAPEX, de R\$ 3,3 bilhões; e (ii) o valor projetado para o custo de caixa por tonelada entre R\$ 3,1 mil/ton e R\$ 3,2 mil/ton. Em 09 de dezembro de 2025, a projeção do CAPEX foi atualizada para refletir a postergação de determinados investimentos inicialmente previstos para 2025, que ocorrerão em 2026.

Por mais um ano, a Companhia cumpriu integralmente os guidances de CAPEX e Custo Caixa, reforçando a eficiência operacional, a disciplina na execução da estratégia e a capacidade de gerar resultados consistentes e sustentáveis.

Abaixo, a Companhia apresenta a comparação dos resultados obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 versus as projeções vigentes no período:

CAPEX

R\$ bilhões	2025 (e)	2025 (realizado)
Silvicultura + Compra de madeira em pé	1,1	1,1
Continuidade Operacional	0,9	1,0
Projetos Especiais	0,4	0,2
Modernização de Monte Alegre	0,6	0,5
Total	2,9	2,8

Em 2025, a Companhia totalizou R\$ 2,8 bilhões em investimentos, alinhado à projeção fornecida aos seus investidores. Importante ressaltar que não há variações a serem destacadas sobre as aberturas das linhas providas também na projeção anual.

Sobre as projeções de longo prazo, apresentamos abaixo as informações comparativas da projeção dada 10 de dezembro de 2024 e atualizada em 9 de dezembro de 2025.

Projeções Originais (10 de dezembro de 2024)

	2025 (e)	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
R\$ bilhões					
Total	3,3	2,9	2,8	2,5	2,5

Projeções atualizadas (9 de dezembro de 2025)

	2025 (e)	2026 (e)	2027 (e)	2028 (e)	Longo prazo (e)
R\$ bilhões					
Silvicultura / Compra de madeira em pé	1,1	1,1	-	-	-
Continuidade Operacional	0,9	1,4	-	-	-
Projetos Especiais	0,4	0,2	-	-	-
Modernização de Monte Alegre	0,6	0,7	-	-	-
Total	2,9	3,3	2,8	2,5	2,0 a < 2,5

Custo Caixa

R\$ mil/ton	2025 (e)	2025 (realizado)
Custo caixa total	entre 3,1-3,2	3,225

Em relação à projeção de custo caixa total por tonelada, não houve mudança na projeção de entre R\$ 3,1-3,2 mil/ton esperada para 2025. No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, o custo caixa por tonelada foi de R\$3,2 mil/ton, alinhado à projeção fornecida

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções vigentes da Companhia permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência.

O investimento em valores mobiliários de emissão da Klabin envolve a exposição do investidor a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem avaliar todas as informações contidas neste Formulário de Referência, especialmente os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras da Klabin e suas respectivas notas explicativas.

As atividades da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, receitas e margens, perspectivas, negócios e/ou setor de atuação poderão ser afetados de maneira adversa, seja por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, seja pelas informações contidas nos documentos acima mencionados. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá ser impactado em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia tem conhecimento e que acredita que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia desconhece ou que atualmente considera irrelevantes também poderão afetar a Companhia de forma adversa.

Para os fins deste item "4.1 – Fatores de risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, causará ou terá um "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia ou que poderá "afetá-la adversamente" ou "afetá-la negativamente", significa que tal risco, incerteza ou problema poderá afetar adversa e materialmente suas atividades, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou valor de mercado de seus valores mobiliários. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item "4.1 – Fatores de risco", determinados fatores de risco incluídos numa subdivisão específica podem também se enquadrar em outras subdivisões. Dentro de cada subdivisão, os fatores de risco estão sendo apresentados em ordem decrescente de relevância dentro de cada subitem 4.1 "a" a 4.1 "m", conforme aplicável, nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80").

Os termos "nós", "nosso", "Companhia" ou "Klabin", quando utilizados nesta seção 4 do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Klabin S.A. e suas controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

a) Em relação à Companhia

As unidades fabris e florestais da Companhia estão sujeitas a determinados riscos, que, se materializados, podem paralisar total ou parcialmente suas operações, de forma definitiva ou por longos períodos, além de poderem exigir a adoção de medidas de remediação e/ou compensação em montantes significativos, o que pode impactar adversa e materialmente os resultados, a condição financeira, a imagem e reputação da Companhia.

Esses riscos podem ser causados por, ou ter sua origem em diferentes fatores, incluindo falhas mecânicas, estruturais ou humanas, eventos climáticos, como secas, enchentes, geadas e incêndios, escassez de recursos essenciais, como água, energia e combustível fóssil, e crises sociais ou geopolíticas, como greves e guerras. Esses riscos podem afetar a Companhia em diversas frentes, tais quais suas máquinas e equipamentos, suas estruturas fabris e florestais, seus processos produtivo e logístico, seus colaboradores, o meio ambiente e as comunidades locais. Os principais riscos a que as unidades fabris e florestais da Companhia estão expostas compreendem:

- *Rompimento e/ou explosões de equipamentos de vasos de pressão:* a Companhia utiliza equipamentos que são fundamentais ao seu processo de produção e que contêm fluidos. Esses equipamentos (como caldeira de recuperação, de vapor, e tanques de produtos químicos) são projetados para funcionar com pressões internas diferentes da pressão atmosférica. Caso ocorra algum rompimento da estrutura e/ou explosão desses equipamentos, o processo produtivo da Companhia pode ser interrompido por prazo indeterminado ou até permanentemente, além de resultar em lesões corporais, fatalidades e/ou impactos socioambientais;
- *Vazamentos ou explosões de produtos químicos:* a Companhia está sujeita a riscos de vazamento e explosão de produtos químicos utilizados no processo produtivo de suas unidades fabris. Como exemplo, podemos citar produtos, – como metanol, terebentina, dióxido de cloro e gás liquefeito de petróleo (“GLP”). Qualquer vazamento desses produtos ou explosão decorrente de sua utilização pode interromper a produção por período indeterminado (ou até permanentemente), resultar em lesões ou fatalidades e/ou impactos socioambientais, incluindo contaminação do solo, rios, nascentes ou lençóis freáticos e impactos nas comunidades locais;
- *Incêndios nas unidades fabris e florestais:* as atividades da Companhia estão expostas a incêndios, considerando os insumos e equipamentos utilizados no processo produtivo e o produto que é comercializado, além de eventos climáticos. A ocorrência de incêndios nas florestas e/ou fábricas da Companhia pode suspender, total ou parcialmente, a produção nas unidades atingidas por período indeterminado ou de forma definitiva, resultar em lesões corporais e/ou fatalidades e/ou impactos socioambientais;
- *Rompimento de barragem:* a Companhia possui três barragens hídricas (duas localizadas no Estado do Paraná e uma no Estado de Santa Catarina). O rompimento de qualquer dessas barragens, principalmente a barragem localizada em Telêmaco Borba (PR), na lagoa de Harmonia, pode causar perdas de vida, patrimoniais e ambientais, e resultar em impactos relevantes adversos aos negócios e reputação da Companhia;
- *Logística:* para o desenvolvimento dos seus negócios, a Companhia depende de uma contínua e segura operação logística, que abrange estradas, ferrovias, armazéns, portos, entre outros, seja para o fluxo de insumos, para transporte de resíduos ou para escoamento de sua produção. Tais operações podem ser interrompidas ou se tornar mais morosas e/ou custosas, com o redirecionamento do transporte de insumos e produtos acabados por meios menos céleres e/ou rotas mais longas, como resultado de fatores alheios à Companhia, como bloqueios em estradas, conflitos sociais, greves, escassez de combustível, interrupções na rede de distribuição de energia, impactos no preço de combustíveis, desastres naturais e acidentes. Qualquer interrupção na rede logística da qual a Companhia depende ou aumento da morosidade e dos custos a ela atrelados, pode impactar significativamente os resultados operacionais da Companhia.

Esses riscos, se materializados, podem não apenas paralisar ou tornar mais morosos e/ou custosos os processos produtivos e de distribuição das unidades florestais e fabris da Companhia, impactando parte ou totalidade das operações de suas unidades e, ato contínuo, afetando adversa e materialmente seus resultados e sua condição financeira, como também importar em medidas de remediação e/ou compensação decorrentes de lesões corporais e/ou morte, danos materiais graves, próprios ou de terceiros, como destruição de máquinas e equipamentos operacionais, danos ao meio ambiente, resultando na suspensão das suas licenças operacionais e na interrupção parcial ou total das operações fabris e/ou logísticas, com duração indeterminada ou até permanente. Qualquer desses fatores pode afetar adversa e materialmente a Companhia, não apenas do ponto de vista operacional e financeiro, mas também a sua imagem e reputação.

Atrasos ou interrupções no fornecimento de insumos ou sua escassez podem afetar os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e prejudicar seus planos de expansão

A madeira é o principal insumo para produção de papel e celulose. Atrasos ou interrupções no fornecimento próprio e/ou advindo de terceiros desse insumo, em razão de paralisações em seu processo de produção ou distúrbios em seu processo logístico, podem afetar as operações da Companhia. Além disso, reduções significativas em sua oferta ou aumentos expressivos em sua demanda podem resultar em escassez de madeira, o que pode aumentar de forma relevante os seus preços e, ato contínuo, aumentar os custos com insumos da Companhia. Adicionalmente, mudanças regulatórias e legais referentes à transição para uma economia de baixo carbono e/ou com maior biodiversidade podem impor custos adicionais e criar um risco maior de discussões administrativas, judiciais e/ou restrições comerciais aos negócios.

As florestas da Klabin e dos fornecedores de madeira estão sujeitas a ameaças naturais, como geadas, incêndios, pragas, doenças e efeitos de mudanças climáticas, que podem reduzir sua base florestal, em termos de volume e/ou produtividade, e, conseqüentemente, reduzir ou interromper, inclusive por tempo indeterminado, a produção de papel e celulose pela Companhia. Considerando que o ciclo de plantio florestal é longo (aproximadamente sete anos para eucalipto e quinze anos para pinus), incêndios, pragas ou doenças de significativas proporções que se alastrem nas florestas da Klabin e/ou de seus fornecedores pode ter impacto não apenas nos curto e médio prazos, mas também no longo prazo.

Adicionalmente, conflitos com disputa por propriedades, inclusive envolvendo as comunidades locais, roubo e incêndios criminosos também podem reduzir a madeira disponível para produção de papel e celulose, impactando adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais.

O planejamento para aquisição de ativos florestais é também primordial para a Companhia realizar futuras expansões como parte de seus objetivos estratégicos. Desvios significativos nesse planejamento podem impactar adversamente o plano estratégico da Companhia, resultando em prejuízos em termos de tempo e investimento, incertezas em relação a futuras expansões da Companhia e frustrações em razão do não atingimento de retorno dos investimentos previstos e/ou realizados.

A Companhia está sujeita a extensa legislação e regulamentação nacionais e internacionais.

A Klabin está sujeita a extensa legislação e regulamentação que tratam, entre outros, de (i) proteção ambiental, incluindo coleta, manuseio, transporte, descarte e gerenciamento de materiais perigosos e resíduos sólidos (incluindo obrigações de implementação de sistema de logística reversa), emissões de particulados, ruídos, odores e reflorestamento, manutenção de reserva legal e áreas de preservação permanente e uso de recursos hídricos; (ii) saúde e segurança do trabalho; (iii) cotas para contratação de, por exemplo, aprendizes e deficientes; e (iv) obtenção e manutenção de licenças de funcionamento.

Além disso, as atividades da Companhia estão sujeitas a regulamentações estaduais ou municipais específicas, como leis de zoneamento, proteção ambiental e descarte de materiais e resíduos controlados. Determinadas atividades da Companhia dependem de licenças e alvarás de agências governamentais, incluindo as de funcionamento de suas unidades fabris, em razão de utilizarem substâncias químicas, as ambientais, cuja emissão demanda muitas vezes a necessidade de a Companhia realizar certos investimentos em conservação para compensar potencial impacto ao meio ambiente, ou as operacionais, que exigem o cumprimento das normas relacionadas a emissões de particulados e odores.

O não cumprimento ou cumprimento extemporâneo da legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades, incluindo a não obtenção, não renovação ou renovação intempestiva de licenças e alvarás, pode resultar, entre outros, em sanções administrativas, trabalhistas, civis ou penais à Companhia e/ou aos seus colaboradores, causando efeitos adversos, como (i) advertências; (ii) medidas cautelares; (iii) perda de licenças governamentais necessárias para a condução de seus negócios; (iv) interrupção por tempo indeterminado ou fechamento de unidades fabris e florestais; (v) medidas corretivas, que podem envolver montantes significativos; e (vi) multas pecuniárias significativas, que podem afetar negativamente a reputação e os negócios da Companhia e, conseqüentemente, sua condição financeira e resultados operacionais, além de poder impactar a estratégia de crescimento da Companhia.

A não obtenção, não renovação ou renovação intempestiva de qualquer licença ou alvará para qualquer das unidades fabris e florestais da Companhia ou para a condução de determinadas atividades comerciais, com possíveis paralisações das operações de suas unidades fabris e florestais, ou a imposição de multas ou sanções significativas pode afetar adversamente a Companhia ou limitar sua expansão.

Diversos países têm alterado ou criado leis ou regulamentos ambientais mais rigorosos ou tomado medidas para proteger os produtores locais que podem gerar restrições a empresas brasileiras e/ou à indústria na qual a Companhia opera e à circulação dos produtos.

Novas legislações ou regulamentações aplicáveis, alterações na legislação e regulamentação existentes, ou alterações do entendimento jurisprudencial ou das autoridades sobre essas leis e regulamentos, seja no Brasil, seja no exterior, podem impactar a Companhia de forma relevante, restringir suas operações, limitar sua expansão, gerar penalidades e obrigá-la a realizar investimentos para permitir seu cumprimento e monitoramento de sua aderência a essa legislação e regulamentação, e afetar material e adversamente seus negócios, suas operações e seus resultados operacionais.

A Companhia pode não conseguir integrar com sucesso suas empresas adquiridas ou capturar as sinergias esperadas de suas fusões e aquisições.

A Companhia pode não ser capaz de integrar com sucesso suas empresas adquiridas ou obter as sinergias esperadas de suas fusões ou aquisições. Em particular, a Companhia pode não conseguir realizar as economias de custo esperadas a partir da combinação das instalações de produção das empresas, ou as sinergias previstas a partir de aquisições conjuntas de matérias-primas, compartilhamento de técnicas de produção aprimoradas e integração de departamentos administrativos.

Se a Companhia falhar em alcançar as sinergias de suas fusões ou aquisições futuras, os resultados operacionais, a condição financeira e o preço de negociação de seus títulos podem ser adversamente afetados.

Mesmo que a Companhia alcance as sinergias esperadas em eventuais fusões e aquisições futuras, pode não ser capaz de realizá-las plenamente dentro do prazo previsto.

A Companhia pode ter a necessidade de captar capital adicional no futuro, principalmente para implementar seus projetos de expansão, investimento e aquisições. Esse capital adicional pode não estar disponível, pode estar disponível em condições que não sejam economicamente favoráveis à Companhia ou resultar em diluição da base acionária da Companhia.

A Companhia pode ter que captar capital adicional no futuro para fazer frente aos seus projetos de expansão, investimento e aquisições, que, geralmente, são intensivos em capital e exigem volumes substanciais de recursos. Esses recursos podem ser obtidos por meio de emissão de ações, títulos de dívida ou financiamento bancário, incluindo financiamento de bancos de desenvolvimento, instituições multilaterais e/ou agências de crédito à exportação. A Companhia não pode garantir a disponibilidade de capital adicional ou, se disponível, que as condições para sua captação lhe serão favoráveis ou competitivas, o que pode restringir seu crescimento, o desenvolvimento de suas atividades, a implementação de seus projetos de expansão, investimento ou aquisições e suas margens e, conseqüentemente, afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais, além de poderem limitar o planejamento de expansão da Companhia.

Adicionalmente, caso a Companhia decida captar recursos por meio de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o acionista que, por qualquer razão, não exercer seu direito de preferência, no caso de aumento de capital privado, ou cujo direito de preferência seja excluído, nos termos da legislação societária brasileira, no caso de ofertas públicas de distribuição, pode ter sua participação acionária diluída e passar a ter uma menor participação proporcional em termos de rendimentos e menor poder de influência em relação às decisões tomadas pela Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação ("TI") ou equipamentos de produção automatizados ("TA") da Companhia e/ou de seus fornecedores de serviços de processamento de dados podem prejudicar as operações da Companhia e/ou resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis.

As operações da Companhia são altamente dependentes da utilização de sistemas de TI e de TA. Esses sistemas são imprescindíveis para diversas atividades-chave da Companhia, incluindo (i) monitoramento e gerenciamento das operações, incluindo níveis de insumos e estoque, ritmo de produção e padrão de qualidade dos produtos acabados; (ii) faturamento e cobrança; (iii) monitoramento de custos e despesas; e (iv) elaboração de relatórios financeiro-contábeis. A sofisticação das ameaças continua a evoluir e crescer, incluindo o risco associado ao uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, robótica, dispositivos inteligentes e soluções de trabalho remoto.

Adicionalmente, a Klabin coleta e armazena, em seus sistemas, informações próprias ou de terceiros, confidenciais ou sensíveis, sujeitas às leis de privacidade e proteção de dados e/ou obrigações perante terceiros. Para mais informações sobre o risco de ataques cibernéticos e ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, veja neste item 4.1, alínea (a) *"A Companhia pode ser alvo de tentativas de ameaças cibernéticas no futuro, as quais podem afetar adversamente os seus negócios."* e *"Os negócios, práticas e políticas da Companhia estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podem ser adversamente afetados pela aplicação de multas e outros tipos de sanções."*, respectivamente.

Os controles, políticas, procedimentos e salvaguardas adotados pela Companhia e/ou por seus fornecedores de serviços de processamento de dados podem não ser suficientes para manter o funcionamento regular dos sistemas de TI e TA da Companhia, incluindo em razão de falhas de programação ou humana, falhas na rede de telecomunicações, falhas de segurança, como vírus e ataques cibernéticos, e força maior, como incêndio, explosão e desastres naturais.

Falhas nos sistemas de TI e TA da Companhia e/ou de seus fornecedores de serviços de processamento de dados podem afetar adversamente as operações da Companhia, podendo resultar em paralisações parciais e/ou temporárias de suas atividades, perda de clientes, descumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e/ou de obrigações assumidas perante terceiros, comprometimento da segurança de dados próprios e de terceiros, com a perda, captura ou divulgação de informações confidenciais ou sensíveis, incluindo estratégicas, e aumento de litígios.

Caso qualquer desses eventos ocorra, as operações, os resultados operacionais, a reputação e imagem da Companhia perante terceiros (governo, órgãos reguladores, fornecedores, clientes, acionistas, entre outros) podem ser adversamente afetadas, podendo exigir, ainda, da Companhia dispêndio de recursos significativos para tratamento das interrupções ou falhas em seus sistemas de TI e/ou TA e/ou compensar danos decorrentes dessas interrupções ou falhas.

A Companhia pode ser alvo de tentativas de ameaças cibernéticas no futuro, as quais podem afetar adversamente os seus negócios.

A Companhia está exposta a riscos significativos relacionados a ataques cibernéticos, que podem comprometer a segurança de seus sistemas de informação, dados confidenciais e operações. Nesse sentido, a Companhia pode estar sujeita a fraudes e roubos em potencial por criminosos virtuais, que estão se tornando cada vez mais sofisticados. Potencializados pelo aumento do uso de automações e incremento da inteligência artificial, estes criminosos podem obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir nos sistemas

da Companhia. O monitoramento e desenvolvimento das redes e infraestrutura de tecnologia da informação para prevenir, detectar e tratar os riscos de acesso não autorizado, uso indevido do ambiente de tecnologia, vírus de computador e outras ameaças que podem ter um impacto na segurança, podem não ser eficazes para proteger a Companhia contra eventuais ataques cibernéticos e outras violações relacionadas aos seus sistemas de tecnologia da informação. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação, podem gerar um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia armazena informações confidenciais em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos seus negócios. Se os servidores da Companhia ou de terceiros nos quais os dados da Companhia eventualmente possam ser armazenados forem objeto de invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outras ameaças cibernéticas, as informações confidenciais poderão ser roubadas ou destruídas.

Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda, divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores ou clientes da Companhia, pode: (i) sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais; (ii) ter um impacto negativo na reputação da Companhia; (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, terceiros ou autoridades públicas; e (iv) gerar prejuízos financeiros relacionados à recuperação de dados, reparação de sistemas comprometidos.

Os negócios, práticas e políticas da Companhia estão sujeitos a riscos associados ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") e podem ser adversamente afetados pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia e suas controladas e investidas estão sujeitas à LGPD. Caso a Companhia e suas controladas e investidas descumpram suas obrigações previstas na LGPD, suas respectivas regulamentações e de forma complementar na legislação setorial sobre proteção de dados, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet, inclusive por meio de autuações e investigações da Agência Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), e investigações no âmbito de órgãos de defesa do consumidor e ministérios públicos, a Companhia pode ser responsabilizada pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que eventualmente causar, ou ser responsabilizada solidariamente pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que eventualmente forem causados por qualquer de suas controladas. Adicionalmente, poderá sofrer sanções administrativas, que podem variar entre advertência, multa e até suspensão ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados pessoais, que também podem resultar em danos reputacionais para a Companhia, diante da relevância do tema e a depender da magnitude do descumprimento.

Com o ambiente tecnológico em constante evolução, a Companhia ainda pode ser alvo de ameaças que são potencializadas pelo aumento do uso de automações e incremento da inteligência artificial, onde as ferramentas que utilizam esta tecnologia podem captar dados nelas inseridos para integrar a sua própria base de dados generativa e violar dados da Companhia, fornecedores, clientes, terceiros e autoridades públicas. Eventos adversos deste tipo podem acarretar falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e, além das penalidades regulatórias, poderão afetar negativamente a reputação, os resultados e o valor de suas ações.

Assim, falhas na observância dos dispositivos da LGPD e na garantia de proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e controladas e investidas podem acarretar multas elevadas, divulgação da conduta infratora para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão de suas atividades, bem como afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de implementar sua estratégia de crescimento.

A estratégia de crescimento da Companhia considera a expansão de sua atuação em mercados novos e/ou existentes, de forma orgânica e/ou por meio de aquisições ou formação e consolidação de parcerias.

O sucesso de sua estratégia de crescimento depende, em grande parte, da capacidade da Companhia de identificar oportunidades que estejam alinhadas com seu plano de negócio e de incorporá-las de forma bem-sucedida aos seus negócios existentes.

A Companhia pode enfrentar dificuldades ou não ser capaz de identificar oportunidades de negócio no momento adequado e/ou que correspondam às suas expectativas, ou identificá-las em condições não atraentes, o que pode fazer com que a Companhia postergue ou desista de alguns negócios ou aproveitar tais oportunidades e afetar o retorno esperado para seu investimento. A Companhia pode sofrer concorrência em relação a qualquer oportunidade de negócio, com alguns concorrentes dispondo de mais recursos que a Companhia.

A expansão dos negócios da Companhia apresenta uma série de desafios, incluindo (i) o não comprometimento da gestão dos negócios existentes, inclusive se a implementação de determinado projeto de expansão se mostrar mais complexa do que a esperada e consumir mais recursos, tempo e esforços adicionais da administração da Companhia; (ii) o não comprometimento da excelência e eficiência das operações e produtos da Companhia; (iii) a atração de novos clientes e de mão de obra qualificada, sem prejudicar a retenção dos existentes; (iv) o planejamento adequado para a implementação do projeto de expansão, com relação à disponibilidade e logística para fornecimento de matéria-prima, à forma e dimensionamento do projeto de expansão e à previsão orçamentária; (v) a obtenção dos benefícios e resultados esperados do projeto de expansão; e (vi) a disponibilidade de recursos próprios e/ou a capacidade para captação dos recursos necessários e em termos atrativos para financiar o projeto de expansão e/ou a sua implementação.

Em particular, os planos de expansão da Companhia por meio de aquisições apresentam dificuldades adicionais, como (i) a integração de operações e ganhos de sinergia, com exclusão de redundâncias; (ii) as novas instalações ou instalações expandidas podem não operar na capacidade projetada, não aumentar sua produção (ramp up) conforme o planejado ou custar mais para operar do que era esperado pela Companhia; (iii) a aprovação das aquisições pelas autoridades competentes, inclusive concorrenciais, que, inclusive, pode obrigar a Companhia a, dentre outros, não aprovar o negócio ou alienar parcela de seus negócios; (iv) a existência de passivos não conhecidos, contingentes ou em montantes superiores aos originalmente estimados; (v) a necessidade de ajustes financeiro-contábeis; (vi) o preço de aquisição e sua alocação contábil, incluindo aqueles decorrentes de efeitos de novas determinações legais; (vii) restrições técnicas, regulatórias ou legais; e (viii) o recebimento das indenizações contratadas junto aos vendedores.

Caso não seja bem-sucedida em endereçar qualquer um desses riscos, a implementação total ou parcial da estratégia de crescimento da Companhia pode ser prejudicada, o que pode afetar adversamente sua capacidade de concorrer efetivamente no mercado, seus negócios e seus resultados operacionais.

O sucesso da Companhia depende de seus esforços contínuos para preservar sua base atual de clientes e atrair e reter novos clientes.

O sucesso da Companhia depende da sua capacidade de identificar, atrair e manter clientes em cada uma das regiões em que opera ou vende seus produtos, que, por sua vez, dependem (i) da pesquisa e desenvolvimento para manter a capacidade de inovação e apresentar novos produtos; (ii) dos esforços de vendas e *marketing* para aumentar sua participação de mercado e expandir para novos mercados; e (iii) da qualidade e confiabilidade dos produtos produzidos para satisfazer a demanda de seus clientes. Essas atividades demandam tempo e recursos, seja para planejamento de esforços e gerenciamento de despesas, seja para sua respectiva execução. Além disso, o setor de atuação da Companhia é altamente competitivo, o que potencializa a necessidade de adoção, pela Companhia, de medidas eficientes, constantes e bem-sucedidas para manter e aumentar sua base de clientes.

Para mais informações sobre os riscos relacionados a competitividade do setor de atuação da Companhia, veja neste item 4.1, alínea (g) *"A Companhia possui uma concorrência significativa de produtores de papel, celulose e embalagens no mercado local e internacional, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado e sua lucratividade."*

Além disso, a Companhia também depende da homologação de seus produtos pelos clientes. Esse processo pode ser demorado e complexo, e está fora da gestão direta da Companhia. A falta de homologação ou atrasos nesse processo podem impedir a Companhia de comercializar novos produtos ou de atender a demandas específicas dos clientes, afetando negativamente a rentabilidade e a capacidade operacional.

O insucesso da Companhia em planejar adequadamente seus esforços comerciais e/ou de implementar o seu planejamento pode afetar adversa e materialmente seus resultados operacionais, seus negócios, suas margens e sua reputação. A dependência de clientes para a homologação dos produtos adiciona uma camada de incerteza, que pode atrapalhar a rentabilidade e a capacidade de operação da Companhia. A incapacidade de obter homologações em tempo hábil pode resultar em perda de oportunidades de mercado, redução de receitas e aumento de custos operacionais.

A Companhia depende da qualificação técnica dos membros da administração e de determinados empregados. A perda de membros da alta administração da Companhia ou seu insucesso em contratar e manter pessoas chave qualificadas e/ou em treinar adequadamente seus colaboradores pode afetá-la negativamente.

A manutenção da posição competitiva da Companhia e seu crescimento, especialmente no longo prazo, dependem, em grande parte, da qualidade, capacidade, experiência e qualificação profissional de sua alta administração e de seus colaboradores. A Companhia não celebra acordos de não concorrência com membros de sua administração ou outras pessoas chave. A eventual perda dos seus principais executivos, bem como qualquer dificuldade em atrair, reter e repor tempestivamente profissionais qualificados, pode reduzir a confiança dos

investidores, clientes e parceiros de negócios, uma vez que a estabilidade e a competência da liderança são frequentemente consideradas indicadores importantes de sucesso e estabilidade empresarial, causando efeito adverso sobre os resultados operacionais e a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia. Não há garantias de que a Companhia será capaz de atrair e formar profissionais qualificados e em número suficiente para atender às demandas atuais e futuras de seu negócio.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita à forte concorrência para reter e contratar pessoas chave e outros colaboradores. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em manter uma cultura empresarial atrativa e níveis de remuneração competitivos.

Além disso, principalmente nas unidades fabris, a Companhia possui dependência de certos perfis de colaboradores devido à especificidade técnica necessária para a operação de determinados equipamentos. A operação de máquinas e equipamentos complexos requer habilidades especializadas que não são facilmente encontradas no mercado de trabalho.

A rotatividade ou perda desses colaboradores especializados pode afetar de forma adversa a produção da Companhia, resultando em interrupções operacionais e redução da eficiência produtiva. A gestão inadequada, por falta de expertise, também pode ter impacto significativo na dinâmica de produção das unidades fabris, comprometendo a qualidade dos produtos e a capacidade de atender às demandas dos clientes.

Qualquer desses fatores pode afetar material e desfavoravelmente os negócios, a condição financeira, os resultados das operações e a participação de mercado da Companhia.

Atrasos ou falhas na implementação dos projetos para expansão, modernização ou construção de fábricas, ou aumento dos custos associados podem afetar adversamente as operações da Companhia.

Dentro de seu plano estratégico de aumentar a sua participação de mercado e incrementar a sua competitividade por meio de maiores economias de escala, a Companhia pode expandir e modernizar algumas de suas fábricas e/ou construir novas.

A expansão, modernização ou construção de uma fábrica envolve uma série de desafios, incluindo:

- (i) a observância da legislação e regulamentação aplicáveis;
- (ii) eventuais atrasos na obtenção de autorizações, licenças e alvarás necessários, incluindo as ambientais e de construção, funcionamento e operação;
- (iii) a qualidade, adequação e pontualidade dos serviços prestados e/ou das matérias-primas, equipamentos e/ou tecnologias adquiridos, incluindo os serviços de engenharia e construção prestados pelas empreiteiras contratadas pela Companhia e os serviços de entrega de equipamentos de maior porte e os que contam com tecnologias inovadoras ou até então não utilizadas pela Companhia;
- (iv) a disponibilidade de recursos próprios e/ou a capacidade para captação dos recursos necessários e/ou em termos atrativos para financiar a implementação do projeto de expansão, modernização ou construção;
- (v) o monitoramento adequado e eficiente em relação ao respectivo planejamento, dos recursos consumidos e da evolução física da expansão, modernização ou construção, incluindo

entrega de matérias-primas, equipamentos e/ou tecnologias, e a adoção de medidas corretivas efetivas e temporâneas em caso de identificação de atrasos, falhas e/ou defeitos;

(vi) a saúde financeira dos fornecedores contratados pela Companhia, incluindo as empreiteiras e fornecedores de matérias-primas, equipamentos e tecnologias, que estão sujeitos a insolvência, falência e liquidação, o que pode comprometer a continuidade, qualidade e/ou pontualidade de entrega dos serviços prestados e/ou matérias-primas, equipamentos ou tecnologias adquiridas;

(vii) variações positivas significativas dos índices para reajuste dos custos associados às obras para expansão, modernização ou construção de fábricas;

(viii) condições climáticas extremas e não previsíveis, como chuvas em excesso ou geadas; e

(ix) condições de mercado que podem motivar a Companhia a postergar a implementação da própria estratégia de crescimento, no todo ou em parte.

Atrasos ou falhas na implementação dos projetos para expansão, modernização ou construção de fábricas podem impactar negativamente a Companhia, na medida em que:

- podem atrasar o cronograma previsto para conclusão do correspondente projeto de expansão da Companhia, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de vender a produção adicional ou de vendê-la a preços que sejam adequados, especialmente em razão de o efetivo início da produção e/ou a efetiva disponibilidade de produtos acabados para venda divergir do originalmente planejado e eventualmente coincidir com períodos de menor demanda pelos respectivos produtos em função da correspondente sazonalidade;
- podem aumentar os custos para conclusão ou correção de falhas nas obras; e/ou
- a Companhia pode não ser capaz de cumprir com os compromissos firmados com seus clientes nos prazos e/ou quantidades contratados, o que pode sujeitá-la a multas contratuais, afetar a sua reputação e/ou resultar na perda de atuais ou potenciais clientes.

A ocorrência de qualquer desses riscos pode afetar adversamente os negócios, a condição financeira, os resultados operacionais e a imagem da Companhia.

O nível de endividamento da Companhia pode afetar negativamente sua flexibilidade operacional e/ou restringir sua capacidade de captar recursos para refinarçar seu endividamento existente ou financiar suas operações. Além disso, pode ser necessário a utilização de parcela relevante do fluxo de caixa da Companhia para pagamento de despesas financeiras.

A Companhia obtém financiamento de curto e longo prazos por meio de instrumentos de dívida bancária e mercado de capitais. Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 36,8 bilhões.

O perfil da dívida da Companhia é denominado principalmente em Dólar, o que a expõe significativamente ao risco cambial. A variação cambial pode impactar diretamente o valor da dívida quando convertida para Reais, aumentando os custos de serviço da dívida em períodos de desvalorização do Real em relação ao Dólar. Esse cenário pode tornar a dívida mais onerosa e afetar a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras. Para mais informações sobre a volatilidade do Real frente ao Dólar, veja neste item 4.1 (g) "*Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Companhia, além de limitar o acesso da Companhia aos mercados de valores mobiliários brasileiros.*"

No futuro, a Companhia pode ter que contratar dívidas adicionais para financiar suas operações e sua estratégia de crescimento orgânico ou por meio de aquisições, inclusive podendo ter que onerar parcela expressiva de seus ativos, o que pode potencializar os riscos a que está atualmente sujeita. Nesse particular, caso parcela relevante de seus ativos esteja onerada em favor de determinados credores, a Companhia pode não dispor de ativos suficientes para satisfazer integralmente seus credores quirografários em caso de insolvência, falência ou liquidação.

Além disso, o nível de endividamento da Companhia pode ter consequências significativas, incluindo:

- aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições gerais adversas na economia, em seu setor de atuação e na concorrência;
- restringir a capacidade da Companhia de obter financiamento adicional no futuro e/ou em condições atrativas para refinanciar o seu endividamento, capital de giro, investimentos, serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos, dentre outros, inclusive em razão de poder reduzir o número de contrapartes com as quais a Companhia conseguirá obter tais financiamentos e o volume de tais financiamentos;
- exigir que a Companhia aloque uma parcela substancial de seu fluxo de caixa operacional para pagamento de serviço da dívida, reduzindo, ato contínuo, os recursos disponíveis para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades de negócio futuras;
- expor a Companhia a riscos relacionados ao aumento das taxas de juros;
- limitação da capacidade da Companhia de realizar aquisições estratégicas ou necessidade de realizar desinvestimentos estratégicos e/ou não estratégicos;
- restringir a capacidade de planejamento da Companhia;
- restringir a capacidade de reação da Companhia à evolução das condições de mercado e do setor no qual atua, às pressões concorrenciais e a alterações advindas de regulamentação governamental;
- limitar a capacidade da Companhia de investir em novos projetos, expandir suas operações e explorar oportunidades de mercado, restringindo seu crescimento;
- redução da capacidade da Companhia de utilizar seus fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócio em razão de sua necessidade de dedicar parcela substancial de seus fluxos de caixa das atividades operacionais ao pagamento de principal e juros remuneratórios de seu endividamento; e
- limitação da capacidade da Companhia de se adequar às mudanças nas condições de mercado, posicionando-a em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes menos alavancados.

A redução da classificação de risco de crédito da Companhia pode aumentar seu custo de captação e/ou restringir a disponibilidade de novos financiamentos ou injeções de capital e ter um efeito adverso.

A classificação de risco indica a probabilidade, dadas as diferentes metodologias de avaliação por cada agência responsável, de pagamento das dívidas e obrigações da Companhia no seu vencimento, assim como a pontualidade no pagamento dos juros e demais custos da Companhia. A classificação de risco atribuída à Companhia pelas agências de classificação poderá ser elevada, reduzida ou mantida em decorrência, dentre outros fatores, da avaliação das agências de risco sobre a situação financeira da Companhia por diferentes metodologias. Portanto, a Companhia não pode assegurar que a sua classificação de risco será mantida por qualquer período de tempo ou que não será rebaixada ou cancelada.

A classificação de risco pode impactar a condição financeira em geral da Companhia, incluindo taxas de juros pagas sobre financiamentos tomados e a percepção do mercado sobre a situação financeira da Companhia, que por sua vez poderia ter um efeito material adverso sobre a habilidade de realizar pagamentos nas datas devidas. Caso a classificação de risco da Companhia venha a ser reduzida e a percepção do mercado venha a ser de deterioração da situação financeira, os custos associados aos financiamentos podem subir e o resultado da Companhia ser impactado de forma adversa. Adicionalmente, a classificação de risco da Companhia é sensível a qualquer mudança sobre a classificação do risco soberano brasileiro. A classificação do risco soberano brasileiro foi reduzida em 2016 e 2018 e, apesar do upgrade na classificação de risco em 2023, o país não se classifica com o grau de investimento, de acordo com a metodologia das maiores agências de classificação globais. Qualquer novo rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil pode gerar consequências adversas na capacidade da Companhia de obter financiamentos ou nos custos desses financiamentos e, conseqüentemente, sobre os seus resultados.

A materialização de riscos não cobertos pelas apólices de seguro da Companhia pode afetá-la adversamente.

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro serão suficientes para protegê-la contra todos os riscos a que está exposta. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter suas apólices de seguro, renová-las a preços comercialmente razoáveis ou em termos que entenda serem adequados ou contratá-las junto às mesmas seguradoras ou seguradores similares com as quais atualmente contrata. Além disso, Companhia não pode garantir totalmente que os seguros que possui atualmente serão suficientes em termos de cobertura e está sujeita a riscos para os quais não conta com seguro, como pragas florestais, cuja proteção não é comercializada pelo mercado de seguros. Adicionalmente, eventos como desastres naturais, incêndios, inundações e outros impactos decorrentes das mudanças climáticas podem gerar prejuízos significativos, cuja cobertura pode ser limitada ou inexistente. Além disso, o aumento da frequência e intensidade desses eventos tem levado as seguradoras a restringirem coberturas, elevarem prêmios e imporem condições mais rigorosas para indenizações. Caso as apólices da Companhia não cubram determinados riscos ou se os valores segurados forem insuficientes para compensar eventuais danos, a Companhia poderá ser impactada financeiramente, prejudicando suas operações, fluxo de caixa e resultados. Adicionalmente, mudanças no mercado segurador, como a exclusão de determinados riscos ambientais e o encarecimento de seguros contra interrupção de negócios e lucros cessantes, podem limitar a capacidade da Companhia de mitigar perdas inesperadas, elevando nossa exposição a riscos financeiros. Ainda, a Companhia não pode garantir que, quando suas apólices de seguro atuais expirarem, poderá renová-las em termos suficientes e favoráveis. As reivindicações que não estiverem cobertas por suas apólices ou a incapacidade de renovar as apólices de seguro poderão afetar a Companhia adversamente.

Decisões desfavoráveis à Companhia em processos judiciais ou administrativos podem afetá-la adversamente.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, arbitrais e administrativos, incluindo inquéritos e investigações, abrangendo questões fiscais, administrativas, ambientais, cíveis e trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total envolvido nesses processos era de R\$ 6,5 bilhões, dos quais (i) R\$ 520 milhões correspondiam a processos com prognóstico de perda provável; e (ii) R\$ 6 bilhões, a processos com prognóstico de perda possível e perda

remota. De acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, a Companhia constitui provisões contábeis apenas para procedimentos que apresentam probabilidade de perda provável.

Não há como garantir que os processos envolvendo a Companhia (ou que gerem impacto à Companhia) serão julgados favoravelmente à Klabin e/ou suas controladas, ou, ainda, que os valores provisionados sejam suficientes para a cobertura dos valores decorrentes de eventuais condenações. Tampouco há como garantir que novos processos não serão iniciados contra a Companhia e/ou suas controladas. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, a Companhia constitui provisões contábeis apenas para processos que apresentam probabilidade de perda provável. Reversão de decisões favoráveis, decisões contrárias aos interesses da Companhia e/ou de suas controladas que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem da Companhia e/ou de suas controladas ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos negócios da Companhia e/ou de suas controladas, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

Além disso, a Companhia é parte em Termos de Ajustamento de Conduta e Termos de Compromisso firmados com autoridades competentes, nos quais se comprometeu com diversas obrigações. Caso a Companhia não consiga cumprir integralmente as obrigações pactuadas com as respectivas autoridades competentes, a Companhia estará sujeita ao pagamento de multas ou outras consequências que podem afetar adversamente a Companhia.

Para mais informações sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais relevantes, veja os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Os salários e benefícios dos empregados representam um custo significativo para a Companhia. Aumentos dos custos trabalhistas decorrentes de alterações na legislação aplicável ou nas competentes convenções ou acordos coletivos podem aumentar os custos trabalhistas da Companhia e afetar seus resultados financeiros e operacionais.

Os salários e benefícios dos empregados representam um custo significativo para a Companhia. Os empregados da Companhia são representados por sindicatos e protegidos por acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas, que estão sujeitos à renegociação periódica.

Na eventualidade de a legislação aplicável ou as competentes convenções ou acordos coletivos serem alterados, o cumprimento das normas aplicáveis pela Companhia pode resultar em um aumento de seus custos trabalhistas. Caso a Companhia não seja capaz de repassar integralmente os custos associados a potenciais aumentos salariais, suas margens de lucro podem ser afetadas negativamente.

Adicionalmente, as negociações dos acordos coletivos de trabalho podem gerar insatisfações dentre os empregados da Companhia, que, por sua vez, podem resultar em greves e paralisações temporárias ou definitivas de suas atividades.

Além disso, o Brasil possui uma rigorosa legislação trabalhista e previdenciária que resulta em aumento dos custos trabalhistas, com diversos encargos trabalhistas e previdenciários incidindo sobre a remuneração paga aos empregados. Em razão de as atividades da Companhia serem altamente dependentes de mão de obra, na eventualidade de a legislação trabalhista e previdenciária se tornar ainda mais rigorosa, restringir atividades, alterar escalas e jornadas de trabalho ou resultar na imposição de encargos adicionais, ou as atuais alíquotas dos tributos aplicáveis forem majoradas, os resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Pandemias e surtos de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo podem provocar um efeito adverso nos negócios da Companhia. A percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia/evento adverso de saúde impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante para a Companhia e sua capacidade de continuar operando seus negócios.

Surtos de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo podem fazer com as autoridades governamentais competentes implementem medidas restritivas, incluindo nas localidades onde a Companhia atua, como restrição à circulação e o isolamento social, o que poderia impactar adversamente a economia brasileira e/ou mundial em geral, com interrupções nas cadeias de abastecimento, fechamento de postos de trabalho e redução do consumo pela população.

Eventuais medidas restritivas à circulação determinadas pelas autoridades governamentais competentes podem restringir um percentual significativo da força de trabalho da Companhia a se apresentar fisicamente aos seus postos de trabalho, notadamente em suas unidades fabris e florestais, o que pode afetar adversamente as suas operações. Além disso, períodos prolongados de trabalho remoto podem potencializar os riscos associados à segurança cibernética, que podem prejudicar as operações dos sistemas de TI e TA da Companhia e, consequentemente, as suas operações e a sua reputação.

Os planos de contingenciamento e protocolos de doenças infecciosas podem não ser suficientes em caso de surgimento de uma pandemia, epidemia ou surto de uma doença infecciosa, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

A Companhia pode vir a tomar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que entenda ser no melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados por uma pandemia ou, de outra forma, serão satisfatórias e suficientes.

A Companhia não pode garantir que as medidas restritivas impostas, bem como os impactos decorrentes de potenciais novas pandemias nos seus negócios e na sua atividade não venham a se agravar caso o Brasil ou os demais países nos quais atua enfrentem novas ondas pandêmicas.

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima nos negócios e operações da Companhia e de seus fornecedores, seus custos podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança dos colaboradores e a capacidade de obter certos materiais ou serviços podem ser restringidos, o que pode impactar de forma adversa suas operações.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de contratar operações de hedge com relação ao seu endividamento financeiro contratado no exterior e taxas de juros variáveis, o que poderá afetá-la adversamente.

Em 31 de dezembro de 2025, 82% dos empréstimos e financiamentos da Companhia, correspondente a R\$ 30,3 bilhões, estava denominada em dólares norte-americanos, incluindo tanto dívidas de curto como de longo prazo. Os 18% remanescentes estavam denominados em moeda local, também compreendendo dívidas de curto e longo prazos.

Caso as práticas de hedge adotadas pela Companhia deixem de ser observadas ou não sejam capazes de identificar ou precificar adequadamente os riscos de mercado, ou, ainda, caso qualquer contraparte da Companhia em tais operações não honre suas obrigações, a Companhia pode não ser capaz de se proteger contra oscilações significativas em dólares norte-americanos e/ou taxas de juros. Nesse caso, os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de proteger os ativos intangíveis, especialmente os relacionados ao Eukaliner

Em 31 de dezembro de 2025, a composição do intangível da Companhia era de R\$ 505.826 mil.

A Klabin pode enfrentar riscos significativos relacionados à falha na proteção de seus ativos intangíveis, especialmente no que diz respeito ao *Eukaliner*. A proteção inadequada de patentes, marcas registradas, segredos comerciais e outros direitos de propriedade intelectual pode resultar em várias consequências adversas. A falha em proteger esses ativos pode permitir que concorrentes copiem ou utilizem indevidamente as inovações da Klabin, resultando na perda de vantagem competitiva no mercado de papel e celulose.

Além disso, a Companhia pode se envolver em disputas legais complexas e onerosas para defender seus direitos de propriedade intelectual, resultando em custos significativos e desviando recursos da empresa. A incapacidade de proteger adequadamente os ativos intelectuais pode prejudicar a reputação da Companhia, afetando a confiança de investidores, clientes e parceiros. A utilização não autorizada de tecnologias e processos patenteados pode levar à perda de receita, uma vez que concorrentes podem oferecer produtos similares a preços mais baixos, reduzindo a participação de mercado da Klabin. A falta de proteção eficaz pode também desencorajar a inovação interna, uma vez que os colaboradores podem se sentir desmotivados ao ver suas inovações não protegidas e facilmente copiadas por terceiros.

Além disso, a Klabin pode enfrentar desafios regulatórios em diferentes jurisdições, onde as leis de propriedade intelectual variam significativamente, complicando a proteção e a defesa de seus ativos intelectuais globalmente.

b) Em relação a seus acionistas, em especial os acionistas controladores direto ou indireto, ou grupo de controle

A acionista controladora da Companhia, Klabin Irmãos S.A., pode ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Klabin Irmãos S.A., acionista controladora da Companhia, tem poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e, sujeito a determinadas exceções, determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral de Acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das S.A.

Adicionalmente, os representantes da acionista controladora da Companhia eleitos para compor seu Conselho de Administração são vinculados às decisões tomadas previamente em Assembleia Geral de Acionistas ou reunião do Conselho de Administração de Klabin Irmãos S.A., nos termos do acordo de acionistas de Klabin Irmãos S.A., que incluem a eleição de membros da Diretoria da Companhia.

A acionista controladora da Companhia pode ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos outros acionistas da Companhia.

Além disso, a acionista controladora da Companhia pode optar por vender parcela significativa ou a totalidade de sua participação no capital social da Companhia a terceiros. Caso não haja um acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante da Companhia, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das S.A. contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar

adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia. Caso surja um grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculados por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

A falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderá limitar a capacidade dos investidores de vender valores mobiliários de emissão da Companhia

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com mercados de valores mobiliários internacionais mais maduros, explicado pelo fato do mercado brasileiro ser substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado.

Essa volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores dos valores mobiliários da Companhia de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem.

O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Klabin, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral de Acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Na ocorrência de qualquer desses eventos, os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou poderão receber apenas o montante dos dividendos obrigatórios previstos no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o caso.

Desde 26 de novembro de 2025, entrou em vigor a Lei nº 15.270 ("Lei 15.270"), que determina a incidência, a partir de 1º de janeiro de 2026, de IRRF sobre os lucros apurados que venham a ser distribuídos como dividendos por companhias, como a Companhia, a acionistas pessoas físicas residentes no Brasil e a acionistas residentes no exterior.

Adicionalmente, de acordo com a Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025 ("LC 224"), que alterou a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a alíquota do IRRF incidente sobre as distribuições de proventos na forma de juros sobre capital próprio por companhias, como a Companhia, a seus acionistas para 17,5%, desde 1º de janeiro de 2026.

A Companhia não tem como antecipar-se novas normas tributárias serão editadas e/ou se tornarão o regime tributário aplicável à Companhia mais severo ou a sujeitará a encargos mais onerosos no futuro, o que pode impactar o valor líquido a ser recebido por seus acionistas a título de participação nos lucros.

c) Em relação às suas controladas e coligadas

Os riscos relevantes relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

d) Em relação a seus administradores

Os riscos relevantes relacionados aos administradores da Companhia são os mesmos relacionados à Companhia. Nesse contexto, veja neste item 4.1, alínea (a) "A Companhia depende da qualificação técnica dos membros da administração e de determinados empregados. A perda de membros da alta administração da Companhia ou seu insucesso em contratar e manter pessoas chave qualificadas e/ou em treinar adequadamente seus colaboradores pode afetá-la negativamente."

e) Em relação a seus fornecedores

A Companhia adquire de outros fornecedores uma parcela de suas necessidades de madeira. Condições desfavoráveis de mercado e/ou o desalinhamento entre as necessidades de madeira da Companhia e a madeira disponível para venda pode afetar adversamente as operações da Companhia.

A Companhia adquire de outros fornecedores uma parcela de suas necessidades de madeira. Condições desfavoráveis de mercado e/ou desalinhamento entre necessidades de madeira da Companhia e a madeira disponível para venda pode afetar adversamente as operações da Companhia.

A Companhia utiliza um sistema misto de abastecimento de madeira, advindo de sua produção própria e de terceiros. A Companhia celebra com esses fornecedores contratos de compra e venda de madeira em pé ou compra de madeira a ser entregue em suas unidades industriais, além de realizar, em menor escala, compras "spot". Os preços de madeira estão sujeitos a variações conforme as condições de mercado e sua disponibilidade pode ser impactada pela concorrência com outras culturas (soja, cana de açúcar e outras) nas diferentes regiões onde a Companhia atua, na medida em que pode limitar a expansão da base florestal dos fornecedores da Klabin. Condições de mercado desfavoráveis à Companhia ou o desalinhamento entre as necessidades de madeira da Companhia e a madeira disponível para venda pode aumentar os custos da madeira e/ou afetar o abastecimento das fábricas da Companhia, o que pode impactar seus custos de produção, suas operações e seus resultados operacionais. Para mais informações, veja neste item 4.1 (a) "Atrasos ou interrupções no fornecimento de insumos ou sua escassez podem afetar os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e prejudicar seus planos de expansão".

A Companhia depende do fornecimento de insumos, matérias-primas e serviços para a sua operação. Disponibilidade, qualidade e elevação no preço de insumos, matérias-primas e serviços podem afetar adversamente as operações da Companhia e/ou aumentar seus custos de produção e reduzir sua rentabilidade.

As unidades fabris e florestais da Klabin são abastecidas por diversos fornecedores, nacionais e estrangeiros, de uma série de insumos e serviços, como substâncias químicas, equipamentos, combustíveis e energia elétrica. Muitos fatores influenciam a posição competitiva da Companhia, incluindo a eficiência de suas unidades fabris e florestais, os índices operacionais, incluindo de produção, e a disponibilidade, qualidade e o custo de certos insumos e serviços. Além disso, a taxa de câmbio, para aqueles importados, pode afetar, de forma negativa, o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Atrasos ou interrupções no fornecimento desses produtos, seja por conflitos armados, instabilidade geopolítica, problemas logísticos, crises econômicas, restrições comerciais, imposição tarifária ou aumento da demanda global, podem paralisar ou reduzir a capacidade produtiva da Companhia. Além disso, a necessidade de buscar fornecedores alternativos pode resultar em incertezas e custos adicionais, afetando a eficiência e competitividade da Companhia.

Aumento desses custos também pode reduzir a rentabilidade da Companhia, caso não seja capaz de repassá-los aos seus clientes. Adicionalmente, qualquer alteração na legislação tributária, com majoração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos, pode resultar no aumento do preço dos insumos. O repasse desses custos a clientes por meio de aumentos de preços ou outros ajustes é incerta e depende, inclusive, das condições de mercado. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em repassar esses custos aos seus clientes, seu resultado operacional e sua condição financeira podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode ser responsável por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de prestadores de serviços.

De acordo com a legislação, se as empresas prestadoras de serviços terceirizados não cumprirem com as obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser responsabilizada subsidiariamente pelo pagamento das referidas obrigações referentes aos colaboradores terceirizados, pelo período da prestação de serviços do colaborador para a Companhia, o que pode afetar a Companhia material e adversamente.

Adicionalmente, caso seja verificada a existência de elementos da relação de emprego, sobretudo de pessoalidade e subordinação entre os colaboradores terceirizados e a Companhia, a Justiça do Trabalho pode declarar a Companhia como empregadora direta dos colaboradores terceirizados e reconhecer a responsabilidade solidária entre a Companhia e a empresa prestadora de serviços pelo pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes ao período no qual o colaborador trabalhou para a Companhia, o que pode afetar a Companhia material e adversamente.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores não se envolvam em práticas irregulares.

A Companhia adota política de responsabilidade social e ambiental que prevê diretrizes a serem seguidas por seus fornecedores, com relação às condições de saúde e segurança do trabalho, ética empresarial, cumprimento de direitos humanos fundamentais, e prevenção de trabalho infantil, discriminação e assédio.

No entanto, a Companhia não tem a capacidade de apurar se todos os seus fornecedores efetivamente cumprem as diretrizes recomendadas e a legislação trabalhista e previdenciária aplicáveis, e se há irregularidades com relação ao registro de empregados, descentralização e terceirização ou quarteirização da cadeia produtiva, condições de saúde e segurança do trabalho, entre outros aspectos da legislação trabalhista.

Se os fornecedores da Companhia descumprirem a legislação e regulamentos aplicáveis, em especial a trabalhista, previdenciária e de segurança, ou adotarem práticas irregulares com relação aos seus empregados, a Companhia poderá sofrer impacto financeiro e reputacional relevante.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos. Caso as empresas terceirizadas que, por exemplo, prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados pelos seus fornecedores, os resultados, as atividades e a reputação da Companhia podem ser adversamente afetados.

f) Em relação a seus clientes

Alterações na qualidade do risco de crédito dos clientes da Companhia podem afetar negativamente as operações.

Nos mercados em que a Klabin atua, é usual que os fabricantes de produtos de papel e celulose, como a Companhia, realizem vendas a crédito a seus clientes. A Companhia também pode fazer adiantamentos a fornecedores em relação a projetos de expansão futuros, que também estão sujeitos a esses riscos. Alterações no ambiente macroeconômico, nas condições de mercado e/ou na situação financeira desses clientes e/ou fornecedores da Companhia podem afetar adversamente a respectiva capacidade de pagarem os valores devidos à Companhia ou de entregarem os serviços/materiais, cujos pagamentos foram adiantados pela Companhia, na forma, prazos e condições acordados.

Atrasos, não pagamento ou pagamentos extemporâneos pelos clientes ou não entrega ou entrega em prazos e condições diversos pelos fornecedores podem prejudicar as operações da Companhia, incluindo sua estratégia de expansão, e/ou seu fluxo de caixa e o resultado de suas operações.

A Companhia pode ter sua receita altamente exposta a um cliente específico e esse cliente pode não possuir qualquer obrigação de adquirir qualquer parte da produção da Companhia, podendo afetar de forma negativa os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia podem ser negativamente afetados de forma relevante.

g) Em relação aos setores da economia nos quais o emissor atua

Os preços do papel e da celulose são voláteis e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Companhia. Uma redução nos preços destes produtos pode afetar adversamente as receitas e os resultados operacionais da Companhia.

Os preços dos produtos da Companhia dependem dos preços internacionais vigentes que têm historicamente flutuado não apenas de ano para ano, mas também em períodos menores, de acordo com fatores fora do controle da Companhia, incluindo:

- oferta e demanda global por matérias-primas e produtos de papel e celulose;
- níveis atuais de estoque de clientes;
- capacidade de produção regionais ou global, incluindo aumentos ou restrições de capacidade em razão de aberturas e fechamentos de fábricas ou suspensão temporária de produção por motivos diversos, incluindo greves e eventos climáticos;
- interrupções da cadeia de suprimentos;
- estratégias adotadas pelos principais produtores de papel e celulose;
- oscilações nas taxas de câmbio, notadamente o Real (R\$) em relação ao dólar norte-americano (US\$);
- disponibilidade de substitutos para os produtos; e
- condições econômicas e mercadológicas regionais ou globais.

Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia e podem ter um impacto significativo sobre o balanço entre oferta e demanda de celulose, impactando margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Companhia.

Adicionalmente, descontos nos preços padrão para produtos vendidos são frequentemente concedidos pelos produtores para compradores recorrentes e/ou relevantes, em linha com práticas comerciais do setor, que são norteadas, principalmente, pelas condições mercadológicas regionais.

A Klabin não pode garantir que a demanda pelos seus produtos e os preços que pratica na data de apresentação deste Formulário de Referência permanecerão estáveis ou que não terá de reduzir sua produção e/ou seus preços no futuro, tampouco se será capaz de continuar a operar de maneira lucrativa. Caso qualquer desses eventos adversos ocorra, a condição financeira, os resultados operacionais e os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia possui uma concorrência significativa de produtores de papel, celulose e embalagens no mercado local e internacional, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado e sua lucratividade.

A maioria dos segmentos em que a Klabin atua são altamente pulverizados, competitivos, com diversos concorrentes atuando em cada um desses segmentos, alguns dos quais com acesso relevante a recursos financeiros, elevada base de clientes e alta capacidade de produção e distribuição.

Tanto no mercado interno, como no mercado internacional, a Companhia tem como principais concorrentes grandes grupos. No mercado doméstico, sofre a concorrência de fabricantes locais de menor porte e produtos importados. No mercado externo, por sua vez, enfrenta a concorrência de competidores com uma ampla gama de produtos de papel e celulose.

A Companhia enfrenta concorrência por clientes para seus diferentes produtos, que geralmente escolhem livremente seu fornecedor com base em critérios de qualidade e preço. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou aumentar a fidelidade aos seus produtos, sua participação de mercados e seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Novas e potenciais aquisições, a formação de parcerias e alianças estratégicas e a entrada de novos concorrentes, com inclusive introdução de processos, tecnologias, máquinas e equipamentos mais modernos, podem alterar a dinâmica de mercado, com aumento da pressão sobre preços de insumos e mão de obra, e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia e ao aumento de sua base de clientes.

Além disso, os concorrentes da Companhia podem intensificar seus investimentos em aumento de capacidade de produção, o que pode resultar em um desequilíbrio entre oferta e demanda, pressionando os preços de produtos de papel e celulose e/ou levando a Klabin a ajustar temporariamente o volume de sua produção e operar com capacidade ociosa, aumentando seus custos de produção.

Falhas da Companhia em antecipar e responder às evoluções do setor de maneira bem-sucedida, eficiente e oportuna podem afetar material e adversamente seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e a posição competitiva da Companhia.

Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Companhia, além de limitar o acesso da Companhia aos mercados de valores mobiliários brasileiros.

A Companhia tem parte de sua receita proveniente de mercados estrangeiros, desta forma, as variações cambiais (apreciação x depreciação) do Real frente ao Dólar pode reduzir as receitas provenientes destes mercados. Além disso, pode aumentar os custos e despesas a estas moedas atreladas, incluindo despesas de frete e o custo de certos produtos químicos utilizados na produção dos produtos comercializados.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, 82% da dívida bruta da Companhia estava denominada em Dólares. Desta forma, a depreciação do Real frente ao Dólar poderá aumentar as despesas financeiras consolidadas derivadas de tais dívidas e de outras obrigações.

Ao longo dos últimos anos, como consequência de pressões inflacionárias, o Real sofreu depreciações periódicas em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras. Diante de iniciativas do governo brasileiro e fatores macroeconômicos, flutuações significativas nas taxas de câmbio entre o Real frente ao Dólar e outras moedas tem ocorrido nos últimos anos. Portanto, a Companhia não pode garantir a apreciação ou desvalorização da moeda nacional frente a qualquer outra moeda estrangeira.

A desvalorização do Real frente ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, o que pode gerar o aumento da taxa de juros, limitar o acesso da Companhia a mercados financeiros e de capitais internacionais e à adoção de políticas recessivas pelo governo

brasileiro, além de eventualmente deteriorar as contas correntes do Brasil e da sua balança de pagamentos. Qualquer das situações acima pode afetar negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia.

O Banco Central, ao longo dos últimos anos, tem interferido ocasionalmente para controlar a instabilidade dos movimentos cambiais externos. Não é possível prever o impacto que as políticas cambiais possam ter sobre a Companhia. A Companhia não pode assegurar que, no futuro, o governo brasileiro não irá impor uma banda dentro da qual a taxa de câmbio possa flutuar, ou mesmo fixar taxas de câmbio. Também não pode prever qual impacto tais eventos poderiam ter sobre os seus negócios, sua posição financeira ou resultados operacionais.

A concorrência por terras destinadas à cultura de eucalipto e pinus podem afetar a capacidade de expansão e ter um efeito material adverso à Companhia.

A maior parte da madeira utilizada nos processos de produção da Companhia advém de suas próprias operações florestais, que incluem áreas florestais plantadas, localizadas nas proximidades das instalações de produção. Um aumento da procura global por outras matérias-primas ou por terrenos para desenvolvimento de outras culturas ou pastagem pode resultar em uma maior concorrência por terras, prejudicando a manutenção ou expansão das atividades da Companhia e/ou aumento dos custos para aquisição ou arrendamento de terrenos.

A pressão advinda de concorrentes da Companhia e/ou a competição de pastagens e culturas, que não o eucalipto e o pinus, podem inibir a expansão das operações florestais da Companhia, seja por indisponibilidade de terras, seja pelo aumento dos preços para sua aquisição ou arrendamento. Além disso, a Companhia pode enfrentar dificuldades em convencer proprietários de terra a vendê-las ou arrendá-las à Companhia ou, ainda, em prolongar ou renovar os contratos de arrendamento em vigor ou iniciar ou aumentar a produção de eucalipto e pinus, principalmente nos locais cujo retorno de outras culturas seja superior às atividades florestais.

A escassez ou indisponibilidade de terras disponíveis para venda, arrendamento ou produção de eucalipto e pinus nas suas regiões de atuação pode ter um efeito material negativo sobre as operações e saúde financeira da Companhia.

O surgimento de novas tecnologias ou produtos e novos hábitos de consumo podem levar à substituição dos produtos da Companhia por produtos com menor preço ou tecnologia diferenciada.

O surgimento de novas tecnologias, produtos e mudanças nos hábitos de consumo dos clientes podem fazer com que os produtos da Companhia se tornem menos atrativos ou obsoletos, resultando em sua substituição por produtos mais inovadores, com alta qualidade e preços competitivos.

Caso a Companhia deixe de antecipar as tendências do setor e/ou não tenha sucesso em introduzir ou desenvolver produtos e serviços competitivos no momento oportuno, sua base de cliente pode migrar para concorrentes, o que pode afetar adversamente a sua condição financeira, seus resultados operacionais e sua posição de mercado.

h) Em relação à regulação dos setores em que o emissor atua

A Companhia poderá sofrer restrições nas suas operações e na comercialização de seus produtos e incorrer em custos maiores e/ou redução de produção decorrentes do cumprimento e/ou interpretações divergentes da legislação e regulamentação ambiental e de saúde e segurança, bem como da implementação de novas regras ambientais.

A Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos na esfera federal, estadual e municipal, relacionadas à proteção da saúde humana, saúde e segurança do trabalho e meio ambiente, incluindo obrigações adicionais e/ou complementares para obter, manter ou renovar suas licenças, permissões ou outras autorizações necessárias para continuidade das suas operações e comercialização de seus produtos. Esse conjunto de autorizações e de regras contém normas de controle ambiental, dentre as quais se destacam as que tratam do uso, armazenamento e descarte de materiais perigosos e da emissão de poluentes líquidos, sólidos e gasosos. O descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou dessas autorizações, ou a ocorrência de acidentes que afetem pessoas e/ou o meio ambiente pode resultar em sanções de natureza administrativa, trabalhista, civil e/ou criminal, como multas, obrigações de reparação, compensação ou indenização ou outras obrigações de fazer que podem significar desembolsos financeiros importantes e até perda das autorizações para operar ou comercializar seus produtos. Por consequência, poderia haver interrupção ou suspensão parcial ou total das atividades da Klabin, o que pode afetar significativa e desfavoravelmente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Note-se, ainda, que essas leis, regulamentos e requisitos, inclusive decisões administrativas e judiciais a respeito desses temas podem alterar ou se tornar cada vez mais rigorosos no Brasil e no exterior, sendo possível que os investimentos e despesas necessários à sua observância e para manutenção das suas autorizações para operar, incluindo as suas operações, paradas não programadas ou suspensão de atividades substancialmente no futuro, ou que haja restrições à circulação de seus produtos.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal.

A Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal do Brasil e demais autoridades fiscais fiscalizatórias de tempos em tempos. Como resultado de fiscalizações pelas autoridades fiscais federais, estaduais e municipais, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais questionamentos serão corretos e em valores suficientes para processos resultantes de fiscalização, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo

controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar material e negativamente a Companhia.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações anticorrupção, antissuborno, lavagem de dinheiro, sanções e antitruste. A violação de tais leis ou regulamentações pode ter um efeito adverso material na reputação, nos resultados das operações e na situação financeira da Companhia.

A Klabin está sujeita às leis anticorrupção, antissuborno, lavagem de dinheiro, sanções, antitruste e outras leis e regulamentações semelhantes do Brasil e de outras jurisdições. Não existe garantia de que as políticas e procedimentos internos serão suficientes para prevenir ou detectar práticas inadequadas, fraude ou violações dessas leis ou regulamentações pela sua administração, empregados, terceirizados, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços da Klabin ou de empresas controladas e coligadas, nem que quaisquer dessas pessoas não tomarão medidas que violem as políticas e procedimentos internos da Companhia ou de suas controladas e coligadas. Quaisquer violações, pela Companhia ou qualquer membro da sua administração, empregados, terceirizados, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas ou coligadas, dessas leis ou regulamentações, podem ter um efeito adverso significativo nos seus negócios, reputação, resultados operacionais e condições financeiras.

Mudanças nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso sobre os impostos aplicáveis à Companhia. Além disso, a suspensão, decurso do prazo de vigência, cancelamento ou não renovação de benefícios fiscais aos quais a Companhia é titular podem afetar adversamente seus resultados e sua geração de caixa líquido.

O governo brasileiro frequentemente implementa mudanças nos regimes tributários que podem afetar adversamente a Companhia, seus fornecedores e clientes. Essas alterações incluem alterações nas alíquotas de tributos e, ocasionalmente, a instituição de novas incidências, cujos rendimentos são destinados a fins governamentais designados. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos nos pagamentos de tributos pela Companhia, o que pode afetar desfavoravelmente a lucratividade e aumentar os preços dos produtos, restringir a capacidade de fazer negócios nos mercados existentes e potenciais e prejudicar os resultados financeiros. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter seu fluxo de caixa projetado e a lucratividade após quaisquer aumentos nos impostos brasileiros aplicáveis.

Além disso, considerando a titularidade de benefícios fiscais pela Companhia, alterações na legislação fiscal podem impactar negativamente os negócios da Companhia. Além disso, também existem benefícios de incentivos fiscais com base na legislação estadual que podem estar sujeitos a contestações, inclusive com base no argumento de que os benefícios aplicáveis à Companhia requerem a aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Conselho Nacional de Política Fazendária), ou Confaz, um órgão federal composto pelos tesoureiros estaduais de cada estado.

Não é possível garantir que os incentivos fiscais dos quais a Companhia se beneficia atualmente serão mantidos, renovados ou que novos incentivos fiscais serão obtidos em termos favoráveis. Ademais, no caso do não cumprimento de obrigações específicas às quais a Companhia está sujeita em relação aos seus benefícios fiscais, que podem gerar seu cancelamento ou suspensão, a Companhia ser obrigada a pagar os impostos devidos na íntegra e multas, com impacto adverso relevante.

Alterações nos benefícios fiscais da Companhia, inclusive sua continuidade, ou alterações no regime tributário no Brasil ou no exterior (que impactem suas exportações) podem afetar adversa e materialmente a Companhia.

Em 2023, o Congresso Nacional aprovou a reforma tributária, ("Reforma Tributária") por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 ("EC 132/2023"). Em 16 de janeiro de 2025, o atual presidente do Brasil sancionou o primeiro projeto de regulamentação do novo sistema de tributação do consumo, através da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 ("LC 214/2025") que alterou a tributação para o Valor Agregado ("IVA Dual"), composto por uma contribuição federal sobre bens e serviços ("CBS"), um imposto sobre bens e serviços ("IBS"), além de um novo imposto especial de consumo ("IS") a ser aplicado sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas e cigarros. Até o momento, o Congresso Nacional analisou dois projetos de Lei Complementar para regulamentar a Reforma Tributária (PLP 68/2024 e PLP 108/2024) para regulamentar a Reforma Tributária (PLP 68/2024 e PLP 108/2024) ambos aprovados e convertidos, respectivamente, nas LC 214/2025 e na Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026 ("LC 227/2026").

Mudanças na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, ou a expiração ou revogação de incentivos fiscais podem ocorrer com relativa frequência e tais mudanças podem ter um efeito adverso na posição financeira ou resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não consegue prever com precisão o impacto da Reforma Tributária ou de outras reformas tributárias em trâmite no Congresso Nacional em sua operação e o efeito dessas reformas em todos os setores da economia permanece incerto e difícil de avaliar. No entanto, se tais mudanças aumentarem a carga tributária (direta ou indiretamente) da Companhia e de suas controladas, suas respectivas margens brutas poderiam diminuir, o que pode afetar materialmente e adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas não conseguem garantir que não haverá novas reformas tributárias ou mudanças na legislação e regulamentações aplicáveis que alterem o regime tributário atual ao qual estão sujeitas, ou que seus incentivos fiscais existentes serão efetivamente mantidos nas condições atuais até o fim de seus termos efetivos, ou que serão capazes de renovar as isenções fiscais e benefícios fiscais em termos favoráveis após o término de seus termos atuais.

Além disso, a Companhia e as suas controladas podem enfrentar situações semelhantes nas quais as interpretações que fazem de uma legislação tributária podem diferir daquela feita pelas autoridades fiscais, ou as autoridades fiscais podem contestar a interpretação feita pela Companhia e suas controladas que em razão disso podem assumir provisões e cobranças

imprevistas. Ainda, um eventual acordo em uma disputa tributária pode ter um impacto mais amplo em outras disputas tributárias. Qualquer uma dessas ocorrências pode ter um efeito adverso relevante na condição econômico e financeira e nos resultados da Companhia ou de controladas.

Barreiras comerciais mais rígidas nos principais mercados de exportação podem afetar a Companhia adversamente.

A Companhia exporta para diversos países, que têm alterado ou criado leis ou regulamentos, em especial ambientais e cambiais, mais rigorosos que podem gerar restrições à indústria na qual a Companhia opera e à circulação de seus produtos.

Assim, o desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá das condições econômicas, políticas, ambientais e sociais dos seus principais mercados de exportação. Como resultado, podemos citar os seguintes fatores que estão além do controle da Companhia:

- imposição de barreiras comerciais por certos países para limitar o acesso de empresas brasileiras aos seus mercados ou mesmo para subsidiar produtores locais, particularmente com respeito a produtos de papel, ou a concessão de incentivos comerciais em favor de produtores locais;
- imposição de tarifas ou aumento nos tributos sobre os produtos da Companhia;
- mudanças nas políticas e/ou condições econômicas dos países para os quais a Companhia exporta, que podem afetar a sua capacidade de exportação e, conseqüentemente, seus negócios e resultados operacionais;
- custos logísticos, incluindo interrupções no transporte marítimo ou redução da disponibilidade de transporte de carga;
- flutuações significativas na demanda global por produtos de celulose, o que pode impactar as vendas, receita operacional e fluxos de caixa da Companhia;
- deterioração das condições econômicas globais, o que pode prejudicar a condição financeira de alguns dos clientes ou fornecedores estrangeiros da Klabin, aumentando assim as dívidas incobráveis ou o não cumprimento por parte de seus fornecedores estrangeiros, bem como aumentando seus custos de financiamento e refinanciamento;
- mudanças nas receitas devido a variações nas taxas de câmbio;
- controles sobre o câmbio;
- e conseqüências adversas decorrentes da necessidade de cumprir requisitos regulatórios mais rigorosos em países estrangeiros, incluindo regras ambientais, regulamentos e requisitos de certificação.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá das condições econômicas, políticas, ambientais e sociais dos seus principais mercados de exportação. A Companhia não tem como prever a imposição de condições mais rigorosas para a exportação de seus produtos, o que poderá afetar o mercado de madeira e produtos derivados do Brasil.

Qualquer uma das restrições acima mencionadas pode afetar o volume de exportação e, como resultado, as vendas nos mercados de exportação e a condição financeira da Companhia. Em especial, no caso de seus principais mercados de exportação, a Klabin poderá não conseguir vender seus produtos em condições favoráveis, resultando em efeito adverso relevante.

i) Em relação aos países estrangeiros onde o emissor atua

A recessão decorrente da crise econômica global pode impactar de forma negativa a demanda e os preços dos produtos da Companhia

A procura por papel e celulose está diretamente ligada ao ritmo de crescimento da economia mundial. Atualmente, Europa, América do Norte e China representam os principais mercados desse setor. Oscilações na taxa de câmbio em relação ao dólar americano, redução da atividade econômica, processos de nacionalização ou quaisquer alterações nas condições sociais, políticas ou trabalhistas nesses países ou regiões — especialmente aquelas relacionadas à sustentabilidade, regulamentações ambientais, políticas e acordos comerciais — podem influenciar de maneira desfavorável os resultados financeiros da Companhia.

Qualquer enfraquecimento do crescimento econômico na Europa, China ou América do Norte pode reduzir o preço e o volume das exportações da Companhia, comprometendo, assim, seu desempenho operacional.

As exportações da Companhia estão expostas a riscos políticos e econômicos em países estrangeiros.

As exportações expõem a Companhia a riscos não enfrentados por empresas que se limitam a operar apenas no Brasil ou em um único país.

Em 2025, as exportações da Companhia tiveram como destino mais de 80 países e corresponderam a 37% de sua receita líquida.

O desempenho financeiro da Companhia depende, em larga escala, das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados de exportação. Outros riscos associados às atividades internacionais incluem:

- menor demanda global por produtos de celulose e papel, o que pode resultar em redução das vendas, resultado operacional e geração de fluxo de caixa da Companhia;
- alterações nas taxas de câmbio e inflação nos países estrangeiros para os quais a Companhia vende seus produtos ou que opera;
- controles cambiais;
- alterações nas condições políticas ou econômicas de um determinado país ou região, em particular nos principais mercados da Companhia;
- consequências adversas decorrentes de alterações dos requisitos regulamentares, incluindo normas e regulamentos ambientais;
- dificuldades e custos associados ao cumprimento e à aplicação de soluções exigidas por uma grande variedade de leis, tratados e regulamentos internacionais complexos;
- consequências adversas decorrentes das alterações da legislação tributária;
- custos de distribuição mais elevados, volatilidade no transporte marítimo ou redução da disponibilidade de transporte de mercadorias;
- greves ou outros acontecimentos que possam afetar os portos e o transporte;
- restrições ao comércio exterior e aplicação ou aumento de tarifas de importação, outras medidas de proteção comercial e requisitos de licenças de importação ou exportação.

Caso qualquer desses eventos adversos ocorra, a condição financeira, os resultados operacionais e os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados.

Tensões geopolíticas e hostilidades militares, e as sanções econômicas impostas como resultado de tais conflitos, podem impactar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

A magnitude e a duração de hostilidades militares, como as que envolvem a Rússia e a Ucrânia, na região do Canal de Suez, entre Israel e Palestina, entre Estados Unidos e Irã, e a captura do até então presidente da Venezuela Nicolás Maduro pelos Estados Unidos, e seu potencial escalonamento podem contribuir para aumentar a volatilidade e restrições no mercado global e/ou em mercados relevantes.

As sanções econômicas impostas por outros países como consequência direta do conflito entre Rússia e Ucrânia podem continuar a impactar significativamente as cadeias de suprimentos, principalmente insumos como fertilizantes, combustíveis e gás, levar a interrupções no mercado, incluindo volatilidade significativa nos preços das commodities, e aumentar as incertezas ao sistema financeiro global, afetando adversamente a macroeconomia e, consequentemente, os negócios da Companhia.

Essas e outras tensões geopolíticas ou militares, incluindo eventuais escaladas, podem levar a outros impactos que podem afetar tanto os países diretamente envolvidos em tais tensões, como os que tenham com tais países relações comerciais ou diplomáticas, seja em razão de imposições tarifárias ou de restrições ao acesso ao sistema financeiro e/ou mercado de capitais internacionais, seja em função de restrições comerciais em geral, como interrupção dos fluxos de comércio internacional, extrema volatilidade de preços de mercado, com impacto particular no setor de energia, cadeias de suprimentos industriais e agrícolas, transporte e incerteza regulatória e contratual.

Esses fatores podem impactar adversamente os mercados globais. A Companhia não tem como antecipar os desdobramentos das questões geopolíticas ou militares em curso na data deste Formulário de Referência, se haverá novas escaladas, se e quando novos conflitos ocorrerão, tampouco se e como afetarão seus negócios, sua condição financeira ou seus resultados operacionais.

j) Em relação a questões sociais

Crise social no relacionamento com as comunidades e eventos de expropriação de terras e de ocupações por movimentos sociais podem impactar o uso das propriedades florestais e industriais e/ou causar danos as propriedades da Companhia.

A ação de grupos ativistas que defendem a redistribuição de propriedades por meio da invasão e ocupação de terras privadas poderia interromper as operações da Companhia. Além disso, as terras da Companhia podem estar sujeitas a desapropriação pelo governo brasileiro. Segundo a legislação brasileira, o governo federal pode desapropriar terra que não está em conformidade com sua função social, incluindo exploração racional e adequada da terra, utilização apropriada dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, dentre outros. Além disso, a desapropriação em função de demarcação de áreas para comunidades específicas, como

quilombolas ou povos originários. Se o governo brasileiro desapropriar qualquer das propriedades da Companhia, os resultados das suas operações podem ser negativamente afetados, caso a compensação do governo se mostre insuficiente.

As áreas de plantio da Klabin também estão sujeitas a ameaças adicionais, considerando o aumento das áreas florestais, podendo estar adjacentes a um número significativo de vizinhos e comunidades locais. Tais riscos envolvem roubo de madeira, incêndios criminosos, atos de vandalismo em estruturas da Companhia, dentre outros. Estas ocorrências podem acarretar danos efetivos, inclusive de natureza ambiental, nas áreas de plantio ou de trânsito, afetando de forma adversa os resultados operacionais e a imagem da Companhia.

A Companhia possui estruturas prediais que são disponibilizadas para utilização pela comunidade e/ou funcionários, e casos de ocorrências que afetem essas pessoas, por ações de terceiros ou devido ao não acompanhamento periódico das manutenções e/ou não atendimento das normas regulamentadoras, poderão impactar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.

Os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os *stakeholders* envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades. Nesse sentido, são aplicáveis à cadeia de fornecimento da Companhia inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores, além da observação de normas relativas à seguridade social.

Caso as providências adotadas pela Companhia para prevenir e administrar os riscos sociais não sejam suficientes para mitigá-los, ela conseqüentemente estará exposta a riscos legais, regulatórios, operacionais e reputacionais, os quais podem se materializar de diferentes maneiras. A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigoso, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação.

No mesmo sentido, se a Companhia não tomar iniciativas estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

A Companhia não poderá garantir que conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, consequentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Uma paralisação do trabalho ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar suas operações.

Alguns dos colaboradores da Companhia são representados por sindicatos e estão cobertos por negociação coletiva ou acordos trabalhistas similares, os quais estão sujeitos à renegociação periódica nos prazos estabelecidos por lei e nos acordos aplicáveis. As greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas em qualquer uma das instalações, ou tumultos trabalhistas que interrompam os fornecedores e prestadores terceirizados de produtos ou serviços, poderão ter um impacto adverso relevante nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

k) Em relação a questões ambientais

A escassez de recursos essenciais pode afetar as operações da Companhia.

A escassez de recursos como água e energia, incluindo em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e da atuação do homem sobre o meio ambiente, pode impactar as operações da Companhia, que dependem amplamente de tais recursos, particularmente de água. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos. Adicionalmente, assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas das indústrias de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses e outros fatores, como, por exemplo, insolvência, falência e liquidação, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, as operações da Companhia podem ser materialmente impactadas.

Ademais, eventuais restrições legais ou regulamentares e não manutenção das autorizações necessárias para nossas captações de água podem impactar a Companhia, conforme descrito no item 4.1(h) *"Em relação à regulação dos setores em que o emissor atua"* desta sessão Fatores de Risco.

A Companhia está sujeita a leis, regulamentos e padrões ambientais e eventuais descumprimentos podem afetar adversamente a sua reputação e posição financeira.

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente e especialmente ao processo de licenciamento ambiental e gestão da sua operação fabril e centros de distribuição. Entre outras obrigações, a legislação estabelece exigências e padrões de licenças ou autorizações ambientais no que se refere a efluentes, gases, gestão de resíduos sólidos e áreas protegidas. A Companhia incorre em despesas para prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações de poluentes no ar, solo e água, bem como descarte e manejo de resíduos em seu escritório central, fábricas e centros de distribuição.

Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e/ou administrativas (para a Companhia e/ou seus administradores), além da obrigação de reparação dos danos ambientais na esfera cível. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e autoridades governamentais que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância à legislação.

Ademais, a Companhia não pode assegurar que essas leis e regulamentos não se tornarão mais rigorosas, ou que alterações na jurisprudência administrativa ou judicial podem afetar negativamente suas atividades. Nesse caso, pode ser obrigada a aumentar significativamente seus investimentos e custos para cumprir as referidas leis e regulamentos ambientais, o que pode afetar a Companhia adversamente caso sejam reduzidos os recursos disponíveis para outros desembolsos.

I) Questões climáticas incluindo riscos físicos e de transição

Efeitos climáticos podem afetar adversamente as operações da Companhia

As atividades florestais de plantio e colheita de madeira podem ser influenciadas por eventos climáticos adversos, que, por sua vez, podem impactar o suprimento de madeira utilizada na cadeia produtiva da Companhia.

Dentre esses eventos climáticos, incluem-se:

- *El Niño*: período caracterizado por um alto volume de chuvas, o que dificulta a retirada da madeira no campo;
- *La Niña*: período caracterizado por chuva escassa, que potencializam o risco de perda de mudas na silvicultura (plantio). Medidas paliativas ou remediativas, como o uso de hidrogel e irrigação, podem não ser suficientes para minimizar ou eliminar o risco de desabastecimento;
- *Incêndio*: durante períodos de seca, as áreas florestais estão sujeitas a maiores riscos de incêndio. Equipes de vigilância com treinamento para combate a incêndio e uso de câmeras podem não ser suficientes para evitar esses incêndios; e
- *Danos causados por geada e ventos fortes*: algumas regiões florestais estão sujeitas a microclimas, que podem danificar a plantação.

Além disso, eventos climáticos adversos também podem afetar a dinâmica logística local e mundial, com bloqueios parciais ou totais de estradas, ferrovias, e/ou rotas marítimas. A manutenção de níveis mínimos de água é essencial para o regular funcionamento da logística mundial via rotas marítimas. Desta forma, secas podem prejudicar a sua regular operação, o que pode limitar ou restringir sua capacidade de tráfego e aumentar os custos de frete, atrasos nas entregas e a realocação de rotas comerciais, afetando as cadeias de abastecimento globais e a economia global e sobrecarregando outras rotas de navegação.

m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia pode ser adversamente afetada em caso de atrasos nas alfândegas.

Diversos equipamentos e tecnologias que a Companhia utiliza em suas operações são produzidos, fabricados ou desenvolvidos no exterior e importados por fornecedores que os revendem no mercado brasileiro. Greves nos locais de entrada, como portos e aeroportos, atrasos nas alfândegas ou inspeções da Receita Federal do Brasil ou da Polícia Federal podem atrasar a entrega ou afetar a disponibilidade de tais equipamentos e tecnologias, o que pode ter um efeito material adverso nas operações da Companhia.

Decisões unilaterais de determinados países na economia global para imposição de tarifas poderão afetar adversamente os resultados da Companhia

A Companhia está sujeita a incertezas significativas decorrentes de medidas adotadas por determinados países na economia global, especialmente no que diz respeito à imposição de tarifas recíprocas.

Em 2 de abril de 2025, o Governo dos Estados Unidos anunciou um conjunto de tarifas comerciais contra mais de 180 nações, o que resultou na imposição, em 9 de julho de 2025, de tarifas de 50% sobre a importação de determinados produtos brasileiros a partir de 1º de agosto de 2025. Em 20 de fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou ilegal parte das tarifas comerciais anunciadas pelo presidente Donald Trump. A imposição dessas tarifas ou seu aumento de forma significativa pode aumentar os custos de exportação da Klabin, tornando seus produtos menos competitivos no mercado internacional.

A imposição de tarifas pode afetar negativamente a receita e as margens de lucro da Companhia, uma vez que a Klabin pode enfrentar dificuldades para repassar os custos adicionais aos clientes, pressionando suas margens operacionais. Além disso, a possibilidade de novas tarifas sobre produtos de madeira aumenta a incerteza e a instabilidade no comércio internacional, o que pode afetar a confiança dos investidores e parceiros comerciais da Companhia, dificultando o planejamento estratégico e a execução de projetos de expansão.

Essas medidas podem interferir de forma significativa na capacidade da Companhia de vender seus produtos em determinados países e/ou para determinados clientes, impactando adversamente seus resultados operacionais e sua condição financeira. Adicionalmente, as incertezas relacionadas a tais medidas podem resultar em perda de competitividade em determinados mercados, custos adicionais e desafios logísticos para estabelecer novas parcerias e canais de distribuição.

As condições políticas, econômicas e sociais nos países em que a Companhia tem projetos operacionais, clientes ou fornecedores podem impactar adversamente os seus negócios.

A Companhia pode ter seu desempenho financeiro afetado de maneira negativa pelas condições regulatórias, políticas, econômicas e sociais nos países nos quais possui operações ou projetos significativos. Em muitas dessas jurisdições, a Companhia está exposta a diversos riscos, tais como instabilidade política, política tributária, financiamento do déficit em conta corrente, liquidez dos mercados internos de capitais e empréstimo, controles cambiais e

restrições a remessas para o exterior, restrições à movimentação de caixa, suborno, ataques cibernéticos, extorsão, corrupção, roubos, sabotagem, sequestro, guerra civil, violação de direitos humanos, atos de guerra, atividades de guerrilha, pirataria nas rotas de transporte internacional e terrorismo. Estes riscos podem afetar adversamente as condições econômicas e outras condições sob as quais a Companhia opera, prejudicando significativamente seus negócios.

A Companhia está sujeita a situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, além do risco de tais operações não serem devidamente identificadas e tratadas.

A Klabin mantém negócios e operações financeiras com partes relacionadas, que podem gerar conflitos de interesses, incluindo reorganizações societárias, aquisições ou alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das S.A. Nesse cenário, as partes relacionadas poderão ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia, causando um efeito adverso em seus resultados e no valor das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, as operações comerciais e financeiras realizadas entre a Companhia e suas controladas e afiliadas, mesmo se celebradas em condições de mercado, poderão potencialmente criar ou resultar em conflito de interesses. Além disso, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

Cabe destacar, ainda, que tais transações devem ser proveitosas, transparentes e equitativas, ou seja, devem ser contratadas em bases justas e em condições de mercado, de acordo com o interesse da Companhia, sendo refletida nos relatórios e divulgadas de acordo com a legislação vigente e a política de transações com partes relacionadas da Companhia. Eventual falha no processo de transações com partes relacionadas, incluindo a identificação, realização, tratamento e divulgação de tais transações, pode afetar negativamente a condição econômica e financeira da Companhia, bem como sua reputação assim como ocasionar a abertura de procedimentos fiscalizatórios pelos órgãos reguladores.

A Companhia não consegue garantir que as políticas e práticas de partes relacionadas (descritas no item 11.1 deste Formulário de Referência) serão plenamente eficazes para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, e que as transações serão devidamente identificadas e tratadas. As situações de conflito de interesses com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso nos negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira e seus valores mobiliários.

Contexto Político pode afetar adversamente a economia brasileira, a governança pública e, conseqüentemente, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente, e continuará influenciando, o desempenho da economia do país. Conflitos institucionais e federativo podem afetar a gestão governamental e o desempenho da economia. O setor de infraestrutura é impactado diretamente pela diminuição da atividade econômica.

Disputas políticas já polarizadas tendem a ser acentuadas nos períodos eleitorais, que ocorrem a cada dois anos. O resultado das urnas influencia diretamente a base de apoio dos governantes, com reflexos nos legislativos, podendo influenciar na definição de políticas públicas e em decisões que podem impactar os negócios da Companhia.

A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto de acontecimentos políticos e macroeconômicos, tanto globais quanto nacionais, em seus negócios. Qualquer instabilidade econômica recorrente ou incerteza política pode afetar adversamente os negócios, uma vez que a quebra de confiança de investidores e do público em geral pode resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Qualquer rebaixamento da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o rating da Companhia e, conseqüentemente, o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, a classificação de crédito soberana do Brasil é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três agências de *rating* mencionadas. Conseqüentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras são afetados negativamente. Os cenários de recessão no Brasil, incerteza política, elevação do patamar de inflação e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor, entre outros fatores, pode levar a mudança na percepção de risco pelas Agências e novos rebaixamentos. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente a classificação de risco de crédito da Companhia, o que impactará tanto o preço dos valores mobiliários de sua emissão, quanto sua capacidade de se financiar via emissões no mercado de capitais ou financiamentos bancários com taxas atrativas.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a Companhia.

Em decorrência de diversos fatores, a moeda brasileira tem sofrido oscilações recorrentes com relação ao Dólar norte-americano, Euro e outras moedas fortes, ao longo dos últimos anos. Tais flutuações, especialmente em relação ao dólar norte-americano, afetaram e continuarão afetando a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. Durante os últimos três exercícios sociais, verificou-se a seguinte variação de taxa de câmbio (venda):

	2025 R\$/US\$	2024 R\$/US\$
Câmbio		
R\$/US\$		
Dólar médio	5,59	5,39
Dólar final	5,50	6,19

As receitas de exportação da Companhia são diretamente afetadas pelas variações das taxas de câmbio, podendo sofrer impacto relevante proporcional à variação cambial.

A desvalorização do real brasileiro em comparação com o dólar norte-americano afeta adversamente o valor agregado da dívida em moeda estrangeira e, ao mesmo tempo, incide positivamente nas receitas de exportação (em cada caso, quando expressa em reais), melhorando o resultado operacional. O oposto acontece quando o real brasileiro se valoriza, reduzindo o valor do principal e o respectivo serviço da dívida denominada em moeda estrangeira e impactando negativamente as receitas de exportação e os resultados operacionais (em cada caso, quando expresso em reais).

Além disso, alguns dos custos e despesas operacionais também são afetados por flutuações no valor do real em relação ao dólar norte-americano, incluindo seguro de exportação, custos de frete e o custo de certos produtos químicos utilizados como matéria-prima. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano aumentará esses custos, enquanto a valorização do real em relação ao dólar americano os reduzirá. A Companhia possui política de hedge cambial e utiliza contratos de derivativos (*zero cost collar (ZCC)* / *non-deliverable forward (NDF)*) para proteger parcialmente a exposição cambial de seu fluxo de caixa.

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em dólar norte-americanos) relacionadas a seu saldo de caixa e aplicações financeiras, contas a receber e endividamento financeiro que estão expostas a riscos de mudanças nas cotações das respectivas moedas. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos.

Adicionalmente, a Companhia possui derivativos contratados referentes a *swap* de câmbio e taxa de juros convertendo empréstimos e financiamentos em reais para operações em moeda estrangeira (dólar americano), que são designados contabilmente como instrumento de *hedge* para proteção das receitas futuras da Companhia em dólares americanos. Em 31 de dezembro de 2025, o principal dessas operações era de USD 3.340 milhões.

Alterações nas taxas cambiais, seja por pressão inflacionária, ou em função de mudanças na política cambial, podem afetar a Companhia de forma relevante e adversamente.

Além disso, a instabilidade cambial pode impactar significativamente o preço das *commodities* dolarizadas, como celulose e papel, que são produtos-chave para a Klabin. A valorização do dólar pode aumentar os preços dessas *commodities* no mercado internacional, beneficiando as receitas de exportação da Companhia, tendo em vista que quando ocorre uma valorização do dólar frente ao real, há um impacto positivo nas receitas em moeda local isso acontece porque, ao converter os ganhos obtidos em dólar para reais, o valor final recebido tende a ser maior, aumentando a rentabilidade e a competitividade no mercado nacional.

A desvalorização do real pode elevar os custos de produção, uma vez que muitos insumos e matérias-primas são cotados em dólar, com a desvalorização do real frente ao dólar, os custos em reais tendem a aumentar, pressionando as margens de lucro da Companhia. Essa volatilidade pode resultar em margens de lucro mais estreitas e maior incerteza nos resultados financeiros da Klabin.

Parte dos custos de produção pode ser afetada pelos preços de commodities.

Parte dos custos da empresa pode ser afetada por fatores exógenos, tais como o preço das *commodities* presentes na composição do custo de produção da Companhia. Um exemplo que pode ser considerado é o combustível, em que a Companhia está exposta à oscilação do preço internacional do petróleo, em relação ao qual a empresa não tem nenhum controle. Outro exemplo é o excedente de produção de energia, que é comercializado pela Companhia e utilizado como redutor de custo de produção de celulose. O preço da energia pode ser afetado pelas cotações de mercado.

O declínio no nível de atividade econômica e a consequente estagnação ou desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial podem reduzir a demanda por produtos da Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. A diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução da produção industrial que, por sua vez, implica redução do consumo dos produtos da Companhia. Caso ocorra desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial, os resultados operacionais da Companhia podem vir a ser afetados adversamente.

O aumento ou a manutenção de taxas de juros reais altas podem causar um efeito adverso na economia brasileira e na Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2025, 61% do endividamento bruto da Companhia estava atrelado a taxas fixas e o saldo remanescente estava atrelado a taxas flutuantes, substancialmente IPCA e CDI, para a parte da dívida denominada em reais e *Libor* e *SOFR* para a dívida denominada em dólares norte-americanos. Na mesma data, 82% (R\$ 30 bilhões) do endividamento bruto da Companhia era denominado em moeda estrangeira (dólares norte-americanos).

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, as taxas de juros Selic foram de 15,00%, 12,25% e 11,75% ao ano, respectivamente.

Caso as taxas de juros locais e internacionais aumentem, incluindo as taxas de juros a longo prazo, pode haver um impacto na capacidade da Companhia de contratação de novos

financiamentos em termos aceitáveis e as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente por conta da indexação dessas taxas aplicáveis, afetando adversamente a sua condição econômico-financeira. Por outro lado, uma redução significativa das taxas de juros locais (CDI) causará um impacto negativo na receita financeira dado que o caixa da Companhia está majoritariamente aplicado em instrumentos atrelados ao CDI.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, pode afetar adversamente a Companhia.

A economia brasileira sofre influência significativa do governo brasileiro por meio das políticas monetárias e de crédito, dentre outras. Ações passadas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar outras políticas envolveram controles de salários e preços, desvalorização do real, controles sobre remessas ao exterior, flutuações da taxa de juros básica do Banco Central, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro e não pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação financeira, o resultado de suas operações e suas perspectivas, bem como o mercado de capitais e os valores mobiliários da Companhia, poderão ser afetadas de forma material e negativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- instabilidade econômica e social;
- eleições;
- controle sobre importação e exportação;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- alterações nas normas trabalhistas;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- ambiente regulatório, inclusive legislação e regulamentação ambientais, pertinente às atividades da Companhia;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A política brasileira afetou historicamente o desempenho da economia nacional e as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em uma desaceleração econômica e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras. A Companhia não tem controle sobre como eventos futuros da política brasileira irão afetar a economia brasileira e/ou o mercado de capitais e por consequência os resultados e valores mobiliários da Companhia.

Casos de corrupção podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Os mercados brasileiros podem apresentar maiores volatilidades devido às incertezas derivadas de casos de corrupção relacionados à órgãos e agentes públicos. Essas investigações podem impactar a economia brasileira e o ambiente político.

Essas investigações geraram um efeito adverso sobre a imagem, reputação e financiamento das empresas envolvidas e sobre a percepção geral do mercado sobre a economia, o ambiente político e o mercado de capitais do Brasil. Não é possível prever os impactos na economia e no cenário político podendo afetar de forma adversa a percepção pública, a reputação e o preço de negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

As iniciativas do governo brasileiro de controle da inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e reduzir a demanda pelos produtos da Companhia.

As medidas do governo brasileiro para controle da inflação têm, de forma frequente, incluído a manutenção da política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Inflação, ações de combate à inflação e especulação pública sobre possíveis ações adicionais também contribuíram materialmente para a incerteza econômica no Brasil no passado e ao aumento da volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros.

Eventuais futuras medidas do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumento de inflação. Na hipótese de o Brasil sofrer aumento de inflação no futuro, o governo brasileiro poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais.

A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades e capacidade de pagamento da Companhia, pelos seguintes motivos: (i) períodos de inflação mais alta podem desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira, o que pode levar à redução da demanda pelos produtos da Companhia no Brasil e diminuição da receita líquida de vendas; (ii) a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos; (iii) a alta das taxas de inflação poderá gerar um aumento na taxa de juros interna, impactando diretamente o custo de captação de recursos da Companhia, bem como o seu custo de financiamento, de modo a elevar o custo de serviço de dívidas da Companhia expressas em reais, acarretando, assim, um lucro líquido menor para a Companhia, e (iv) a elevação da taxa de inflação e seu efeito sobre a taxa de juros interna poderão acarretar redução da liquidez da Companhia nos mercados internos de capitais e de crédito, o que afetaria diretamente a sua capacidade para refinarçar seus endividamentos. Qualquer redução na receita líquida ou no lucro líquido e qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia poderá afetar a sua capacidade de pagamento.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

O mercado de valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variáveis, pelas condições de mercado em outros países, incluindo os da América Latina e outros em desenvolvimento. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode fazer com que os mercados de capitais em outros países variem. Acontecimentos ou condições em outros países por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em saídas consideráveis de fundos e reduções na quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil, bem como acesso limitado a mercados de capitais, podendo afetar material e adversamente a capacidade da Companhia de contratar empréstimos a uma taxa de juros competitiva ou mesmo de levantar capital. A volatilidade nos preços de mercado dos títulos brasileiros pode aumentar de tempos em tempos, o que pode impactar negativamente a percepção de risco de crédito de empresas brasileiras e os preços de seus ativos mobiliários.

Além disso, fatores relacionados à crise geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. Conflitos geopolíticos podem gerar incertezas quanto a oferta de insumos como fertilizantes, combustíveis e gás causando aumento nos preços mundiais. Esses aumentos podem causar pressão inflacionária, dificultando a retomada da economia brasileira. Adicionalmente, o conflito, e suas potenciais ramificações, podem impactar o fornecimento global de commodities, aumentando a demanda de países como o Brasil cujas rotas de exportação não foram impactadas, gerando pressão sobre preço interno, o que também ocasiona pressão inflacionária.

Além disso, o posicionamento do Brasil em relação à alinhamentos geopolíticos pode resultar em um ambiente desfavorável aos negócios da Companhia diante da escalada de conflitos globais.

Risco de crédito de clientes no pagamento dos títulos em aberto da Companhia.

Os clientes da Companhia podem não honrar suas obrigações, gerando perdas financeiras, devido à não realização do saldo de vendas efetuadas por conta de dificuldades financeiras ou restrição cambial nos países em que residem. A carteira de clientes da Companhia é diversificada entre mercado interno e mercado externo.

A qualidade do risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrada por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente, avaliando a saúde financeira e capacidade de pagamento dos clientes. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para buscar o seu recebimento, sendo registradas as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para itens com risco de não recebimento.

Desde 2017, a Companhia mantém apólice de seguro para recebíveis nos mercados interno e externo para todas as unidades de negócio, exceto a unidade da Argentina e os clientes da unidade florestal. A cobertura fica sujeita a análise e aprovação da seguradora, para que então sejam incorporados. A apólice vigente tem vencimento em 30 de setembro de 2028.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito (sem cobertura da seguradora) das contas a receber de clientes correspondia a R\$ 1.092 bilhões, enquanto, em 31 de dezembro de 2024, esse valor era de R\$ 739 milhões. O valor de perdas com crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo montava, em 31 de dezembro de 2025, a R\$ 52,6 milhões, ao passo que, em 31 de dezembro de 2024, esse montante era de R\$ 65,9 milhões.

Um possível arrefecimento econômico global pode afetar negativamente a demanda e o preço de celulose, papéis e embalagens.

A demanda pelos produtos da Companhia está diretamente ligada às condições econômicas globais e às condições econômicas dos mercados em que os produtos são comercializados. Um declínio contínuo no nível de atividade, tanto no mercado interno, quanto no mercado internacional, poderá afetar desfavoravelmente a demanda e o preço dos produtos da Companhia e ter um efeito adverso material.

A deterioração das condições econômicas brasileiras e globais poderá, entre outras coisas:

- afetar negativamente a procura global de celulose e papel ou apresentar efeito negativo nos preços desses mercados;
- tornar mais difícil ou dispendiosa a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou para refinanciamento futuro;
- prejudicar a situação financeira de clientes, fornecedores ou outros públicos envolvidos com a Companhia;
- diminuir a rentabilidade dos investimentos executados;
- prejudicar a viabilidade financeira de seguradoras.

Na data deste Formulário de Referência, os cinco principais fatores de risco da Companhia são:

- **Risco operacional: as unidades fabris e florestais da Companhia estão sujeitas a determinados riscos, que, se materializados, podem paralisar total ou parcialmente suas operações, de forma definitiva ou por longos períodos, além de poderem exigir a adoção de medidas de remediação e/ou compensação em montantes significativos, o que pode impactar adversa e materialmente os resultados, a condição financeira, a imagem e reputação da Companhia.** Para informações adicionais sobre este fator de risco, veja seção “4.1 – a) Em relação à Companhia” deste Formulário de Referência.

- **Os preços do papel e da celulose são voláteis e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Companhia. Uma redução nos preços destes produtos pode afetar adversamente as receitas e os resultados operacionais da Companhia.** Para informações adicionais sobre este fator de risco, veja seção “4.1 – g) “Em relação aos setores da economia nos quais o emissor atua” deste Formulário de Referência.

- **Atrasos ou interrupções no fornecimento de insumos ou sua escassez podem afetar os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e prejudicar seus planos de expansão.** Para informações adicionais sobre este fator de risco, veja seção “4.1 – a) Em relação à Companhia” deste Formulário de Referência.

A Companhia adquire de outros fornecedores uma parcela de suas necessidades de madeira. Condições desfavoráveis de mercado e/ou o desalinhamento entre as necessidades de madeira da Companhia e a madeira disponível para venda pode afetar adversamente as operações da Companhia. Para informações adicionais sobre este fator de risco, veja seção “4.1 – e) Em relação a seus fornecedores” deste Formulário de Referência.

- **A Companhia está sujeita a extensa legislação e regulamentação nacionais e internacionais.** Para informações adicionais sobre este fator de risco, veja seções “4.1 – a) Em relação à Companhia” deste Formulário de Referência.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. No caso da Companhia, os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, títulos e valores mobiliários.

(a) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em dólares americanos) que estão expostas a riscos de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado
	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	3.669.525
Títulos e valores mobiliários	10.955
Contas a receber	518.664
Fornecedores	(165.504)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	(30.296.214)
Exposição líquida	(26.262.574)

⁽ⁱ⁾ Incluem empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que são designados como instrumentos de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo por ano de vencimento dessa exposição líquida estava dividido da seguinte maneira:

Ano	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Valor	2.529.688	(2.882.164)	(2.606.691)	(6.595.852)	(16.707.555)	(26.262.574)

A Companhia designa parte de seus empréstimos em moeda estrangeira como instrumento de *hedge* para parte das transações cujo acontecimento seja altamente provável. O fluxo de caixa anual projetado de receitas em dólares americanos é de aproximadamente USD 1,6 bilhão.

Além dos empréstimos em moeda estrangeira a Companhia possui derivativos contratados referentes a *swap* de câmbio convertendo a emissão de determinada nota de crédito à exportação e de debêntures de moeda local para dólares americanos. Essas operações são casadas, pactuadas somente para converter empréstimos e financiamentos em moeda nacional para operações em moeda estrangeira, que, posteriormente são designados como instrumento de *hedge* de receitas em moeda estrangeira futuras.

Os fluxos de caixa sobre a exposição líquida são protegidos através dos instrumentos derivativos. A estratégia da Companhia se baseia na contratação de opções *Zero Cost Collar* (ZCCs) e *Non-Derivable Forwards* (NDFs).

b) Risco de taxa de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da TJLP, SOFR, IPCA e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, Selic e IPCA, expondo esses ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo.

A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros por tipo de instrumento ativo e passivo é demonstrada como segue em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado
	31/12/2025
Aplicações financeiras - CDI	6.436.491
Aplicações financeiras - IPCA	774.414
Exposição ativa	7.210.905
Financiamentos - CDI	(6.201.290)
Financiamentos - TJLP	(7.479.798)
Financiamentos - SOFR	(483.773)
Exposição passiva	(14.164.861)

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) visando reduzir a volatilidade de sua exposição à taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025, sendo os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. A análise de sensibilidade não avalia os impactos da variação cambial sobre o fluxo de caixa da Companhia.

a) Exposição a câmbio

A Companhia tem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2025, e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa vigente em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras. Para o cenário II, essa taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III, em 50%.

A análise de sensibilidade da variação cambial foi calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira), não sendo considerada a projeção de exportações futuras que fará frente a essa exposição cambial líquida.

Adicionalmente, a Companhia adota política de *hedge accounting*, de forma que os efeitos de variação cambial não afetam diretamente o resultado dos períodos, sendo registrado no patrimônio líquido até a sua efetiva liquidação, demonstrados no resultado abrangente.

O quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação cambial no balanço patrimonial, outros resultados abrangentes e resultado financeiro, considerando os saldos e a taxa de fechamento do dólar em 31 de dezembro de 2025:

		31.12.2025	Cenário I		Cenário II 25%		Cenário III 50%	
	Moeda	US\$/mil	Taxa (A)	R\$ ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	R\$ ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	R\$ ganho (perda)
Caixa e equivalentes de caixa	US\$	666.895	5,38	(81.761)	6,72	893.773	8,07	1.794.082
Títulos e valores mobiliários	US\$	1.991	5,38	(244)	6,72	2.668	8,07	5.356
Contas a receber								
	US\$	106.665	5,38	(13.077)	6,72	142.952	8,07	286.950
	€	12.880	6,24	80.351	7,80	20.113	9,36	40.206
Fornecedores								
	US\$	(14.201)	5,38	1.741	6,72	(19.032)	8,07	(38.204)
	€	(17.661)	6,24	(12.998)	7,80	(27.579)	9,36	(55.131)
Empréstimos, financiamentos e debêntures								
	US\$	(5.505.313)	5,38	674.951	6,72	(7.378.221)	8,07	(14.810.393)
	€	(584)	6,24	(430)	7,80	(912)	9,36	(1.823)
Efeito líquido do balanço patrimonial		(4.749.328)		648.533		(6.366.238)		(12.778.957)
Efeito em outros resultados abrangentes				820.273		(8.146.524)		(17.178.890)
Efeito líquido no resultado financeiro				(171.740)		1.780.287		4.399.933

Exposição a juros

A Companhia tem aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI, TLP, TJLP, IPCA, Selic e SOFR. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações trimestrais, extraídas no website do Banco Central do Brasil, utilizando para Selic, SOFR, IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I; para o cenário II, estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III, em 50%.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra a simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado), considerando os saldos em 31 de dezembro de 2025

Em 31/12/2025 (Consolidado)							
CDBs	6.436.491	15,09%	971.266	18,86%	1.214.083	22,64%	1.456.900
NTN - B	774.414	14,90%	115.388	18,63%	144.235	22,35%	173.082
Financiamentos							
CRA							
Swap taxa de juros (i)	(1.751.546)	14,90%	(260.980)	19%	(326.225)	22%	(391.471)
BNDES Outros	(2.825.207)	14,90%	(420.956)	19%	(526.195)	22%	(631.434)
Debêntures	(483.773)	4,46%	(21.576)	6%	(26.970)	7%	(32.364)
Pré-pagamento de exp., term loan e Finnvera	(1.624.537)	14,90%	(242.056)	19%	(302.570)	22%	(363.084)
Efeito líquido no resultado financeiro			(148.382)		(185.477)		(222.573)

(i) Efeito do "ponta passiva" de instrumento derivativo designado como *hedge* de fluxo de caixa.

Geral

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em processos administrativos e judiciais de natureza cível, ambiental, criminal, trabalhista e tributária, no polo passivo, cujo valor agregado representava R\$ 6,5 bilhões, dos quais R\$ 520 milhões encontram-se provisionados. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, constituiu provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis, em montante considerado necessário para cobrir perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento.

O quadro a seguir apresenta a posição consolidada dos riscos da Companhia, suas provisões e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025:

31 de dezembro de 2025 (R\$ mil)

<u>Natureza</u>	Risco total (*)	Riscos prováveis	Depósitos vinculados	Depósitos não vinculados
Tributário	5.451.248	147.383	-120.403	-58.821
Trabalhistas	750.788	129.610	-7.511	-2.217
Cíveis	322.638	243.188	-27.053	0
	6.524.674	520.181	-154.967	-61.038

(*) Soma dos processos classificados como remotos, possíveis e prováveis.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos em que figura como parte no polo passivo, de acordo com sua natureza, definidos como relevantes pelos valores envolvidos ou risco de perda, de acordo com o julgamento da Administração:

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como parte em 150 ações de natureza cível no polo passivo, consistentes, em sua maioria, de ações de indenização por perdas e danos. O valor total envolvido nos processos, considerando o valor atribuído às demandas, é de aproximadamente R\$ 322.638 mil, dos quais R\$ 243.188mil encontram-se provisionados, por estarem classificados como prováveis pelos assessores jurídicos.

A Companhia entende não estarem envolvidos valores em processos com perspectiva de perda provável e possível, que possam impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados, suas operações e/ou sua reputação.

Em 9 de outubro de 2024, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") instaurou processo administrativo para investigar suposta troca de informações sensíveis entre departamentos de recursos humanos de determinadas empresas. A Klabin não é capaz de antecipar no atual estágio processual o desfecho desta investigação. De acordo com a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, as pessoas jurídicas condenadas por violação à ordem econômica podem estar sujeitas a uma multa de 0,1% a até 20% do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado envolvido, no ano anterior à instauração do processo administrativo, havendo também a possibilidade de imposição de sanções não pecuniárias. Essa é a informação mais atualizada sobre o caso.

Processos de natureza ambiental

Em 31 de dezembro de 2025, dentre as ações de natureza ambiental, a Companhia entende como relevante os processos descritos abaixo:

Processo nº 0002640-33.2009.8.16.0165	
Juízo	Comarca de Telêmaco Borba – PR – Vara Cível
Instância	1ª Instância
Data de instauração	15 de abril de 2009
Partes no processo	Polo Ativo: APAP – Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor da contingência, por ora, é inestimável, considerando a natureza dos pedidos formulados nesta ação, a ausência de conteúdo econômico objetivo/delimitado e a fase processual atual; aguarda-se liquidação da sentença.
Principais fatos	Ação Civil Pública proposta, em 2009, pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná - APAP, em face de alegados danos ao rio Tibagi (PR), pelo descarte de resíduos de carvão mineral queimado, utilizado pela Companhia até 1998. Apesar de não haver comprovação do dano ambiental, em dezembro de 2015 foi proferida sentença desfavorável à Companhia, condenando-a à obrigação de fazer a retirada do carvão mineral queimado depositado no leito do rio. Em 25.08.23, o MP/PR apresentou manifestação (i) reivindicando para si a titularidade da ação; e (ii) reiterando o pedido de designação de audiência judicial, visando a discussão e a formalização de possível acordo para solução do litígio. O processo encontra-se atualmente em fase de liquidação de sentença. Desde 2018 Em 03.01.23, o órgão ambiental se manifestou nos autos no sentido que a retirada do resíduo de carvão do Rio Tibagi, através de dragagem ou procedimento diverso, poderá causar impacto ambiental concreto e mais grave que a manutenção do material na área que se encontra. Em 25.08.2023, MP requereu a titularidade da ação e reiterou o pedido de designação de audiência judicial, visando a discussão e a formalização de possível acordo para solução do litígio. Em 08.02.24, a Klabin apresentou manifestação informando que concorda com a assunção da titularidade do polo ativo da ação pelo Ministério Público, e com a designação de nova audiência de conciliação. Em 25.03.24, a APAP se manifestou contra o pedido do Ministério Público de assunção de titularidade e que seja dado prosseguimento ao cumprimento de sentença para realização de perícia. Em 24.06.24, os embargos de declaração opostos pela KLABIN foram acolhidos em parte, “para o fim de determinar a realização de audiência de conciliação”. Em 19.07.24, a KLABIN noticiou a interposição de agravo de instrumento em face da decisão e requereu a suspensão do feito enquanto estiverem em curso as tratativas com o MP/PR para um acordo. Em 25.07.24, a APAP apresentou manifestação informando que interpôs agravo de instrumento em face da decisão. Em 29.10.24, foi proferida decisão mantendo a decisão agravada. Em 06.01.25, foi certificado que os autos aguardam a disponibilização de pauta para designação de audiência. Em 18.07.25, foi proferida decisão que (i) indeferiu o pedido da APAP de inclusão no polo passivo dos povos indígenas Tybagi/Mococa; e (ii) determinou a sua intimação para que apresente o seu estatuto social atualizado e

	esclareça a respeito da sua atuação e localização da sua sede. Em 08.10.25, foi proferida decisão, pela qual o Juízo (i) ressaltou a existência de decisão anterior determinando a substituição da APAP pelo MP/PR no polo ativo da demanda; e (ii) determinou a remessa dos autos ao Parquet para dizer sobre o prosseguimento do feito, inclusive sobre a viabilidade /utilidade de designação de nova audiência, bem como da perícia ainda não concluída. Em 10.10.25, o MP/PR apresentou manifestação requerendo a designação de audiência de conciliação. Em 17.11.25, a KLABIN apresentou manifestação requerendo o agendamento de audiência para o mês de março de 2026, em vista de estudos que estavam sendo realizados. Em 26.11.25, foi proferida decisão suspendendo o curso do processo até 15.03.26. Em 13.01.26, a APAP apresentou manifestação questionando a suspensão do processo e requerendo o prosseguimento do feito, com o início dos trabalhos periciais. Aguarda-se (i) em primeira instância, a designação de audiência de conciliação; e (ii) em segunda instância, o julgamento dos embargos de declaração opostos pela KLABIN (processo 0007146-66.2026.8.16.0000) e agravo de instrumento interposto pela APAP (processo 0074014-94.2024.8.16.0000).
Resumo das decisões de mérito proferidas	Em dezembro de 2015, foi proferida sentença desfavorável à Companhia, condenando-a à obrigação de fazer a retirada do carvão mineral queimado depositado no leito do rio. Em 9 de março de 2017, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná negou provimento ao recurso de apelação, por unanimidade de votos. O referido acórdão transitou em julgado em 26 de outubro de 2018.
Estágio do processo	Fase de liquidação de sentença.
Chance de perda	Há decisão transitada em julgado condenando a KLABIN a retirar o carvão mineral queimado depositado no leito Rio Tibagi. A KLABIN sustenta que tal providência é inexecutável e, ademais, sujeita, ela mesma, a causar dano ambiental. A questão envolve, pois, a forma como a decisão será liquidada. Por ora, é impossível estimar de que modo isso ocorrerá e os custos respectivos.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevância por tema ambiental.
Análise do impacto em caso de perda	O valor da contingência, por ora, é inestimável, considerando a natureza dos pedidos formulados nesta ação, a ausência de conteúdo econômico objetivo/delimitado e a fase processual atual; aguarda-se liquidação da sentença.

Processo nº 0004107-66.2017.8.16.0165	
Juízo	Comarca de Telêmaco Borba – PR – Vara Cível
Instância	2ª Instância
Data de instauração	12 de julho de 2017
Partes no processo	Polo Ativo: APAP – Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor da contingência, por ora, é inestimável, considerando a natureza dos pedidos formulados nesta ação, a ausência de conteúdo econômico objetivo/delimitado e a fase processual atual.

Principais fatos	Ação civil pública proposta pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná em face de Klabin, tendo por objeto pedido de recuperação de solo e área de preservação permanente, atingidos por vazamento de soda cáustica utilizada pela Companhia para tratamento de carvão em aterro industrial sito na Comarca de Telêmaco Borba – PR. Processo está em fase de conhecimento. Em 24.01.23, a Klabin apresentou manifestação, requerendo o reconhecimento da perda do objeto da ação, em razão da perda superveniente do interesse processual da APAP. Em 01.06.23, o órgão ambiental (IAT) apresentou manifestação informando que realizou nova vistoria na área. Em 18.12.23, o Ministério Público apresentou manifestação requerendo nova intimação da APAP, para que se manifeste sobre “as informações acostadas aos autos e a possibilidade reconhecimento da perda do objeto da ação”. Em 27.03.24, foi proferido despacho que determinou a intimação da APAP “para que se manifeste quanto as informações acostadas aos autos e eventual perda do objeto do feito”. Em 03.05.24, a APAP informou que não houve acordo entre as partes e requereu o julgamento do mérito da ação, com aplicação da multa deferida na decisão liminar. Em 09.05.24, o MP/PR manifestou-se “pelo julgamento antecipado da lide, com parcial procedência da pretensão punitiva deduzida na presente demanda, a fim de obrigar a requerida Klabin S/A ao pagamento de indenização pelo dano ambiental a qual deu causa, em valor estipulado pelo Juízo, porém suficiente para coerção que o presente processo exige”. Em relação à multa, o MP/PR entendeu que “a empresa requerida cumpriu integralmente as determinações da liminar concedida, não havendo o que se falar em aplicação de multa por descumprimento”. Em 14.08.24, foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado pela APAP, extinguindo o processo com resolução de mérito, “para o fim de confirmar a tutela de urgência deferida na inicial”, bem como condenou a KLABIN ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 5.000,00. Em 22.08.24, a KLABIN opôs embargos de declaração em face da sentença, requerendo sejam afastados os ônus de sucumbência atribuídos à Empresa. Em 11.10.24, o Estado do Paraná apresentou resposta aos embargos de declaração. Em 13.01.25, foi proferida sentença que rejeitou os embargos de declaração opostos pela KLABIN. Em 13.02.25, a APAP interpôs apelação cível em face da sentença, requerendo (i) a majoração dos honorários advocatícios; (ii) o reconhecimento da nulidade da sentença por omissão; e (iii) a condenação da KLABIN ao pagamento de Indenização. Em 13.03.25, a KLABIN apresentou contrarrazões ao recurso da APAP e interpôs recurso adesivo questionando a sua condenação ao pagamento de honorários. Em 25.04.25, os recursos foram remetidos ao Tribunal. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela APAP.
	Em 13.02.25, a APAP interpôs apelação cível em face da sentença, requerendo (i) a majoração dos honorários advocatícios; (ii) o reconhecimento da nulidade da sentença por omissão; e (iii) a condenação da KLABIN ao pagamento de indenização. Em 24.02.25, foi expedida intimação para a KLABIN apresentar contrarrazões à apelação. Em 13.03.25, a Klabin apresentou contrarrazões ao recurso da APAP e interpôs recurso adesivo questionando a sua condenação ao pagamento de honorários. Em 25.04.25, os recursos foram remetidos ao Tribunal. Aguardando decisão em 2ª instância.

Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 14.08.24, foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado pela APAP, extinguindo o processo com resolução de mérito, “para o fim de confirmar a tutela de urgência deferida na inicial”, bem como condenou a KLABIN ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 5.000,00.
Estágio do processo	Fase recursal
Chance de perda	Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevância por tema ambiental.
Análise do impacto em caso de Perda	Impacto reputacional. O valor será apurado quando transitado em julgado em decisão definitiva.

Processo nº 0001247-58.2018.8.16.0165	
Juízo	Comarca de Telêmaco Borba – PR- Vara Cível
Instância	1ª Instância
Data de instauração	19 de fevereiro de 2018
Partes no processo	Polo Ativo: APAP – Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor da contingência, por ora, é inestimável, considerando a natureza dos pedidos formulados nesta ação, a ausência de conteúdo econômico objetivo/delimitado e a fase processual atual.
Principais fatos	APAP ajuizou ação civil pública em face de Klabin S.A. e Consócio Energético Cruzeiro do Sul C.E.C.S, requerendo a condenação das rés em manter lâmina d’água de 15 cm na Barragem UHE – Presidente Vargas Klabin todos os dias do ano, de forma a garantir a sobrevivência das espécies aquáticas no Rio Tibagi e a condenação da ré C.E.C.S. Cruzeiro do Sul em construir mecanismo de transposição de peixes – STPs, no Rio Tibagi. Em 17.04.23, o órgão ambiental estadual (IAT) apresentou manifestação, em que esclareceu que “<i>não teve nenhum conhecimento de nova notícia de morte de peixes na comporta de geração de energia da referida usina</i>” e que “<i>as fotografias e os vídeos que foram apresentados não foram suficientes para identificar o local exato da ocorrência da morte dos peixes, tampouco as datas em que os registros foram efetuados</i>”. Em 26.06.23, foi proferido despacho determinando a intimação das partes e do Ministério Público para manifestação acerca das petições apresentadas pelo IAT e pela ANEEL. Em 21.07.23, o MP/PR apresentou manifestação em que requereu a intimação. (i) do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para que informe se possui interesse em intervir no presente feito, e, posteriormente, (ii) das partes, para “especificação das provas que pretendem produzir”. Em 25.07.23, o CECS apresentou manifestação sobre a petição juntada pelo IAT. Em 31.07.2023, a KLABIN apresentou manifestação sobre as petições apresentadas pelo IAT e pela ANEEL, requerendo o prosseguimento do feito, com a intimação da ONS para que informe se possui interesse em intervir na demanda, bem como a improcedência dos pedidos da APAP. Em 11.08.23, os autos foram conclusos para decisão. Em 01.11.23, foi proferida decisão que determinou a habilitação do ONS como terceiro interessado, determinando sua intimação para que informe se possui interesse em intervir no feito. Em 12.04.24, a ONS informou que não tem interesse em intervir no feito. Em 15.05.24, o CECS requereu o julgamento antecipado

	da lide, com improcedência da demanda em relação ao CECS. Em 17.05.24, a APAP requereu a intimação do ONS “para que informe nos autos, a produção diária de energia das Usinas UHE-Mauá (C.E.C.S.) e UHE- Pres. Vargas (KLABIN) no rio Tibagi, entre os períodos outubro/2017 até março/2018”. Em 21.05.24, a KLABIN apresentou manifestação sobre a petição da ONS, pela qual requereu o prosseguimento do feito, com julgamento antecipado da lide e a prolação de sentença que decreta a improcedência do pedido em relação à Empresa. Em 18.06.24, o MP/PR manifestou-se pelo (i) “indeferimento da produção de prova requerida” pela APAP e (ii) pelo “julgamento antecipado da lide (...) com a improcedência do pedido inicial”. Em 04.07.24, os autos foram conclusos para decisão saneadora. Em 04.10.24, foi proferida decisão que determinou a intimação do ONS para “informar acerca da produção de energia das usinas entre o período de outubro/2017 até março/2018” e, com a resposta da ONS, a intimação das partes e do MP/PR para se manifestarem em provas. Em 07.11.24, a CECS apresentou manifestação requerendo o julgamento antecipado da lide, com a improcedência da demanda em relação ao Consórcio. Em 17.02.25, o ONS apresentou manifestação acerca da produção de energia da usina UHE Mauá no Rio Tibagi entre o período de outubro/2017 até março/2018. No que diz respeito à UHE Presidente Vargas, o ONS destacou que o seu aproveitamento hidroelétrico não está integrado ao SIN e, dessa forma, o ONS não tem coordenação sobre o despacho de geração da usina. Em 08.05.25, o MP/PR e o CECS reiteraram as suas manifestações anteriores e pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. Em 05.06.25, a KLABIN reiterou suas manifestações anteriores e requereu o julgamento imediato de improcedência da lide, ressaltando o direito de produzir prova documental suplementar e eventual contraprova a novas alegações e elementos apresentados pela APAP. Em 01.08.25, a APAP requereu novamente a produção de prova testemunhal, apresentando um rol preliminar de testemunhas. Em 19.08.25, o MP informou que não tem provas a produzir, mas que não se opõe à produção de prova testemunhal requerida pela parte autora. Em 28.01.26, foi proferida sentença, a qual (i) acolheu a impugnação ao valor da causa apresentada pelas Rés, reduzindo o valor atribuído à ação para R\$ 100.000,00: (ii) julgou extinto o feito sem resolução de mérito em relação ao pedido de condenação das rés pela suposta prática de crimes ambientais; e (iii) julgou improcedente a demanda em relação aos demais pedidos formulados na inicial. Aguarda-se o trânsito em julgado da sentença.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve.
Estágio do processo	Fase de conhecimento.
Chance de perda	Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevância por tema ambiental.
Análise do impacto em caso de Perda	Impacto reputacional. O valor será apurado quando transitado em julgado em decisão definitiva.

Além das ações acima mencionadas, a Klabin sofreu autuações do IBAMA envolvendo duas fazendas localizadas na região de Coxilha Rica em Santa Catarina. As multas somam R\$ 7,4 MM, tendo também sido embargadas as atividades em tais fazendas e determinada a remoção das mudas plantadas de pinus, além de determinado que a Klabin apresente dados georreferenciados de seu plantio no Estado.

A atuação do IBAMA está fundamentada na interpretação que faz da Lei da Mata Atlântica, a respeito de certo ecossistema (fitofisionomia) protegido ("campos de altitude"). Por outro lado, a Klabin atua legalmente, com base no Código de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, que contém definição específica de tal proteção em âmbito estadual – já declarada constitucional pelo Órgão Especial do TJSC, em decisão confirmada pelo STF e transitada em julgado com efeito vinculante.

A Klabin entrou com ação anulatória e solicitou liminar, a qual foi concedida em agosto de 2024, suspendendo a exigibilidade e os efeitos dos atos do IBAMA. Tal liminar foi objeto de recurso pelo IBAMA. O julgamento desse recurso está pendente em função do STF, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7811, ter suspendido todos os processos judiciais que discutem a constitucionalidade do Código de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

Processos não sigilosos relevantes

Processos de natureza trabalhista

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, figura no polo passivo em 1.661 processos trabalhistas. Os principais pedidos estão relacionados a horas extras, dano moral, adicional de insalubridade e periculosidade, além de indenizações e responsabilidade solidária ou subsidiária em processos de colaboradores terceiros.

O valor total envolvido nos processos, considerando o valor atribuído às demandas, é de aproximadamente R\$ 750.788 mil, dos quais R\$ 129.610 mil encontram-se provisionados, por estarem classificados como prováveis pelos assessores jurídicos.

A Companhia entende não estar envolvida em processos de natureza trabalhista que individualmente possam impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados, suas operações e/ou sua reputação.

Processos de natureza fiscal, administrativa e judicial

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia era parte em 439 processos administrativos e judiciais de natureza tributária. O valor total envolvido nos processos, considerando o valor atribuído às demandas, é de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões, dos quais R\$ 147.383 mil encontram-se provisionados, por estarem classificados como prováveis pelos assessores jurídicos.

Abaixo, encontra-se uma breve descrição das ações consideradas relevantes pela Companhia:

Processo nº 5009384-28.2018.4.03.6182	
Juízo	1ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	13 de julho de 2018
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$ 1.587.106.085,30

Principais fatos	Execução fiscal ajuizada pela União Federal, visando a cobrança de IRPJ decorrente de supostas deduções indevidas, a título de royalties e pelo uso de marcas, além de IRPJ e CSLL relacionados à amortização do ágio das aquisições das empresas Klamasa e Igaras. Destacamos que foi oferecida apólice de seguro garantia nos autos.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisões de mérito.
Estágio do processo	Execução fiscal suspensa até o julgamento dos Embargos à Execução Fiscal n. 5022775-16.2019.4.03.6182, em que se aguarda a prolação de sentença.
Chance de perda	Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

Processo nº 10925.725594/2021-20	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância Administrativa
Data de instauração	28 de julho de 2021
Partes no processo	Polo Ativo: Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Florestal Vale do Corisco S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$ 222.727.811,68
Principais fatos	Auto de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL decorrente da glosa de amortizações fiscais de ágio realizadas nos anos de 2016 a 2020. A operação decorre da aquisição da Florestal Vale do Corisco (FVC) pela Holding Centaurus e posterior incorporação dessa última pela FVC.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRJ) julgou improcedente a impugnação apresentada. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu parcial provimento ao recurso voluntário da empresa, para cancelar a infração relativamente à acusação fiscal de empresa veículo e quanto à multa qualificada. Por voto de qualidade, manteve a glosa fundamentada pela fiscalização como mais-valia de bens imóveis e de florestas, bem como a multa isolada.
Estágio do processo	Aguardando publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pela Florestal Vale do Corisco.
Chance de perda	Possível (Remoto para Multa Agravada)
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

Processo nº 5015088-12.2024.4.03.6182	
Juízo	1ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	17 de setembro de 2024
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$368.537.003,80
Principais fatos	Execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos relativos ao FUNRURAL (Lei 8.212/91, art. 22-A). A legalidade da cobrança também é objeto de impugnação no mandado de segurança nº 0006686-17.2003.4.03.6100, no qual se discute a constitucionalidade do FUNRURAL e o enquadramento da Klabin como agroindústria, sujeita ao pagamento da contribuição. A matéria também foi objeto de embargos à execução fiscal, em que se discute prescrição da pretensão executiva e existência de erros de lançamento do tributo, no qual aguarda-se prolação de sentença.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há nenhuma decisão de mérito na execução fiscal. No mandado de segurança, a apelação foi julgada improcedente, reconhecendo a constitucionalidade do FUNRURAL e o enquadramento da Klabin como agroindústria. Aguarda-se julgamento de ARESP e ARE da Klabin.
Estágio do processo	A execução fiscal encontra-se suspensa até o trânsito em julgado dos embargos à execução, que aguarda prolação de sentença.
Chance de perda	Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

Processo nº 16692.721318/2017-73	
Juízo	Derat – SP – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo
Instância	1ª Instância Administrativa
Data de instauração	29 de maio de 2019
Partes no processo	Polo Ativo: Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$162.115.839,85
Principais fatos	Glosa de compensação de Finsocial face à discordância sobre o critério de correção do crédito reconhecido judicialmente.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 1ª instância, foi julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela empresa. Interposto Recurso Voluntário.
Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso Voluntário da Klabin.
Chance de perda	Possível.

Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto no caixa representado pela possibilidade, teórica, de pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

Processo nº 0902179-33.2011.8.24.0039	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Instância	Superior Tribunal de Justiça
Data de instauração	7 de dezembro de 2011
Partes no processo	Polo Ativo: Município de Lages – SC Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$135.208.321,54.
Principais fatos	Execução fiscal ajuizada pelo Município de Lages –SC, cujo objeto é a cobrança de ISS sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2002. Destacamos que houve prestação de garantia mediante penhora de imóveis (Fazenda Campo dos Buenos I, II e III, Fazenda Cupim, Fazenda Rio Bonito e Fazenda Campo de Dentro I e III). Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 0800006-57.2013.8.24.0039.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença e acórdão favoráveis à Companhia, com o Agravo em Recurso Especial não conhecido e Agravo em Recurso Extraordinário com seguimento negado no STF, aguardando-se apenas eventual interposição de recurso ou a certificação do trânsito em julgado.
Estágio do processo	Após o trânsito em julgado da decisão que desproveu o agravo interno interposto pelo Município de Lages contra decisão que não conheceu seu AREsp, os autos foram remetidos ao STF para julgamento do ARE, cujo seguimento foi negado. Trânsito em julgado certificado em 20/02/2026.
Chance de perda	Remoto.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

Processo nº 0902182-85.2011.8.24.0039	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Instância	Superior Tribunal de Justiça
Data de instauração	7 de dezembro de 2011
Partes no processo	Polo Ativo: Município de Lages – SC Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$118.815.274,45 .

Principais fatos	Execução fiscal ajuizada pelo Município de Lages –SC, cujo objeto é a cobrança de ISS sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas no período de janeiro a dezembro de 2001. Destacamos que houve prestação de garantia mediante penhora de imóveis (Fazenda Cervo III, Fazenda Ponte Alta do Norte I, II, III, IV e V, Fazenda Salto e Fazendo Faxinal do Paulista) e depósito judicial no valor de R\$24.132,44 (04/2015). Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 08000030-05.2013.8.24.0039.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença e acórdão favoráveis à Companhia, com o Agravo em Recurso Especial não conhecido e Agravo em Recurso Extraordinário com seguimento negado no STF.
Estágio do processo	Após o trânsito em julgado da decisão que desproveu o agravo interno interposto pelo Município de Lages contra decisão que não conheceu seu AREsp, os autos foram remetidos ao STF para julgamento do ARE, cujo seguimento foi negado. Trânsito em julgado certificado em 05/12/2025.
Chance de perda	Remoto.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

Processo nº 0904074-87.2015.8.24.0039	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Instância	2ª instância
Data de instauração	16 de dezembro de 2015
Partes no processo	Polo Ativo: Município de Lages – SC Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$ 1.267.089.075,12.
Principais fatos	Execução fiscal ajuizada pelo Município de Lages –SC, cujo objeto é a cobrança de ISS sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas no período de janeiro a junho de 2005. Destacamos que foi oferecida apólice de seguro garantia nos autos. Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 5022734-59.2021.8.24.0039.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença e acórdão favoráveis à Companhia, aguardando o julgamento do Agravo em Recurso Especial interposto pelo Município de Lages.
Estágio do processo	Aguarda-se a remessa dos autos ao STJ para julgamento do Agravo em Recurso Especial interposto pelo Município de Lages.
Chance de perda	Remoto.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

Processo nº 5001011-13.2023.8.24.0039	
Juízo	Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Comarca de Lages/SC
Instância	1ª Instância
Data de instauração	07 de novembro de 2022
Partes no processo	Polo Ativo: Estado de Santa Catarina Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$ 96.028.679,63
Principais fatos	Cobrança de ICMS sobre produtos intermediários, materiais que se consomem integralmente no processo industrial por atrito físico com a matéria-prima, gerando crédito, e que não são de uso e consumo e não compõem o ativo fixo. Destacamos que foi oferecida apólice de seguro garantia nos autos dos embargos à execução fiscal nº 5008558-07.2023.8.24.0039. Vale ressaltar que a Companhia possui outros processos da mesma natureza, porém de valores menores.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisão de mérito.
Estágio do processo	A execução fiscal encontra-se suspensa até o trânsito em julgado dos embargos à execução, que aguarda prolação de sentença.
Chance de perda	Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido, reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil e impacto em futuras tomadas de créditos de ICMS da mesma natureza.

Processo nº 17095-722038/2025-94	
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
Instância	1ª Instância Administrativa
Data de instauração	17 de novembro de 2025
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$189.759.123,62
Principais fatos	Processo administrativo para cobrança de supostos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, além de multa por descumprimento de obrigação acessória, sob alegação de que a Klabin teria deixado de oferecer à tributação, no Brasil, os lucros auferidos no ano-calendário de 2022 por sua controlada domiciliada na Áustria, Klabin Áustria GmbH.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisão de mérito.
Estágio do processo	Aguardando julgamento da impugnação da Klabin
Chance de perda	Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.

Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.
--	---

Processo nº 17095-722041/2025-16	
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
Instância	1ª Instância Administrativa
Data de instauração	17 de novembro de 2025
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: Klabin S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2025: R\$259.154.688,05
Principais fatos	Processo administrativo para cobrança de supostos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, além de multa por descumprimento de obrigação acessória, sob alegação de que a Klabin teria deixado de oferecer à tributação, no Brasil, os lucros auferidos no ano-calendário de 2021 por sua controlada domiciliada na Áustria, Klabin Áustria GmbH.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há decisão de mérito.
Estágio do processo	Aguardando julgamento da impugnação da Klabin
Chance de perda	Possível.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Impacto caixa configurado no pagamento do valor envolvido e reflexo no resultado decorrente de constituição de provisão contábil.

A Companhia esclarece que os valores totais provisionados apresentados neste item 4.5 referem-se apenas aos processos considerados individualmente relevantes para a Companhia, conforme definido no item 4.1 deste Formulário de Referência. Não obstante, foram divulgadas nas informações anuais de 31 de dezembro de 2025 os valores totais provisionados de todos os processos, independentemente de sua relevância individual.

(i) Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, os processos trabalhistas descritos no item 4.4 acima cuja probabilidade foi classificada como perda provável, determinada pela Companhia em conjunto com seus assessores legais, representam um saldo de R\$ 129.610 mil, bem como os processos acima cuja probabilidade foi classificada como perda possível, representam um saldo de R\$ 295.118 mil, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2025, os processos tributários descritos no item 4.4 acima cuja probabilidade foi classificada como perda provável, determinada pela Companhia em conjunto com seus assessores legais, representam um saldo de R\$ 147.383 mil, bem como os processos acima cuja probabilidade foi classificada como perda possível, representam um saldo de R\$ 3,7 bilhão, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, os processos cíveis descritos no item 4.4 acima cuja probabilidade foi classificada como perda provável, determinada pela Companhia em conjunto com seus assessores legais, representam um saldo de R\$ 48.888 mil, bem como os processos acima cuja probabilidade foi classificada como perda possível, representam um saldo de R\$ 174.088 mil, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) Processos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava no polo passivo em 3 ações, consideradas relevantes, de natureza ambiental, sendo que em 2 ações foi classificada como perda possível, e 1 ação não foi possível estimar, conforme descrito no item 4.4 acima.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e em que o ganho seja definitivamente certo.

A Companhia é parte em nove ações coletivas nas quais os sindicatos autores requerem o reconhecimento da sua legitimidade para representar empregados da Companhia que atuam na atividade de movimentação de mercadorias. Consequentemente, requerem a nulidade de acordos coletivos firmados entre a Companhia e os sindicatos representantes dos empregados que estão vinculados à atividade preponderante da Companhia, além do pagamento de direitos retroativos e futuros em razão da nulidade dos referidos acordos coletivos, e o pagamento de indenização por danos morais coletivos. Das nove ações coletivas, duas são classificadas como perda remota, quatro são classificadas como perda possível, e três são classificadas como perda provável, para a qual foi constituída provisão no valor de R\$ 10,914 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, é inestimável o eventual impacto financeiro em caso de decisões finais desfavoráveis.

Em 27 de fevereiro de 2026, a Klabin, Governo do Estado do Paraná e o MP/PR assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no valor de R\$ 233 milhões que engloba a ampliação do Parque Estadual do Guartelá, e outras iniciativas como estudos de flora e fauna no Guartelá, arborização urbana e monitoramento contínuo da qualidade do ar e construção de uma nova clínica de hemodiálise em Telêmaco Borba e um projeto de conservação de espécies. O TAC foi assinado em consequência de inquérito civil instaurado para apurar supostas irregularidades quanto a emissões atmosféricas, ruído e efluentes da operação da fábrica da Klabin em Telêmaco Borba.

Todas as demais informações relevantes e pertinentes sobre as contingências da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Klabin possui uma Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração que tem como princípio o alinhamento dos objetivos estratégicos e sua estrutura com as melhores práticas do mercado, uma vez que incertezas e eventos futuros não podem ser previstos ou mensurados com exatidão e podem impactar as atividades e a perpetuidade dos negócios da Companhia.

A última revisão da Política de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em agosto de 2021.

A Klabin também possui uma Política de *Hedge* Cambial de Fluxo de Caixa ("Política de Hedge Cambial"), aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2023, que tem como objetivo definir a forma de cálculo da exposição cambial líquida da Companhia, bem como estabelecer os instrumentos, parâmetros e responsabilidades aplicáveis à contratação e à gestão de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente para a proteção do fluxo de caixa da Klabin contra variações cambiais. A Política de *Hedge* Cambial também busca assegurar que o processo de gestão da exposição cambial do fluxo de caixa esteja alinhado e em conformidade com as demais políticas corporativas da Companhia e com suas diretrizes internas.

Ainda no âmbito da sua gestão dos riscos, a Companhia adota uma série de ações e procedimentos, visando mitigar potenciais riscos aos quais está exposta.

A Política de Gestão de Riscos, bem como a Política de Hedge Cambial e as demais políticas da Companhia estão disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), e no site de Relações com Investidores da Klabin (<https://ri.klabin.com.br/>) na seção "Governança Corporativa" e no ícone "Estatuto, Códigos e Políticas" (ri.klabin.com.br).

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. No entanto, no escopo da Companhia, os principais riscos considerados são aqueles relacionados a:

- execução da estratégia de negócios;
- manutenção e continuidade da atividade operacional e comercial;
- manutenção da sua competitividade nos mercados nacional e no exterior;
- cumprimento de legislação ambiental e regulamentação aplicável;

- processos administrativos, judiciais ou arbitrais; e
- relacionados a novas tecnologias ou exposição a tecnologias.

Segundo a metodologia adotada pela Klabin, os riscos são classificados em cinco categorias, sendo:

- **Estratégico:** riscos que afetam os objetivos estratégicos e podem ser influenciados por fatores externos de forma relevante, embora também estejam sujeitos a fatores internos;
- **Financeiro:** eventos que possam impactar negativamente o fluxo de caixa, acesso ao capital, ou os resultados financeiros da Companhia, incluindo os riscos de mercado;
- **Operacionais:** relacionados às operações da Companhia e suas controladas (processos, pessoas e tecnologia), incluindo a comercialização e distribuição de seus produtos, que podem impactar a eficiência operacional/comercial e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos;
- **Compliance, regulatórios e legais:** riscos relacionados ao cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis; e
- **Socioambientais:** decorrentes de atos ou eventos que possam resultar em efeitos adversos ao meio ambiente e à sociedade.

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

A Administração adota ações e procedimentos para gerenciar os riscos aos quais está exposta, visando, sempre que possível, mitigar ou transferir esses riscos total ou parcialmente, conforme detalhado nos subitens "ii" e "iii" abaixo.

Os principais riscos de mercado que poderiam afetar as operações da Companhia são:

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e o estabelecimento de limites de exposição por cliente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para as aplicações financeiras em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e segura.

Desde abril de 2017 a Companhia mantém apólice de seguro para os recebíveis nos mercados interno e externo para todas as unidades de negócio, exceto para os clientes de madeira da Unidade Florestal, além de determinados clientes que não atendam às exigências específicas de risco, tais como continuidade e liquidez, analisadas pela seguradora para serem incorporados na apólice. A apólice vigente tem vencimento em setembro de 2028.

Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente dólares norte-americanos) que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.

A Companhia não tem derivativos contratados para proteção da exposição cambial de longo prazo. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação, se for concretizado, protege o fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

O único derivativo contratado pela Companhia, em dezembro de 2025 é um *swap* de taxa de juros atrelados à emissão de Pré-Pagamento de Exportação.

Para fins de análise de sensibilidade, adotou-se como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025; para o cenário II essa taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III, em 50%.

Mantidas as demais variáveis constantes, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no balanço patrimonial:

		31.12.2025		Cenário I		Cenário II 25%		Consolidado Cenário III 50%
	Moeda	US\$/mil	Taxa (A)	R\$ ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	R\$ ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	R\$ ganho (perda)
Caixa e equivalentes de caixa	US\$	666.895	5,38	(81.761)	6,72	893.773	8,07	1.794.082
Títulos e valores mobiliários	US\$	1.991	5,38	(244)	6,72	2.668	8,07	5.356
Contas a receber								
	US\$	106.665	5,38	(13.077)	6,72	142.952	8,07	286.950
	€	12.880	6,24	80.351	7,80	20.113	9,36	40.206
Fornecedores								
	US\$	(14.201)	5,38	1.741	6,72	(19.032)	8,07	(38.204)
	€	(17.661)	6,24	(12.998)	7,80	(27.579)	9,36	(55.131)
Empréstimos, financiamentos e debêntures								
	US\$	(5.505.313)	5,38	674.951	6,72	(7.378.221)	8,07	(14.810.393)
	€	(584)	6,24	(430)	7,80	(912)	9,36	(1.823)
Efeito líquido do balanço patrimonial		(4.749.328)		648.533		(6.366.238)		(12.778.957)
Efeito em outros resultados abrangentes				820.273		(8.146.524)		(17.178.890)
Efeito líquido no resultado financeiro				(171.740)		1.780.287		4.399.933

Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI, TLP, TJLP, IPCA, Selic e SOFR. Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas informações trimestrais, extraídas no website do Banco Central do Brasil, utilizando para Selic, SOFR, IPCA e CDI a mesma taxa, em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I; para o cenário II essas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III, em 50%.

Mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra a simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses em 31 de dezembro de 2025:

	Em		Cenário I		Cenário II		Consolidado
	31/12/2025				25%		Cenário III
	R\$	Taxa (A)	R\$ ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	R\$ ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDBs	6.436.491	15,09%	971.266	18,86%	1.214.083	22,64%	1.456.900
NTN - B	774.414	14,90%	115.388	18,63%	144.235	22,35%	173.082
Financiamentos							
CRA							
Swap taxa de juros (i)	(1.751.546)	14,90%	(260.980)	19%	(326.225)	22%	(391.471)
BNDES Outros	(2.825.207)	14,90%	(420.956)	19%	(526.195)	22%	(631.434)
Debêntures	(483.773)	4,46%	(21.576)	6%	(26.970)	7%	(32.364)
Pré-pagamento de exp., term loan e Finnvera	(1.624.537)	14,90%	(242.056)	19%	(302.570)	22%	(363.084)
Efeito líquido no resultado financeiro			(148.382)		(185.477)		(222.573)

Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, incluindo o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2025 (valores em R\$ mil):

Em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Fornecedores	2.362.016	5.499	554	-	-	2.362.016
Fornecedores risco sacado e risco sacado florestal	1.836.684	264.752	7.761	-	-	1.836.684
Passivos de arrendamento	362.408	381.560	308.603	226.924	2.340.986	362.408
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.770.665	3.130.504	2.881.096	6.892.211	22.046.566	1.770.665
Instrumentos financeiros derivativos	(110.015)	67.916	104.772	104.772	(247.424)	(110.015)
Total	6.221.758	3.850.231	3.302.786	7.223.907	2.4140.128	6.221.758

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

Para a proteção contra os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência, a Companhia adotou um processo de gerenciamento de riscos que engloba quatro etapas principais, tanto no âmbito estratégico quanto no operacional:

(i) Identificação dos riscos: é um processo que contempla a avaliação dos processos de negócio, baseando os riscos mapeados em análise crítica de dados, transações e sistemas, avaliação de cenários de negócios e/ou condições operacionais e de mercado, entre outras, constatando-se fatos ou hipóteses relevantes que possam trazer impactos para a Companhia e suas Controladas. É realizada em conjunto com as áreas de Negócios, incluindo entrevistas, autoavaliação pelas áreas de Negócios, análises críticas de dados e, quando aplicáveis, de cenários estratégicos e operacionais e condições de mercado em que a Klabin está inserida.

(ii) Avaliação dos riscos: é um processo que busca avaliar os riscos de acordo com seu nível de criticidade, que é definido a partir dos aspectos de:

(a) **Impacto**: reflete os potenciais impactos adversos qualitativos ou quantitativos na Klabin e suas controladas em relação aos riscos; e

(b) **Vulnerabilidade**: reflete a potencial exposição/probabilidade da Klabin e suas controladas em relação aos riscos.

Após determinação do grau de impacto e da vulnerabilidade de cada risco com seus respectivos critérios de avaliação, o risco é inserido na matriz de riscos, com o intuito de determinar sua criticidade e priorização do tratamento. São consideradas quatro classificações dos riscos: baixo, médio, alto e crítico.

(iii) Tratamento: Após definição da criticidade, os Riscos podem ser tratados, principalmente, por meio das seguintes estratégias:

(a) reduzir a criticidade do Risco através da criação e implementação de planos de ação e controles, e/ou a transferência ou compartilhamento do risco para terceiros;

(b) manter o Risco no grau de criticidade em que foi avaliado; e

(c) aumentar o grau de exposição ao Risco.

(iv) Governança de acompanhamento dos riscos: esta etapa consiste no acompanhamento dos riscos pelos órgãos societários da Companhia.

Os níveis de impacto e vulnerabilidade de cada risco são definidos com base em determinados critérios predeterminados, os quais são validados internamente pela Companhia.

Nesse contexto, a Companhia adota uma série de ações e procedimentos para gerenciar os riscos aos quais está exposta, visando, sempre que possível, mitigar ou transferir esses riscos total ou parcialmente, tais como:

- alocação de capital, inclusive por meio do Plano Orçamentário, adotando acompanhamento e processo de revisão, quando necessário;

- procedimentos de manutenção regular e preventiva dos ativos, incluindo paradas gerais das fábricas e desenvolvimento dos colaboradores;
- contratação de apólices de seguros cobrindo riscos inerentes às suas atividades, incluindo riscos de danos aos seus ativos relevantes e riscos de lucros cessantes, incluindo seguro de riscos operacionais na modalidade *all risks*, de riscos ambientais, de responsabilidade civil geral e de riscos cibernéticos;
- procedimento formal de atualização de contingências junto aos assessores jurídicos;
- desenvolvimento de fornecedores por meio de processo formal de cotação e alçadas de aprovação, buscando evitar concentração de fornecedores;
- área de Planejamento & Desenvolvimento para acompanhamento das estratégias e do mercado em que a Klabin atua;
- área de Auditoria Interna para revisão e acompanhamento de determinados processos da Klabin;
- área de Controles Internos para verificação de cumprimento pelas áreas operacionais das normas de controles internos;
- área de Controladoria para levantamento e consolidação das informações necessárias com estabelecimentos de procedimentos com objetivo de ter informações precisas e seguras para demonstrações financeiras;
- área de Integridade para atuar e acompanhar a conformidade da Companhia em relação às questões de conduta e legislações, em especial, anticorrupção e concorrencial;
- Conselho Fiscal permanente, cujos membros são eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com atribuições definidas pela Lei das S.A.;
- Comissão de Riscos para assessorar a Diretoria na avaliação e gestão de riscos, juntamente com a Gerência de Riscos e Controles Internos; e
- Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas para assessorar o Conselho de Administração, avaliando os mecanismos de controle das exposições dos riscos.

O tratamento dos riscos envolverá planos de ação das áreas abrangidas, bem como os respectivos controles internos e/ou indicadores para sua mensuração.

Os principais riscos da Companhia são acompanhados pela Comissão de Riscos, pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, e pelo Conselho de Administração.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Abaixo, é apresentada a governança relacionada ao gerenciamento de riscos da Klabin, com segregação por órgão de governança e suas atribuições:

Conselho de Administração:

- aprovar a Política de Gestão de Riscos;
- definir, apoiar e disseminar a cultura de gestão de riscos;
- aprovar os riscos priorizados para monitoramento da Companhia;
- acompanhar a evolução dos trabalhos relacionados aos riscos priorizados; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida ou, caso julgue ser necessário, sobre riscos e eventuais planos de ação.

Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas:

- avaliar os mecanismos de controle das exposições a risco da Companhia, podendo requerer informações sobre políticas e procedimentos relacionados ao tema.

Auditoria Interna:

- realizar avaliações de controles nas operações da Companhia, por meio da execução de testes, proporcionando assecuração isenta e independente, e utiliza a Matriz de Riscos (GRC) no planejamento dos exames de auditoria para identificar quais são os riscos associados aos processos auditados; e
- certifica periodicamente através de exames, se os procedimentos internos do gerenciamento dos riscos estão sendo atendidos pela área de Gestão de Riscos.

Diretoria:

- disseminar e promover a cultura de gestão de riscos;
- monitorar, com base nas informações reportadas periodicamente pela Comissão de Riscos, a gestão de riscos da Companhia e suas controladas, zelando pelo seu bom funcionamento e tomando as eventuais medidas necessárias para o seu aprimoramento;
- validar os riscos reportados à Gerência de Riscos e Controles Internos por suas respectivas áreas de Negócios;
- disponibilizar recursos materiais e humanos em níveis adequados, que permitam o efetivo cumprimento da Política de Gestão de Riscos e dos procedimentos de gestão de riscos como um todo em suas respectivas áreas de Negócios;
- auxiliar a Comissão de Riscos no tratamento dos riscos;
- auxiliar as respectivas áreas de Negócios na execução dos planos de ação, bem como na implementação de quaisquer recomendações ou medidas relacionadas ao gerenciamento de riscos.

Comissão de Riscos:

- avaliar propostas de alteração da Política de Gestão de Riscos feitas pelas gerências de Riscos e Controles Internos e, conforme o caso, recomendar à Diretoria a Política de Gestão de Riscos. Nesse contexto, estabelecer os procedimentos internos utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão de riscos;
- avaliar e monitorar os riscos mais relevantes reportados pelas Gerências de Riscos e Controles Internos, bem como seus respectivos planos de ação;
- avaliar os planos de ação propostos pelas áreas de Negócios e pelas diretorias, após validação pelas Gerências de Riscos e Controles Internos; e
- reportar periodicamente, ou sempre que julgar necessário, à Diretoria as informações relevantes relacionadas à gestão de riscos da Companhia e suas controladas.

Gerência de Riscos:

- Propor a Política de Gestão de Riscos e suas atualizações.
- Coordenar o processo de identificação e monitoramento e controlar periodicamente os riscos, inclusive no que diz respeito à execução dos planos de ação;
- Reportar os riscos e respectivos planos de ação à Comissão de Riscos e à Diretoria sempre que solicitado;

- Acompanhamento dos planos de ação definidos pelas áreas de Negócios para a mitigação dos riscos;
- Prover treinamentos e plano de comunicação relativos à gestão de riscos;
- Definição e acompanhamento de indicadores dos Riscos (KRI's) em conjunto com as áreas de Negócio;
- Estabelecer procedimentos por meio de um Plano de Continuidade de Negócios para a retomada das atividades de uma organização em caso de crise que impacte e/ou interrompa as operações;
- Estabelecer os procedimentos a fim de garantir a revisão, atualização e manutenção dos documentos relacionados ao Plano de Continuidade do Negócio; e
- Sistematização do processo de gerenciamento de riscos.

Gerência de Controles Internos:

- Estabelecimento de procedimentos e padronização sistêmica para gestão dos documentos normativos;
- Mapeamento de processos para atender às exigências da CVM sobre relatórios financeiros;
- Mapeamento dos controles conforme metodologia aprovada na Comissão de Riscos referente aos riscos da Matriz de Riscos da companhia;
- Testes de Desenho e Efetividade dos controles para os processos mapeados;
- Acompanhamento das alçadas decisórias e operacionais no sistema ERP;
- Auxiliar as áreas de Negócios e as Diretorias no desenho e implementação de controles internos;
- Mapeamento de dados pessoais;
- Revisão de procedimento de tratamento de dados pessoais pelas áreas;
- Adaptação da Política de Privacidade de Dados às normas internacionais de locais onde a Klabin possui fábrica e escritório de negócios;
- Implementação de avisos de consentimento de uso de dados em seus sites;
- Elaboração de matriz de risco para Privacidade e Proteção de Dados;
- Implementação do sistema DLP (sigla em inglês para *Data Loss Prevention*) para monitorar e controlar tratamento inadequado de dados pessoais.

Áreas de Negócios:

- monitorar os riscos relacionados às suas atividades e comunicar à Gerência de Riscos e Controles Internos, por meio do gestor responsável, qualquer alteração em seus processos de negócios que possa dar origem a novos riscos ou alterar a situação dos riscos já identificados;
- executar os planos de ação;
- estabelecer controles e/ou indicadores adequados para gerenciar os riscos; e
- assegurar que as recomendações das Gerências de Riscos e Controles Internos, da Comissão de Riscos e das respectivas Diretorias sejam efetivamente seguidas e que eventuais desvios da Política de Gestão de Riscos e dos procedimentos internos aplicáveis à gestão de riscos sejam prontamente identificados e reportados.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A efetividade dos procedimentos adotados pela Companhia consiste na verificação, supervisão e observação crítica da forma que são executados, envolvendo a criação de relatórios de monitoramento, e verificação de riscos pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos. Neste contexto, compete à Auditoria Interna, de forma independente, reportar os resultados de sua análise em relatórios próprios às áreas de Negócio, incluindo avaliação do processo de Gestão de Riscos da Companhia.

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As principais práticas de controles internos da Companhia envolvem toda sua estrutura de normativos (procedimentos, políticas, alçadas) aprovados pela Administração, avaliações de auditorias, mapeamento de processos baseados na materialidade calculada anualmente, avaliações de integridade de fornecedores, análise de segurança contra-ataques virtuais e análise de acessos às transações operacionais do sistema SAP, e análises de conflitos de segregações de funções. As áreas que realizam essas atividades são: Áreas de negócios; Segurança Cibernética, gerenciada pelo Departamento de Tecnologia da Informação; departamento de Auditoria Interna; área de Integridade; área de Controles Internos; e Controladoria.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional envolvida na avaliação do ambiente de controles internos contempla (i) as áreas de negócios; (ii) área de Gestão de Riscos; (iii) área de Controles Internos; (iv) área de Integridade; (v) área de Segurança Cibernética; (vi) Auditoria Interna e (vii) Controladoria.

O modelo de gerenciamento de riscos da Companhia é baseado no modelo das três linhas preconizado pelo *The Institute of Internal Auditors*, desde as áreas de negócio até as áreas de avaliação.

A avaliação do ambiente de controles internos é, em primeira instância, responsabilidade da área de Controles Internos, seguida pelas avaliações das auditorias interna e externa. A área mantém cronograma de acompanhamento junto aos auditores externos para discussão e apresentação das tratativas de pontos apresentados na carta de recomendações emitida pelos auditores, bem como mapeamento e teste de controles para os processos relevantes materialmente. Nesse espectro, a Companhia monitora, junto aos auditores independentes, a existência de possíveis deficiências de controles identificadas ao longo dos respectivos exercícios, agindo de forma preventiva na correção das deficiências em conjunto com as áreas de negócio e Controladoria.

A área de Integridade atua nas frentes de prevenção, detecção, remediação e monitoramento de violações ao Código de Conduta, às políticas da Companhia, legislações e regulamentações aplicáveis. A área é responsável pela gestão do Programa de Integridade, que contribui para o fortalecimento da conduta dirigida à ética, integridade e legalidade, por meio dos pilares: comprometimento e suporte da alta Administração; Código de Conduta; políticas e normativos de integridade; comunicação e treinamentos de integridade; avaliação reputacional de terceiros; avaliação de riscos de integridade; Canal de Integridade e Ouvidoria; investigações internas relacionadas ao Código de Conduta; Comissão de Integridade; Planos de Ação; e monitoramento contínuo.

A área de Segurança Cibernética possui um programa que atua na disseminação da cultura da segurança cibernética para todos os colaboradores (próprios e terceiros) da Companhia, mantendo a aderência dos sistemas, de forma a reduzir os riscos de indisponibilidade, confidencialidade, integridade, autenticidade e privacidade de sistemas, incluindo planos de continuidade operacional, gestão de incidentes e gestão de crises de segurança da informação, com base nas normas e frameworks: ISO-27001, IEC62443 e NIST.

A Auditoria Interna é um departamento de apoio à organização que se reporta ao presidente do Conselho de Administração. Possui autonomia e independência para definir e executar suas atividades de avaliação tempestiva de processos e procedimentos em todas as Unidades de Negócio da Companhia e suas operações.

O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas supervisiona as atividades da área de controles internos, auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Também monitora a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia e das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras. O Comitê também avalia e recomenda ao Conselho de Administração a estrutura de Controles Internos e Auditoria Interna.

A Controladoria atua para assegurar que as áreas operacionais estejam cumprindo com as normas de controles internos a fim de garantir a geração de informações precisas e seguras das demonstrações financeiras.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O ambiente de controle interno é acompanhado pelos seguintes órgãos:

- Controles Internos: revisão de políticas e procedimentos, mapeamento de processos, visando a atender às exigências da regulamentação da CVM com materialidade estabelecida e conforme demanda específica da Companhia e criticidade, revisão das alçadas da Companhia, mapeamento dos controles dos riscos da matriz de riscos, acompanhamento com as áreas sobre os pontos endereçados pelo auditor independente com a divulgação da carta de controles internos e respetiva classificação da deficiência de controle além da atuação como encarregado de proteção de dados no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados;
- Auditoria Interna: os trabalhos são realizados de acordo com as Normas de Auditoria e os processos auditados, com os respectivos resultados, são reportados em relatórios de auditoria à Administração da Companhia, assim como aos gestores, com recomendações de ajustes necessários para adequá-los aos procedimentos e controles;
- Integridade: gestão do Programa de Integridade por meio de atividades estruturadas em pilares de prevenção, detecção, remediação e no monitoramento de ações que possam infringir as regras descritas nos documentos internos ou nas legislações e regulamentações aplicáveis;
- Controladoria: monitoramento das ações resultantes do planejamento/metabolismo da Companhia através da garantia do cumprimento dos controles internos e preparação e comunicação das informações financeiras que servem de base para a tomada de decisões por parte da administração;

- Gerente de Segurança Cibernética: como forma de mitigação dos riscos cibernéticos, a Companhia adota uma governança estruturada de Segurança Cibernética aplicada aos ambientes corporativo e industrial. Essa governança é baseada em normas e boas práticas reconhecidas internacionalmente, incluindo ISO/IEC 27001, IEC 62443, NIST, bem como nos requisitos regulatórios de proteção de dados pessoais (GDPR e LGPD). Os controles são implementados por meio de um processo contínuo de gestão de riscos cibernéticos, contemplando identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos, além de procedimentos formais de resposta a incidentes, assegurando a resiliência operacional, a integridade, confidencialidade, disponibilidade e autenticidade das informações e a continuidade dos negócios;
- Comissão de Riscos: recomendar à Diretoria a Política de Gestão de Riscos e, nesse contexto, estabelecer os procedimentos internos utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão de riscos; avaliar e monitorar os riscos mais relevantes reportados pelas Gerências de Riscos e Gerência de Controles Internos, bem como seus respectivos planos de ação; validar os planos de ação propostos pelas áreas de Negócios e pelas diretorias, após validação das Gerências de Riscos e Gerência de Controles Internos, e reportar periodicamente, ou sempre que julgar necessário, à Diretoria as informações relevantes relacionadas à gestão de riscos da Companhia e suas controladas;
- Conselho Fiscal: opinar sobre assuntos que lhe sejam encaminhados e manifestar-se sobre matérias previstas no estatuto da empresa e na Lei das S.A.;
- Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas: avaliar os mecanismos de controle das exposições a risco da Companhia, acompanhamento do andamento das ações sobre os pontos da carta de controles internos emitido pelo auditor independente, podendo requerer informações sobre políticas e procedimentos relacionados ao tema e reportar ao conselho.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes avaliaram os controles internos relevantes para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e emitiram carta de recomendação sobre os controles internos, apontando suas considerações ("Carta de Controles Internos").

Os auditores independentes comunicaram na Carta de Controles Internos, datada em 20 de março de 2026, a existência da seguinte deficiência nos controles internos da Companhia, que foram consideradas deficiência significativa, a qual foi reportada ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas e Conselho Fiscal:

Revisão de Hedge Accounting

Situação observada: A Companhia apresenta passivos financeiros indexados ao IPCA acrescido de um spread fixo e utiliza contratos de swap para converter essa exposição para CDI. Embora a relação atenda aos critérios da IFRS 9 (CPC 48) para hedge de valor justo, esses instrumentos financeiros foram designados pela Companhia como hedge de fluxo de caixa.

Recomendação dos Auditores Independentes: Estabelecer um checklist da norma contábil de forma a assegurar que a classificação contábil esta aderente a norma.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia discute anualmente, em conjunto com as aprovações das demonstrações financeiras, a Carta de Controles Internos e as recomendações dos auditores independentes para buscar o aprimoramento constante dos seus controles internos, relacionados ao exercício social encerrado.

Assim, diante da deficiência significativa apontada sobre os controles internos adotados pela Companhia em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria da Companhia elaborou planos de ação com intuito de sanar tais fragilidades, os quais são apresentados abaixo:

Revisão de Hedge Accounting

Plano de Ação: O tema hedge accounting tratado no IFRS9/CPC48 é um assunto de grande complexidade, onde a literatura contábil é apresentada de forma genérica e passível a diversas interpretações com o objetivo de abranger todos os cenários e estruturas de gestão de riscos possíveis. Não obstante, é comum haver interpretações distintas entre as Big4 sobre o tema, apesar dos respectivos manuais internos de implementação das normas do IFRS das Big4 utilizarem de exemplos similares na aplicação das normas.

Dentre o processo de governança para os programas de contabilidade de hedge adotado pela Klabin, são realizados comitês mensais envolvendo especialistas dos departamentos contábil, controladoria e tesouraria, onde são discutidos aspectos da gestão dos atuais programas tendo em vista os resultados realizados e as previsões futuras de dívida, fluxo de caixa e as consequentes exposições ao câmbio, juros e inflação objetos da relação de hedge. E são discutidas a necessidade e as características técnicas e contábeis de implementar novos programas.

Para aprimorar nossas práticas de governança sobre o tema, a cada nova implantação de programa de hedge accounting, quando houver conflito de interpretação das normas entre especialistas Klabin e auditoria, iremos buscar consultas e pareceres juntos a especialistas no mercado (ex: consultoria das auditorias Big4, pareceristas contábeis renomados, entre outras), para suportar a correta implantação dos programas.

Responsável: Gerência de Controladoria Corporativa.

Prazo: Plano de ação implementado.

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Klabin possui um Programa de Integridade alinhado às melhores práticas de mercado e que, especialmente, visa a promover os princípios e valores presentes em seu Código de Conduta, bem como atender aos requisitos das legislações anticorrupção e concorrencial. O Programa de Integridade possui pilares definidos que buscam a prevenção, detecção, remediação e o monitoramento de ações que possam infringir o Código de Conduta da Klabin, as políticas internas da Klabin ou as legislações e regulamentações aplicáveis.

No pilar de Prevenção do Programa de Integridade, fortalecendo a governança, a área de Integridade é responsável pelos normativos Código de Conduta da Klabin, Política Anticorrupção, Código de Conduta do Fornecedor Klabin, Política do Programa de Integridade, Política do Canal de Integridade e Ouvidoria, Política Concorrencial e Política de Sanções Comerciais. Todas as políticas de Integridade, em linha com a Política do Sistema Normativo da Companhia, são revisadas a cada cinco anos. Ainda nesse pilar, a área de Integridade organiza ou realiza treinamentos sobre diversos temas, tais como: Código de Conduta, Sanções Comerciais, Concorrencial, Boas Práticas na interação com a Administração Pública, Anticorrupção, combate a assédios e discriminação, Código de Conduta do Fornecedor Klabin e Canal de Integridade e Ouvidoria. Adicionalmente, os colaboradores da Klabin realizam os treinamentos do Código de Conduta e Anticorrupção, no formato *e-learning*, disponíveis na plataforma da ENK (Escola de Negócios Klabin).

As avaliações de integridade, *background check* e análise reputacional de terceiros, bem como as avaliações de transações comerciais, observando as sanções econômicas vigentes na condução dos negócios da Klabin, são conduzidas como forma de identificar potenciais riscos, apoiar a Companhia na tomada de decisões de negócios e garantir a conformidade com as diretrizes éticas.

A matriz de riscos e os controles internos da área de Integridade são revisados, anualmente, em parceria com as áreas internas especialistas.

Desde 2016, a Companhia promove a Semana da Ética para reforçar aos colaboradores e conscientizá-los quanto à adoção de comportamentos íntegros. A edição de 2025 explorou a ética como a base das relações e contou com a participação de especialistas em ações como oferecimento de palestra sobre ética, promoção do pensamento crítico e atitude no dia a dia; promoção de conversa sobre a integridade nas relações; e disponibilização de materiais orientativos.

No pilar de Detecção, a área de Integridade faz a gestão do Canal de Integridade e Ouvidoria e do Núcleo de Investigações de Integridade, em parceria com empresas terceiras, para a operacionalização do Canal e para a investigação de potenciais violações do Código de Conduta, tais como: assédio sexual, assédio moral, discriminação, entre outras. A Auditoria Interna é responsável por investigar os casos de potenciais fraudes, atos ilícitos e demais casos com impacto financeiro e/ou patrimonial, de acordo com o estabelecido em sua política de atuação, e reportar os resultados para a administração da Klabin e para o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas.

Na perspectiva de Remediação, com o objetivo de garantir a imparcialidade e isonomia na tomada de decisão e na gestão de consequências, a área de Integridade coordena os grupos colegiados, formados por membros das áreas Jurídica, Gente & Gestão e Integridade, nos quais são apresentados os resultados das investigações comportamentais, as recomendações de medidas disciplinares e de planos de ação, para avaliação e deliberação dos grupos.

Como parte do monitoramento do Programa de Integridade, a área realiza reportes para a Comissão de Integridade, que supervisiona o Programa, bem como para Diretoria, Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Programa de Integridade pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <https://klabin.com.br/nossa-essencia/integridade>. Nele, o investidor encontrará diversas políticas relacionadas ao tema, como a Política Anticorrupção, Política de Diversidade e Política de Proteção à Vida.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os mecanismos de integridade são atribuídos pela Gerência de Integridade que se reporta à Diretoria Jurídica, Riscos, Controles Internos, Integridade e Relações Institucionais e Governamentais, além de contar com acompanhamento do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas e do Conselho Fiscal.

O Programa de Integridade é supervisionado pela Comissão de Integridade, composta pelo(a) Diretor(a) Jurídica, Riscos, Controles Internos e Integridade, Diretor(a) de Gente & Serviços Corporativos, um(a) Diretor(a) de Negócios, Diretor de P&DI, Sustentabilidade e Estratégia de Mercado, Gerente de Integridade e, além disso, participa como convidado fixo o Gerente de Auditoria Interna. Nas reuniões trimestrais, a Gerência de Integridade faz o reporte das ações, dos indicadores e resultados de cada pilar do Programa.

A Gerência de Integridade também realiza reportes para Diretoria Geral, Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Conduta que se destina a todos os conselheiros de administração, conselheiros fiscais, diretores e colaboradores da Klabin e de suas subsidiárias integrais e controladas, além de recomendar sua adoção a fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, representantes comerciais, entidades e órgãos públicos, comunidades e outros públicos que tenham alguma forma de relacionamento com a Companhia. Adicionalmente, em 2024, foi implementado o Código de Conduta do Fornecedor, o qual aplica-se aos fornecedores e seus empregados, terceiros e prestadores de serviços, em toda a sua cadeia produtiva, incluindo subcontratados, temporários ou qualquer profissional envolvido, direta ou indiretamente, na prestação de serviços ou no fornecimento à Klabin.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta da Klabin estabelece que a não observância às diretrizes nele previstas e às demais normas internas será considerada infração e estão sujeitas a medidas disciplinares, que podem levar à rescisão do contrato de trabalho e às punições previstas em lei. A aplicação das medidas de consequência considera a gravidade da conduta. Já o Código de Conduta do Fornecedor Klabin, estabelece que em caso de descumprimento da legislação ou regulamentação aplicável, das diretrizes do Código, das políticas da Klabin ou das disposições contratuais, a Klabin adotará medidas cabíveis, incluindo ações educacionais para orientar na melhoria dos procedimentos e controles dos seus fornecedores, suspensão ou rescisão da relação comercial, e/ou medidas legais.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Klabin teve a sua última versão aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2021, e está disponível nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), e no site de Relações com Investidores da Klabin (<https://ri.klabin.com.br/>) na seção “Governança Corporativa” e no ícone “Estatuto, Códigos e Políticas” (ri.klabin.com.br).

A investigação de potenciais fraudes, atos ilícitos e demais casos com impacto financeiro e/ou patrimonial é conduzida pela Auditoria Interna.

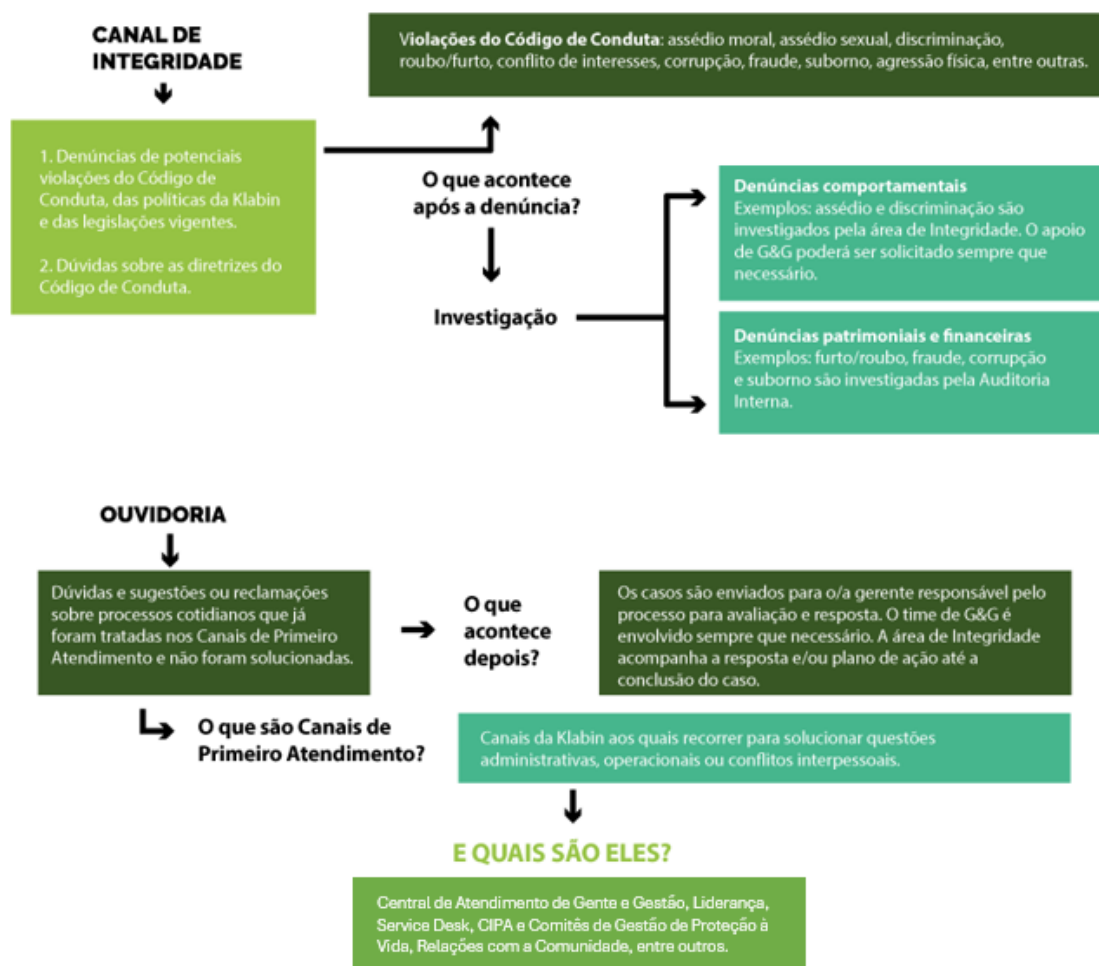
Todas as demais denúncias são investigadas pela Área de Integridade, que poderá, sempre que necessário, recorrer a especialistas e aportar recursos, internos ou externos, para o devido tratamento.

Os relatos que integrarem o escopo da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) serão encaminhados, imediatamente, considerando os prazos da LGPD, pela Área de Integridade, para o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais na organização (*DPO – Data Protection Officer*) e, na sua ausência, para o Encarregado de Dados Substituto, para que a área de Privacidade e Proteção de Dados proceda ao tratamento adequado.

As reclamações, que são temas da Ouvidoria, são intermediadas pela área de Integridade, que faz o encaminhamento para a área responsável avaliar e tratar a situação apresentada.

O Canal de Integridade permite que o manifestante consulte o *status* de sua manifestação a qualquer momento e, quando da finalização, é cientificado que a tratativa foi concluída.

CANAL DE INTEGRIDADE E OUVIDORIA KLABIN
0800 718 7814 | canalintegridadeeouvidoria.com.br/klabin



Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre a seção 5 deste Formulário de Referência.